PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

ERNANNY, Drault. Drault Ernanny (depoimento; 1987) Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988. 198 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Drault Ernanny
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte

Esta entrevista foi realizada vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas

1988

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Maria Ana Quaglino e Plínio de Abreu Ramos

levantamento bibliográfico e roteiro: Maria Ana Quaglino e Plínio de Abreu Ramos

conferência da transcrição: Maria Ana Quaglino

sumário: Sandra Soares

texto: Maria Izabel Penna Buarque de Almeida

leitura final: Maria Ana Quaglino

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafas: Márcia de Azevedo Rodrigues e Maria Helena de França Santos

local: Rio de Janeiro - RJ

data: junho a julho de 1987

duração: 9 hs.

fitas cassete: 09

páginas datilografadas: 198

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Relato sobre a passagem da Coluna Prestes pelo estado da Paraíba; posição política do entrevistado enquanto estudante na Faculdade de Medicina da Bahia; transferência para o Rio de Janeiro em 1926 por influência do pai; interno no Hospital São Sebastião: participação na campanha contra a febre amarela (1927-1929), perfil de Carlos Chagas, relato de alguns episódios; o início das atividades profissionais em 1930; a instalação de uma fábrica de cimento na Paraíba: a influência de Gratuliano de Brito e Ernesto Geisel, o financiamento da Caixa Econômica Federal e os contratos; a nomeação de Ernesto Geisel para secretário da Fazenda da Paraíba; o interesse pelo problema do petróleo; acionista da Companhia de Cimento Portland; a Revolução de 1932: Chateaubriand refugiado na casa do entrevistado, comentários sobre o libelo Acuso! de João Neves da Fontoura; atividades empresariais: a compra do Curtume Nazareth e do Banco do Distrito Federal; recusa ao convite do ministro Sousa Costa para ser diretor do Banco do Brasil; recusa ao convite para ser interventor na Paraíba; recusa ao convite de Jânio Quadros para ser presidente da Petrobrás; a substituição de Argemiro Figueiredo por Rui Carneiro na interventoria da Paraíba; a liquidação extra-judicial do Banco do Distrito Federal em 1955; a criação da Refinaria do Distrito Federal por ocasião da concorrência aberta pelo CNP em 1945; perfil de Ibá Jobim Meireles; viagem ao Uruguai e à Argentina; o problema do petróleo na Argentina: a indústria paralela; reunião do entrevistado com Ibá Meireles e Augusto Batista Pereira; a concorrência do CNP e a participação do embaixador Berle na vitória do entrevistado..... 43

2ª Entrevista: A refinaria "de papelão" da Esso em São Paulo; a posição americana em relação ao petróleo no Brasil; o papel de Ibá Jobim Meireles no Conselho Federal de Comércio Exterior; perfil de Jesus Soares Pereira; a organização do CNP; a legislação do CNP e a influência do general Mosconi; perfil de Elieser Magalhães; viagem à Argentina em 1938; a atuação do general Canepa na Argentina contra as companhias de petróleo estrangeiras; a solução do entrevistado para o problema do petróleo no Brasil; a vinda ao Brasil do engenheiro Veigh Garzon; as primeiras reuniões para a organização do CNP; o papel de Ibá Jobim Meireles na criação do CNP; a descoberta de petróleo em Lobato em 1939; conversa entre Góis Monteiro e o entrevistado sobre a substituição de Roberto Carneiro de Mendonça na presidência da Refinaria de Manguinhos; o projeto do entrevistado para a instalação de uma refinaria na Bahia em 1939; perfil de João Carlos Barreto; conversas com Murray-Simonsen; o fracasso das iniciativas de 1939, a guerra e a siderurgia; comparação entre Horta Barbosa e João Carlos Barreto; reunião do Conse-

1ª Entrevista: 24.06.87

P.R. — Dr. Drault, nossa primeira pergunta consiste no seguinte: o senhor ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1924, e em 1926 transferiu-se para o Rio de Janeiro, já no terceiro ano...

D.E. — Justamente.

P.R. — Formou-se em 1929...

D.E. — Justamente.

P.R. — Nesse período ocorreram três acontecimentos políticos muito importantes no país: a revolta do general Isidoro em São Paulo, a Coluna Prestes e a campanha presidencial de 1929-30, que redundou na revolução da Aliança Liberal. Como estudante, o senhor militava numa área muito sensível aos acontecimentos políticos. O que o senhor pensa daquele momento, o que o senhor sentiu, quais foram as impressões que lhe causaram esses movimentos políticos ocorridos nesse período?

D.E. — Eu confesso que lamentei a incursão extraordinária da Coluna Prestes pelo interior, mais pelo que aconteceu no meu estado, na Paraíba. Porque, ao atravessar a Paraíba, no município de Piancó, a Coluna comandada pelo general Cordeiro de Farias foi recebida ostensivamente e travou-se uma luta muito grande. O padre Aristides, antigo deputado estadual da Paraíba, era chefe político em Piancó e reagiu bravamente com seus amigos, sendo, por fim, vencido numa luta tremenda, com uma desigualdade de armamento muito grande. A Coluna Prestes tinha armamento do Exército, e o padre Aristides, naturalmente, não tinha. Mas a cidade foi tomada casa a casa, até que foi preso o padre

Aristides com mais 16 pessoas que lhe restavam. E todas elas foram em seguida fuziladas quase dentro da cidade, num barreiro existente.

P.R. — Por ordem do Cordeiro?

D.E. — O Cordeiro, no seu livro, diz que houve uma combinação do padre, ou de alguém, pelo padre, de que a Coluna poderia passar por Piancó sem ser hostilizado, o que, entretanto, não aconteceu. Cordeiro narra como uma traição havida à Coluna. Ele perdeu logo um dos seus oficiais e outros soldados, travando-se, então, a luta dentro da cidade, que acabou da maneira que eu estou dizendo. Isso martirizou muito o estado da Paraíba, justamente o nosso sertão, sobretudo os municípios limítrofes dos quais um, Patos, é ligado ao município de Piancó. Eu estava de férias em Patos e fui até engajado numa força comandada pelo tenente Manuel Benício, em socorro ao padre Aristides. Não pudemos chegar até lá porque o rio Jenipapo, que teríamos de atravessar, já próximo de Piancó, estava muito cheio - estava "de nado" - e nós não tínhamos como atravessar. Ficamos umas 24 horas, o suficiente para que os revoltosos - conforme se chamavam os membros da Coluna Prestes - prosseguissem o seu caminho na direção do estado de Pernambuco. De sorte que ficou sem razão de ser a nossa missão, e voltamos dali para Patos.

P.R. — Na Faculdade de Medicina da Bahia, os movimentos políticos de estudantes eram muito intensos ou o estudante de medicina não era muito apegado aos temas políticos?

D.E. — Pelo contrário. O movimento, o senso existente na Bahia, na nossa faculdade, era a favor do governo. Era a favor do governo constituído de Washington Luís.

P.R. — Sim, porque o governador da Bahia, Vital Soares, era candidato a vice-presidente na chapa do Júlio Prestes.

D.E. — Era o Vital Soares. Justamente.

P.R. — E isso colocava o estudante baiano do lado do gover no constituído.

D.E. — Justamente.

P.R. — E a sua posição pessoal?

D.E. — Eu já lhe disse: meu sentimento foi mais pelo que aconteceu na Paraíba, de maneira que eu também era afeiçoa do ou torcedor do governo.

P.R. — Ah, sim. Mesmo já na campanha presidencial, com o João Pessoa candidato a vice na chapa do Getúlio.

D.E. — Justamente.

P.R. — Lá na Paraíba, então, o senhor ficou...

D.E. — Não. Na Paraíba eu não tive qualquer atividade. Eu vim muito jovem para cá e não militava - vamos dizer - não tinha minhas atividades no estado da Paraíba. Nem sequer conhecia João Pessoa, eu a conheci no fim dos prepara tórios, somente. Eu não fiz minha vida ginasial toda na capital, João Pessoa, que se chamava Paraíba naquele tempo. Assim, eu não era assim afeiçoado a partidos políticos, nem coisas lá na Paraíba. Não tive tempo para isso. Eu vim do sertão, a minha luta é sertaneja: contra as secas, etc.

P.R. — Então, o senhor não conheceu pessoalmente João Pessoa.

D.E. — Conheci de vista aqui no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor.

P.R. — Ele conta aqui?*

D.E. — Não.

P.R. — Ele não estava hospedado num hotel?

D.E. — Aí era o João Suassuna. Já depois desses fatos, em 1930. Eu já estava formado.

P.R. — Perfeito. O Suassuna já era adversário do João Pessoa.

D.E. — Já era adversário dessa campanha.

P.R. — Quer dizer que com relação ao movimento de 30 e à própria Revolução de 30, o senhor já estava formado no Rio.

D.E. — Já estava formado. Não participei de nada.

P.R. — Não participou de nada, mas a sua simpatia pessoal era pela manutenção do governo constituído.

D.E. — Foi, mas era discreta também.

P.R. — Discreta também...

M.Q. — O senhor poderia falar, então, da sua transferência para a faculdade de medicina no Rio de Janeiro?

D.E. — Foi uma deliberação de meu pai, que mandou que eu me transferisse para o Rio, pois já tinha conhecido bem a Bahia em dois anos e deveria vir para o Rio para continuar os estudos e me formar.

M.Q. — Mas por que não terminar o curso na Bahia?

D.E. — Não sei o que levou meu pai a pensar assim. E como foi ele quem determinou que eu fosse estudar na Bahia,

---

* O entrevistador, dirigindo-se a sua companheira de trabalho, refere-se a notas redigidas pelo entrevistado sobre a sua vida que foram cedidas aos pesquisadores com o intuito de enriquecer a entrevista.

também determinou que eu me transferisse - pedisse minha transferência - para o Rio de Janeiro.

M.Q. — E quando o senhor veio para cá, seu pai tinha condições de sustentá-lo? Tinha uma boa situação?

D.E. — Muito discreta, também. Discreta, não: uma mensalidade muito pequena. E vou lhe dizer: pequena, porque eu a fazia pequena. Mas ele constituiu a firma Alves de Brito, aqui no Rio de Janeiro, que era uma filial da grande firma Alves de Brito de Recife, de amigos de meu pai. E constituiu aqui também o meu correspondente. A firma tinha ordens de me fornecer o que eu precisasse. Mas eu, consciente dos nossos parcos recursos lá, sempre fui muito discreto. Por isso, procurei, logo que cheguei aqui, me arranjar, me arrumar, ganhar alguma coisa. Daí ter conseguido um internato no Hospital São Sebastião, que era um depósito de tuberculosos e leprosos lá no Caju. Eu não ganhava nada, mas tinha a morada - o teto - e a refeição. Foi nesta quadra do governo de Washington Luís que se fez o hospital, o pavilhão Afonso Pena, para onde iam todos os suspeitos de qualquer doença infecciosa. Fez-se um isolamento naquele pavilhão novo, de onde eu fui interno também e que era dirigido pelo dr. Sinval Lins.

P.R. — Na nossa conversa de sábado, eu notei que o senhor dava grande importância à participação que teve, ainda como estudante, na campanha contra a febre amarela aqui no Rio de Janeiro.

D.E. — Ah, sem dúvida!

P.R. — O senhor se orgulhou muito disto. E quem planejou aquela campanha?

D.E. — A campanha foi chefiada pelo professor Clementino Fraga.

P.R. — Era diretor de saúde pública?

D.E. — Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública - cargo que foi também do Carlos Chagas. Era um professor extraordinário: como administrador, como professor, como homem de letras, muito culto, um grande homem.

P.R. — A campanha contra a febre amarela de 1906, desfechada pelo Osvaldo Cruz, provocou várias agitações no Rio de Janeiro, inclusive uma revolução, que era chamada de revolução da vacina obrigatória. Na campanha da qual o senhor participou, em 1927-29, houve também esse tipo de reação?

D.E. — Não. Não houve absolutamente. Houve muita reação à visita obrigatória que nós, mata-mosquitos, fazíamos às residências. Houve muita gente que não aceitava. Mas o governo tinha mão forte, o presidente da República deu um prestígio enorme ao dr. Clementino Fraga, que levou de vencida.

Eu me recordo, por exemplo, que em Copacabana tive uma dificuldade. Um português rico, num desses bangalôs bonitos que havia em Copacabana, não me permitiu entrar com os meus homens. Não era para fazer a polícia de foco, para deitar um pouco de petróleo nas aguinhas paradas em vasos, canteiros etc. Era para "flitar" mesmo: envolvia-se a casa com encerados e, com o gás dessas máquinas Ingersoll - Rand com o remédio lá dentro, se fazia a "flitagem" ou seja, enchia-se a casa daquela fumaça com a qual não subsistiria o mosquito.

O português não me deixou fazer isso, alegando

que tinha um doente em casa, no quarto. Isso me aborreceu, me criou dificuldades, e eu imediatamente quis resolver. Eu tinha autorização para transferir do local qualquer doente que houvesse, e não deixar de fazer a "flitagem".

Não podíamos fazer exceção, o que não foi feito nem para o Copacabana Palace, cujos hóspedes foram todos postos do lado de fora para que fizéssemos a "flitagem" total do hotel. Isso é para ver como, naquele tempo, o dr. Fraga era prestigiado e tinha força. Eu estou me referindo a isso porque já naquele tempo o Copacabana era de uma família muito ilustrada, a família Guinle, a que todos nos submetíamos.

Mas, voltando ao meu caso. No fim, quando eu fui ver qual era o doente que me obstava a "flitagem", ele era um cachorro. [riso] E eu, que no Nordeste não estava habituado, não conhecia esse carinho pelo cachorro, esse carinho todo que é dado ao cachorro em casa, tudo o mais e tal, eu, que nunca tinha visto isso, fiquei perplexo. Depois fui me acostumando, vendo que cachorro nos lugares civilizados tem uma particular... [risos] Há particulares cuidados para ele. Mas acabei removendo o cachorro e fazendo a "flitagem" e tudo o mais.

Houve outro caso de "flitagem" muito interessante que eu fiz. Quando eu estava terminando, chegou o dono da casa. Eu tinha feito a "flitagem" com a família, que não se opôs. Mas o dono da casa chegou e fez um barulho muito grande, reagiu muito: "Como o senhor faz uma coisa dessa sem meu consentimento?" e não sei o quê e tudo o mais e tal... Eu fui, então, explicar do que se tratava, mas ele disse assim: "Saiba o senhor que está falando

com um professor, um professor da faculdade de medicina." E eu disse: "Então, o senhor me perdoe. Eu sou estudante de medicina. Estou nessa profissão para ganhar a vida e prestar serviço. Mas eu sou... quem sabe..." E ele: "Em que ano o senhor está?" Eu respondi: "No quinto ano." Ele disse: "Então é meu aluno." Eu disse: "Perdão, mas eu não conheço o senhor." Ele era professor de uma cadeira na qual não havia ponto. Na faculdade havia duas cadeiras dessa qualidade, em que os professores faziam exposições de matéria. Aí eu disse assim: "Mas eu não conheço o senhor." Mas é que eu nunca tinha ido...

P.R. — Às aulas dele.

D.E. — ...as aulas dele. E houve esse aborrecimento forte entre mim e ele, mas que depois desapareceu. E na minha pré-formatura, pois eu já estava no quinto ano, não houve óbice. Ele, pelo contrário, acabou sendo solidário com a campanha do dr. Clementino Fraga. Era um ilustre médico brasileiro.

P.R. — E a campanha, então, deu resultado?

D.E. — Completo e absoluto. Houve 111 casos de febre amarela aqui no Rio de Janeiro. E vieram professores de fora, como um professor Nogushi, que era um especialista, um sábio japonês. Eles ficavam lá no pavilhão Afonso Pena, assistindo os doentes e as doenças. Naturalmente, desses 111 casos, não escapou nenhum.

P.R. — Todos morreram.

D.E. — Todos morreram. Terminava por uma anúria de que ninguém escapava. Mas havia uma preocupação extraordinária de se procurar, de se encontrar um doente recentemente caído de febre amarela para se extrair o sangue dele nesse

instante, levar esse sangue para Manguinhos e injetá-lo nos macacos rhesus, que o governo havia importado a preços muito caros da África para essas experiências. Além dos homens de Manguinhos, havia um engenheiro, cujo nome eu não me lembro agora. Era um homem afeiçoadíssimo a esse trabalho, afeiçoadíssimo à determinação do PH desses doentes; era fantasticamente dedicado.

Como me achavam bastante trabalhador e sem preguiça, fui tendo tarefas maiores e, por certo tempo, fui destinado para procurar o tal doente recém-caído de febre amarela. Fui despachado, então, para a travessa das Partilhas, no cais do porto. Naquele tempo, a imigração portuguesa era muito grande. Os portugueses chegavam e, na sua grande maioria, ficavam abrigados e hospedados na casa de parentes ali no bairro da Saúde e na travessa das Partilhas. Entrei numa casa da travessa das Partilhas e vi um portuguesinho com sinais que me chamaram... "O que você tem?" Vi que estava febril: "Quando adoeceu?" "Agora eu estava bem, mas sentindo, assim, uma dor de cabeça. O senhor diz que eu estou febril." Eu o vi muito rosadinho, as faces um pouquinho rubras, de maneira que eu disse: "É o homem que nós queremos." Eu o pus na ambulância, levei-o imediatamente para o Hospital São Sebastião e fui anunciado ao professor Miguel Couto, ao Nogushi e ao Sinval Lins - aos homens que mais frequentavam o pavilhão Afonso Pena.

Houve aquela correria enorme, tiraram o sangue do homem e levaram para Manguinhos. Naquele tempo não havia uma estrada boa dali do Caju até Manguinhos. Não se chegava lá, não havia estrada rodeando ali, de maneira que o professor foi num dia e voltou depois muito contente. Eu

me recordo que ele, ajeitando o pincenê, disse: "Injetei no melhor macaco. Agora o Drault fica tomando conta desse doente. Não vai voltar hoje e fica tomando conta." E eu passei a noite com o doente. Quando foi de manhã, cinco horas da manhã, eu vi uma corizazinha no homem, examinei melhor a vista e desconfiei que ele estava com um resfriado. Logo depois, chegou o Sinval Lins e disse: "Você tem razão, o homem está com um resfriado." E esse resfriado aumentou, nós tivemos que retirá-lo, mandá-lo para outra enfermeira. Mas o trabalho dessa equipe médica especializadíssima, o Nogushi e tudo...

P.R. — O Nogushi, o nome dele...

D.E. — O Nogushi é um que veio do Japão para assistir o surto de febre amarela, que era uma coisa rara no mundo e ele queria ver. E o trabalho de todos para salvar o macaco do resfriado... [risos] Salvar o macaco do resfriado, pois ele era importantíssimo para as nossas pesquisas e também era muito caro, isso pesava. [risos] Tal foi a nossa vida no Hospital São Sebastião.

Eu tinha feito a polícia de foco, que é essa da braçadeirazinha, com aquele baldezinho com o querosene para deitar nos pocinhos, até mesmo no caule de árvores, onde junta um pouco de água. Eu passei três meses no cemitério do Caju. Daí eu conhecer até aquela data... Eu fiquei conhecendo quase todas as sepulturas do cemitério. E passava o dia inteirinho lá dentro, botando querosene naqueles vasinhos onde se põem as flores e tudo o mais. E aquilo é interminável: você põe querosene de um lado e do outro lado estão pondo água também, de sorte que eu precisava manter. No cemitério, o serviço foi perfeito, desa-

pareceram todos os mosquitos. Não existiam. Agora, a vida no cemitério...

[FINAL DA FITA 1-A]

D.E. — A vida no cemitério, o que havia de monótono... Porque há espaços enormes, hiatos muito grandes sem um enterro, de maneira que você fica muito só dentro do cemitério. E não para, é sempre obrigado a ficar andando para fazer o serviço com perfeição. Mas eu aproveitei para fazer o serviço com perfeição.

M.Q. — Mas no cemitério o senhor conheceu uma pessoa importante, de quem até fala aqui.

D.E. — Eu vou falar. Nós, mata-mosquitos, éramos fiscalizados. O fiscal daquela zona era o dr. Alexandre Boavista Moscoso, que tinha chegado dos Estados Unidos. Era um dos generais da Saúde Pública, na posição a que tinha chegado. Homem admirável, inteligente, preparado e tudo o mais, com quem eu aprendi muito nessa época e durante a vida, dali por diante. Mas recordo que, por eu ser sempre designado para tarefas mais árduas, escolheram-me também para uma muito árdua. Morreu o dr. Carlos Chagas,* que era o diretor do hospital. Era um sanitarista, no tempo de Carlos Chagas, no primeiro tempo da febre amarela... Você disse o nome dele há pouco...

---

* O entrevistado equivocou-se quanto ao homenageado, pois Carlos Chagas morreu em 8 de novembro de 1934. Nesta ocasião o depoente não era mais estudante nem mata-mosquitos. Refere-se provavelmente ao dr. Carlos Seidl, falecido em 1929, membro da Academia Brasileira de Medicina, diretor de Saúde Pública e professor de medicina legal na faculdade de Direito.

P.R — Osvaldo Cruz.

D.E. — Osvaldo Cruz, dr. Carlos Chagas. E eu fui o orador pelos estudantes, pela faculdade, na reunião da Academia Nacional de Medicina, na homenagem póstuma ao professor Carlos Chagas. Pois bem: eu não me esqueço de que aproveitei essa estada lá no cemitério, essa monotonia, para, então, escrever o discurso que depois pronunciei na Academia Nacional de Medicina. E mais do que isso, muito só, sem ser ouvido por ninguém, passei a ler o meu discurso e decorei-o. Por essa razão, eu fiz o discurso de improviso na Academia Nacional de Medicina. E eu decorei tanto, tive tanto tempo, tantos dias, dois ou três meses, que proferi o discurso com certa ênfase que agradou muito e ganhei foros de orador. Tanto que, posteriormente, quando o professor Miguel Couto* faleceu, fui indicado pela academia, pelos estudantes de medicina do Brasil, o orador na homenagem póstuma na Academia Nacional de Medicina. Aí eu tive que fazer um improviso como o outro, decorando o discurso antes. [risos] Foram as conseqüências da minha estada de 90 dias no cemitério do Caju.

P.R. — O senhor formou-se em 1929.

D.E. — 29.

P.R. — E começou, portanto, a exercer a profissão logo em 1930, não é isso?

---

* Miguel Couto morreu em 6 de junho de 1934.

D.E. — Foi. No dia em que me formei, perdi todos os empregos. Perdi esse emprego e o internato na Santa Casa. Fui interno do professor Miguel Couto. Esses lugares todos eram de estudantes, de sorte que se você formou, perdeu, é substituído por outros estudantes no sexto ano que ganharam o concurso. O dr. Alexandre Moscoso disse: "Ao lado do seu saber..." Ele conversou muito sobre a especialidade nova, naquele tempo, que era engordar e emagrecer - coisa que se estava fazendo muito nos Estados Unidos no tratamento da diabetes - e sobre a insulina. Ele tinha de fazer um curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Conversávamos muito sobre isto. E algum tempo depois, quando deixei de ser estudante e passei a ser médico, fui pedir a ele e consegui que ele me desse um curso sobre aquela matéria. Depois, consegui que ele voltasse a clinicar no consultório. Consegui que ele abrisse um consultório comigo, o que foi feito na praça...

M.Q. — Na Cinelândia.

D.E. — Na Cinelândia, no edifício Fontes, em cima do Amarelinho, no sexto andar. Tivemos um grande sucesso na clínica.

P.R. — Mas, nessa época, o senhor não era médico da fiscalização do leite?

D.E. — Era sim.

P.R. — O senhor foi nomeado em 1930, então.

D.E. — Não. Devo ter sido nomeado em 1931, por aí. Fui nomeado pelo... Foi criado o Ministério da Saúde...

P.R. — Educação e Saúde.

D.E. — Educação e Saúde. Foi o Chico Campos quem me no-

meou para a Saúde. Eu fiquei sendo fiscal do leite no Rio de Janeiro. Passei bastante tempo.

P.R. — Em 1930, o senhor teve sua primeira experiência como médico, sua primeira experiência profissional.

D.E. — Não.

P.R. — Depois de formado.

D.E. — Não. Formei-me em dezembro de 1929. Foi só em 1930 que eu tive, mas na farmácia. Comprei uma farmácia em Lins de Vasconcelos, na rua Maria Luísa 74. Uma pequeníssima farmácia lá. Médico não pode ter farmácia, e eu comprei em nome de um irmão. O irmão que entrou comigo era o dono da farmácia. Aí é que eu comecei a vida no Rio de Janeiro, porque não queria sair daqui.

M.Q. — O senhor disse que o dr. Miguel Couto morreu enquanto o senhor ainda era estudante. Mas, ao mesmo tempo...

D.E. — Não, não. Eu já era médico.

M.Q. — Mas aí o senhor fez o discurso na academia...

D.E. — Foi.

M.Q. — Não mais como representante dos estudantes.

D.E. — Não mais, é.

P.R. — Até 1930, 31, por aí...

M.Q. — Então vamos continuar.

P.R. — Depois de 1930, o senhor continuou exercendo a medicina. Mas houve um tempo em que deu uma parada no exercício da profissão e começou a se dedicar - creio que por volta de 1932, por aí - às atividades empresariais, não foi?

D.E. — Eu estava em plena atividade clínica, com o consultório aberto, etc. Foi aí por 1931. Foi em 31, quando recebi a visita, aqui, do interventor do meu estado, o dr. Gratuliano de Brito, acompanhado de seu secretário da Fazenda, que era o tenente Ernesto Geisel.

M.Q. — Em 31?

D.E. — É. Tenente Ernesto Geisel. Eles vieram ao Rio, e eu era solteiro. Eles ficaram comigo, numa casa em que eu morava em Santa Teresa, na rua Constante Jardim 18. E o tenente Geisel me disse que tinham feito a Revolução de 32...

P.R. — Não. De 30.

D.E. — De 30. Ele era secretário da Fazenda lá. O interventor era aquele meu amigo de infância, Gratuliano de Brito. Mas se a Paraíba não fizesse uma fábrica de cimento, a revolução não teria valido para o estado. Eu perguntei: "Como se faz cimento?" Ele então me disse que era do calcário. E eu disse: "Mas onde é que tem calcário?" Ele então me disse: "Sua cidade é em cima de uma jazida de calcário. Na Paraíba, toda aquela zona..."

P.R. — E era realmente?

D.E. — Era realmente. Ele disse: "Veja: até as calçadas antigas são feitas de barro e viram cimento, porque o barro posto é quase calcário." E ele então queria que eu, com as minhas amizades aqui, conseguisse alguém que se interasse por investir nessa fábrica de cimento cujos estudos, que ele tinha trazido, eram perfeitos. Era um negócio rentável, muito bom. E seria a segunda fábrica a ser feita no Brasil, porque existia a Mauá, aqui havia a fábrica de cimento Mauá. Eu procurei alguns amigos, alguns

conhecidos, e alguns que não eram nem amigos, nem conhecidos, mas que eram pessoas sabidamente poderosas no mundo financeiro. Procurei, e ninguém se interessou. Acontece que nesse momento, naquele tempo, foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal o dr. Astolfo Resende, um grande jurista.

P.R. — Mineiro.

D.E. — Mineiro, e que tinha um filho, Marcelo, casado com uma prima da Míriam. Daí a nossa amizade. Nós éramos jovens, de maneira que eu me recordei então de pedir...

M.Q. — O senhor ainda era solteiro?

D.E. — Estava próximo do casamento, estava noivando. Eu procurei, então, o Marcelo Resende, que me levou ao pai, e eu expliquei aquilo que eu não sabia explicar direito. Mas disse com toda sinceridade que eu não sabia, mas que era um assunto assim, assim para a Paraíba, e que o secretário da Fazenda estava aí e sabia, como ninguém, explicar aquilo tudo. Ele pôs uma certa reserva mental pelo fato de a pessoa indicada por mim, falada por mim, ser um militar. Mas eu levei o Geisel para a audiência e ele explicou tão bem que o negócio colou. O interesse, a possibilidade de a Caixa Econômica financiar esse empreendimento na Paraíba, nasceu aí.

P.R. — Mas a Caixa Econômica assumindo os riscos empresariais ou emprestando para alguém?

D.E. — Emprestando ao estado da Paraíba.

P.R. — Ao Estado da Paraíba.

D.E. — Verificamos então que o estado da Paraíba, nesse momento, era ímpar no concerto de todos os outros estados.

Não devia um tostão a ninguém, tinha todas as suas obras lastreadas no orçamento e era perfeito. Para ver quem era o Geisel já naquele tempo. Já tinha o estado nessas condições.

Conversamos, e ele voltou à Paraíba. Aí, em 1932, deu-se um novo encontro, novas conversas. A Caixa Econômica aprovava. Foi garantido, pelo dr. Astolfo, o interesse da Caixa, que faria... Recordo que, na ocasião, discutiram-se garantias. E como soube nessa conversa que a situação do estado era essa, eu disse: "Então o estado pode emitir uma cautela de ações - não tem nenhuma apólice - uma cautela de apólice e dar à Caixa em garantia, no valor que ela exigir." Em princípio, isso foi muito bem-aceito. E esta fábrica de cimento foi feita dessa maneira. O Geisel trouxe tudo e ela foi feita. Ele trouxe a pessoa, o dono da jazida, o dono da terra, da fazenda lá.

M.Q. — O proprietário do solo, não?

D.E. — Do solo. E aqui se fez a operação completa. Eu recordo que caiu a noite, o cartório fechou a porta, e terminamos o assunto todo. Eu encontrei, também, uma pessoa com muita dificuldade para construir a fábrica. Foi o Dolabela Portela.

P.R. — Eram uns industriais mineiros, não eram?

D.E. — Industrial mineiro, de Bocaiúva.

P.R. — Bocaiúva. Eles operavam em que ramo?

D.E. — Somente construção.

P.R. — Construção, sim.

D.E. — Construção de estradas. E estavam muito encalacrados no Ministério da Viação, porque tinham uma conta a

receber, e o ministro, que era paraibano...

P.R. — José Américo.

D.E. — ...não pagava porque esse Dolabela era muito ligado ao...

P.R. — Washington Luís.

D.E. — Ao Washington Luís, à administração passada. Mas o Geisel disse que isso não tinha qualquer importância, que não dava importância, que construía com ele. Ele aceitou, dependendo das propostas, estudou e tudo o mais. Eu escrevi uma carta, então, a um exilado político, que era o Vítor Konder.

P.R. — De Santa Catarina.

D.E. — De Santa Catarina, e que tinha sido ministro da Viação.

P.R. — Do Washington Luís.

D.E. — Do Washington Luís. Um homem que tinha bom nome em nosso país, não é? Tinha sido um grande prefeito de Joinville, creio eu, tinha sido ministro da Viação e estava expatriado na Alemanha. Eu escrevi uma carta a este homem, contando do desejo da Paraíba, da determinação dos seus governantes e do que estava conseguindo aqui. Precisava, então, de um grupo que fornecesse a fábrica de cimento desejada, e ele que estava, naquela altura... Eu expliquei logo que a Paraíba não pagaria qualquer comissão por esse trabalho, que ele, por favor, dissesse isso aos fornecedores, para que a sua comissão fosse paga por lá, se ele a tivesse que ter. Ele me respondeu afavelmente e tratou do assunto. Pouco tempo depois chegava aqui o representante do grupo Von Gruber. Veio até de zepelim. E aqui, então...

P.R. — Von Gruber?

D.E. — É, Von Gruber. E aqui, então tudo foi feito, juntado e assinado de uma só vez no cartório. O dr. Irineu Joffily representou o governo do estado da Paraíba. Irineu Joffily.

P.R. — E como surgiu essa idéia do Gratuliano de descobrir o Geisel para secretário da Fazenda da Paraíba?

D.E. — O Geisel estava na Paraíba, comandando uma bateria. Não sei se na militança... Entende o que é uma bateria?

P.R. — Sei.

D.E. — Foi criada uma bateria na Paraíba, o primeiro comandante foi ele e o subcomandante foi o tenente Adauto Esmeraldo. Meu irmão Adelgísio tornou-se muito amigo do Geisel. Também muito revolucionário, como era o Geisel, meu irmão Adelgísio teve parte preponderante na revolução na Paraíba, no sentido armado. Ele veio com as forças até Pernambuco, até a Bahia. Foi quem tomou Juazeiro, na Bahia, já capitaneado pelo Juracy - o tenente Juracy - que foi quem fez a revolução lá, que passou a ser chefiada pelo Juarez, que se escondia na Paraíba e na casa do Juracy.Ele fez muita amizade com esse tenente Geisel e era amicíssimo do interventor também - do Gratuliano Brito. E lá, não sei como, vagando a secretaria ou qualquer coisa, ele indicou o Geisel: "Gratuliano convide o Geisel, tenente Geisel, para secretário da Fazenda. É um rapaz de muito talento e que conhece muito as coisas, é muito inteligente e tudo o mais." E fez esta amizade e saiu essa nomeação. O Geisel, então, assumiu a secretaria da Fazenda e passou a ter uma preponderância enorme sobre as demais secretarias. Era o primeiro-ministro do Gratuliano de Brito no governo do estado.

Por isso, o governo foi excelente.

Hoje, existe um número da União, do Estado da Paraíba, com todas as iniciativas governamentais do tenente Geisel. Naquilo, de ponta a ponta, nas inúmeras iniciativas publicadas, se via o administrador, se via o estadista. Foi o início da carreira do Geisel.

P.R. — E no caso, por exemplo, da gestão junto ao governo federal para obtenção desse empréstimo para a montagem da fábrica de cimento na Paraíba. A Paraíba tinha um ministro no governo, que era o José Américo. Por que eles não se dirigiram ao José Américo, não solicitaram a influência dele, que já fazia parte do governo, a fim de que facilitasse...

D.E. — E com muito prestígio.

P.R. — Muito prestígio, sim.

D.E. — Mas a administração do estado, era muito... Já o Geisel tinha absorvido muita coisa, de sorte que havia um quê de independência muito grande. A política não interferia na administração e o José Américo gostava, apreciava muito o Geisel. Passou a conhecer e a apreciar muito o Geisel.

P.R. — Nesse período a partir de 1931, o governo federal havia tomado várias medidas tendo em vista o início da exploração do petróleo no Brasil. Em 1931, o Getúlio fez um discurso em Belo Horizonte, falando sobre o assunto. Depois, baixou um decreto fixando áreas de prioridade, nomeou uma comissão chefiada pelo Calógeras para a elaboração do Código de Minas e promulgou esse Código. Depois a Constituição de 1934 foi o primeiro documento público brasileiro que estabeleceu uma dissociação entre a propriedade do

solo e subsolo para efeito de aproveitamento industrial.

D.E. — Do solo e do subsolo.

P.R. — Exatamente. Nessa época, o senhor já começava a se interessar pelo problema. Porque, ao mesmo tempo em que Vargas tomava essas decisões - isso é muito interessante - o Juarez criava problemas com o Oscar Cordeiro, na Bahia, com fundamento em parecer de dois geólogos norte-americanos que haviam sido contratados pelo antigo Departamento de Produção Mineral do Ministério de Agricultura, embora o Juarez tenha desmentido isso mais tarde. Nessa época, o senhor já se interessava pelo problema do petróleo?

D.E. — Eu me interessava, sim. Eu me interessava, no desejo de que esse assunto fosse mais do que discutido, fosse resolvido, e se desse energia ao Brasil. Que se descobrisse... Eu achava que através do petróleo, que é a energia nobre, é que se deveria ir...

P.R. — Mas o senhor ainda não pensava em investir na indústria.

D.E. — Não, não.

P.R. — Mas o senhor acompanhava a luta do Oscar Cordeiro.

D.E. — Acompanhava, sim, mas não fazia parte, não estava dentro, não participava. Assistia com cuidado.

P.R. — Sim. Mas já tinha sua opinião formada?

D.E. — Já tinha opinião formada.

M.Q. — O senhor se tornou sócio nessa fábrica de cimento Portland, não foi?

D.E. — Ah, eu me tornei sócio porque precisou-se fazer uma sociedade anônima e precisava-se, então, de tomadores. Pos

so dizer que não encontrei quase ninguém que também fizesse fé nessa indústria do cimento. E como me impregnei da idéia e me convenci, adquiri convicção de que era um negócio rentável...

[FINAL DA FITA 2-B]

M.Q. — Nós estávamos falando sobre a sua entrada para a sociedade na fábrica de cimento.

D.E. — Na fábrica de cimento, ela foi muito pequena, mas tornou-se interessante porque, comigo, todas as tias da Míriam, que eram 12, subscreveram ações. Venderam apólices federais, pois tinham muitas em Minas. O grosso era de apólices federais. Elas venderam e subscreveram, naturalmente fiadas em mim.

Mas aí já estávamos em 32 e rebentou a revolução de São Paulo. Aconteceram várias coisas. Vamos dizer, quisesse ou não, eu estava num grupo político, que era o governamental, em mínima proporção. Mas rebentou a revolução em São Paulo. O Chateaubriand, que me tinha feito um favor, passou a ser caçado pela polícia do Rio de Janeiro, e eu o homiziei. Fui coiteiro de Chateaubriand durante uns dois meses, com perigo para meu emprego na Saúde Pública, meu emprego de médico e outras coisas, porque ele era um hóspede escondido muito incoveniente, pois falava no telefone, saía e se entrevistava com alguém. Dario de Almeida Magalhães foi lá vê-lo. Ele o chamou. Estava escondido, mas ele chamava, ele confiava. O Alfredo Bernardes, que creio, era diretor do jornal naquele tempo, também teve um encontro com ele, aqui em torno da Lagoa. Enfim, ele disse a algumas pessoas onde estava.

Numa ocasião, eu fui à chefatura de polícia procurar um rapaz de lá que eu conhecia bem e sabia que era amigo de Chateaubriand. Perguntei a ele: "Escute, e o nosso amigo Chateaubriand?" Ele disse: "Ih, dr. Drault, o capitão João Alberto descobriu que ele está homiziado em Santa Teresa, na casa de uma família alemã." Ora, eu morando em Santa Teresa, ele estando na minha casa e eu tendo um nome estrangeirado, embora fosse um nome afrancesado, [risos] tremi nas bases. Se ele fosse mais esperto, teria me prendido na hora e dito: "Onde está Chateaubriand?" Eu saí dali e fui para casa correndo, no meu carrinho, e quando eu bati na porta, Chateaubriand me disse: "É seu Serafim?" Seu Serafim era um homem da 4ª Auxiliar, o homem que prendia os políticos. E eu respondi: "Não mas é quase. [risos] Acabo de saber disso." Ele disse: "E que tem 27 turmas aqui em Santa Teresa me procurando. Vamos sair."

Saímos de automóvel, a esmo, para não estar em casa. Eu me recordo que, de noite, eu até presumindo que estivesse sendo acompanhado por alguém com automóvel, entrei de chofer numa casa cujo portão estava aberto, mas eu sabia quem morava lá. Entrei abruptamente e a casa era do ministro da Justiça, o Chico Campos, que estava tomando licor de café com um amigo dele, Múcio Continentino. E o Chico Campos então disse: "Chateau, você está perigando, porque João Alberto descobriu que você está em Santa Teresa, e tem muita gente procurando você lá em cima." Quer dizer, confirmou a informação que eu havia tido. Aí eu não quis mais ir para casa. Fui para uma residência, lembrei-me de um amigo que morava na rua Saint Roman e fui para lá. Era uma senhora muito afável, muito amiga, e o

marido também. Cheguei lá e essa senhora, sem medo nenhum, nos acolheu. Ficamos lá, em lauta ceia, em excelente champanhe. E o Chateaubriand, como se tivesse se liberr tado de todos os perigos, foi ao telefone e tocou para uma pessoa. Daí a pouco chegou lá o Gudin. Houve Gargalhadas e comentários sobre a revolução, sobre como estava a revolução em São Paulo.

Mas acontece que eu ia casar no dia 22, e já estávamos na semana do casamento. Chateaubriand seria o meu padrinho. Foi ele quem deu essas alianças, sem comparecer. E acabei casando no dia marcado, para ninguém desconfiar, e deixei o Chateaubriand na minha casa, sozinho, pedindo a ele, por tudo, para se comportar bem. Eu embarquei, em lua-de-mel, para a Argentina. Nessa semana a revolução acabou, São Paulo se entregou e foi nomeado interventor o general Castilho de Lima, de sorte que quando eu voltei de Buenos Aires e cheguei em Santos...

Em Buenos Aires eu encontrei o João Neves, o Collor, o Djalma Pinheiro Chagas, que é primo da Míriam, o Batista Luzardo. Creio que esses eram os que eu conhecia. Estavam todos exilados lá, recentemente chegados. E foi aí que o João Neves, no mesmo hotel que eu, o hotel Nogaro escreveu o Acuso. Eu fui o portador de uma carta e do Acuso, datilografado, para o Chateaubriand ou o João Daudt d'Oliveira mandarem publicar. Nessa carta, o João Neves sugeria vários nomes para o livro, inclusive o Acuso, que aqui eles escolheram. Eu entreguei isso ao Chateaubriand em Santos. Como o vapor demorava lá 24 horas, o Chateaubriand estava me esperando. E perguntei: "Como você chegou aqui?" E ele disse: "Através de um amigo. O Valdomiro de Lima, interventor aqui, me facilitou. Entrou

em contato comigo e facilitou a minha fuga do Rio para cá e me deu essa cidade em menagem. Por isso estou aqui."

P.R. — Quer dizer que Chateaubriand não foi exilado?

D.E. — Não foi exilado. Houve uma tentativa de exílio, até para o Japão e num vapor japonês, antes desses fatos que estou contando aqui. Mas nessa ocasião ele estava preso. Ele esteve preso na Detenção, onde o visitei várias vezes. Depois, não sei como, o Getúlio mandou soltá-lo. Depois de ser solto é que foi descoberta uma conspiração dele e do Bernardes, Artur Bernardes, num lugar chamado Rio Branco, onde o Bernardes foi preso.

P.R. — Fica perto de Viçosa.

D.E. — Perto de Viçosa. O Chateaubriand foi assinalado. Daí a procura a que eu me referi, aquela em Santa Teresa. Mas Chateaubriand, então, ficou em São Paulo com o general Valdomiro de Lima. Eu dei o livro datilografado, ele leu e depois me entregou novamente, para que entregasse ao João Daudt d'Oliveira, o que fiz. Depois, só soube desse livro publicado e tudo o mais.

M.Q. — Quando o senhor abandonou a medicina e se tornou realmente um empresário?

D.E. — Quando o tempo não me chegou para fazer as duas coisas. Eu digo aí?*

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Então o senhor foi à Paraíba assistir a assinatura do contrato para a construção da fábrica de cimento com os alemães.

---

* Refere-se ao texto que fornecera aos pesquisadores contando a sua vida.

D.E. — Justo. E de volta, dormimos na Bahia. Nessa ocasião eu recordo que estava na varanda do hotel e passou um rapaz. Perguntei no Fischer, um engenheiro que me acompanhava da firma Dolabella lá da Bahia: "Quem é aquele rapaz?" Ele disse: "É o Didier, um engenheiro que mora aqui, casado com a filha de Pition de Vilar. Ele dirigia o Curtume Nazaré, mas o pai morreu e eles agora querem até vender a fábrica ou alugá-la."

No dia seguinte, ao tomar de volta o nosso aviãozinho, eu comprei o jornal e li que o Dollfuss tinha sido assinado na Áustria. Presumi então que iria haver guerra. E como em todas as guerras, o couro sobre muito de preço, porque sua demanda aumenta extraordinariamente, pelo menos nas guerras anteriores à atômica, chegando aqui, escrevi ao Didier, que tinha sido meu colega de colégio, perguntando o que havia com a fábrica. Ele me respondeu confirmando aquela informação de que ou alugaria ou venderia a fábrica. Eu escrevi então ao meu primo, um expert no assunto e que tinha um curtume congênere em Campina Grande. Pedindo-lhe que fosse à Bahia visitar o Curtume Nazaré e me dar sua opinião. Sua opinião foi favorável, fiz uma sociedade com ele e trinta dias depois assinávamos no cartório a compra, ao Didier, do Curtume Nazaré, na Bahia.

Entreguei sua movimentação, sua fabricação, a quem conhecia - meu primo Luís Mota - e vim embora para o Rio. Aqui tratei de alugar um escritório para a nova firma que fundei, Drault e Cia. Aluguei no edifício São Francisco. Depois nos mudamos para o edifício Mateis, onde vivemos muitos anos. Mas logo os produtos da fábrica começaram a chegar, e eu me vi na contigência de comandar aquilo. Arranjei um rapaz chamado Cisneiros, que conheci

muito o comércio e a freguesia do Rio de Janeiro e de São Paulo e vendia os produtos. Fui conhecendo, também, as firmas consumidoras desses produtos aqui. O fato é que eu dividia meu tempo, metade do dia na fábrica e a outra metade na clínica.

Certa ocasião, o Luís Mota me propôs aumentar o capital da firma, mas, antes disso, pediu uma verba suplementar de 25 contos de réis: era o tal capital de giro. Fui, então, procurar tomar emprestado. Fui a um banco e a outro e encontrei dificuldades que nunca tinha visto aqui. Ofereci, perguntaram se eu tinha garantias e um avalista, e eu disse que dava o avalista. Mas fiquei até torturado com aquela dificuldade que se me impunha para conseguir 25 contos de réis.

Recordo que, conversando com o dr. João Ribeiro no principal banco daqui do Rio - um dos principais bancos, um banco conceituadíssimo - disse-lhe da minha necessidade. Ele, então, me perguntou: "Eu conheço muito você, mas me diga: para que você quer dinheiro, por que quer, onde vai botar, por que vai, por que precisou..."Tantas perguntas, uma inquirição penosa. Afinal de contas, ele concedeu o empréstimo e aceitou o aval que eu tinha dado. Mas enquanto eu conversava com ele, receoso de que dissesse não, eu sentia aqueles ladrilhos da sua sala ondulando, tal o meu estado de espírito e de vista. Jurei a mim mesmo que haveria de me sentar do outro lado, haveria de ser um emprestador, para conversar com os tomadores que precisassem. Seis meses depois, eu era diretor de um banco. Isso foi fruto de uma determinação assentada numa dificuldade. Eu comprei um banco pequenininho, sob o sistema de cooperativa, sistema Highfaissen.

P.R. — Highfaissen?

D.E. — Highfaissen. Isso é holandês. Eram as cooperativas que havia naquele tempo e que o Brasil estava copiando. O banco tinha sido fundado em 1919. Nesse sistema, o capital não é definido, se faz com os clientes do banco, os clientes que tomam emprestado ao banco. Se o cliente tomava dez contos de réis, ele devia comprar algumas ações. Eu não me recordo agora se comprava cinco ações. Eu sei que as ações eram de cinquenta mil réis. Ele comprava cinquenta ações e tinha o empréstimo. Quer dizer, no sistema, o banco só empresta a quem é sócio. De maneira que quem não é sócio, torna-se sócio para obter o empréstimo, se for aprovado. Foi esse banco que eu comprei.

M.Q. — Banco do Distrito Federal.

D.E. — Banco do Distrito Federal. Nesse mesmo dia, no dia em que eu...

M.Q. — Estava pedindo empréstimo no banco, naquele banco em que o senhor foi pedir o empréstimo...

D.E. — Sim, isso eu consegui e supri o curtume, com tudo direitinho. Estou falando sobre seis meses depois, da compra do Banco do Distrito Federal. O capital foi logo aumentado. Era de 180 contos e recordo que foi logo aumentado. Eu tive uma grande surpresa. Um homem tornou-se muito meu amigo. Ele era casado com uma tia da Míriam, dono da Revista da Semana, da Paratodos e mais não sei do quê, homem de futuro, mas também de coração largo. Ele foi a essa reunião de assembléia e disse: "Eu soube que meu sobrinho vai ser eleito o diretor aqui desse banco e deseja aumentar o capital. Eu fui convidado - sou da família - mas não posso demorar, porque vou para Teresópolis

nesse momento. Mas deixo aqui o meu chequezinho para ele usar como entender." Ele entregou o cheque, eu agradeci, ele falou com todos e foi embora. Quando fomos ver, o cheque era em branco. O sr. Aureliano Machado era uma das fortunas daqui e tinha dado cheque em branco. Isso, naturalmente, me elevou muito no conceito de todos aqueles antigos e novos acionistas que ali estavam e que conheciam o Aureliano Machado, sabiam de quem se tratava. Para deixar um cheque em branco, era preciso ter confiança, não somente na pessoa como no êxito do negócio que essa pessoa fosse fazer. E assim começou. Todas as tias da Míriam, sem exceção, também subscreveram.

Assim eu aumentei o capital, para quinhentos contos, para cinco mil, depois para quinze mil, até sessenta mil contos. Os depósitos também. Eu me dediquei enormemente ao banco, só tratava disso. Em poucos anos, esse banco se tornou o sexto do Rio de Janeiro.

Durante esse meu remígio bancário, fui convidado para diretor do Banco do Brasil. O Sousa Costa, que era ministro da Fazenda, me chamou e disse que o presidente da República mandava me convidar para diretor do Banco do Brasil. E eu não aceitei. Disse que tinha compromissos familiares com as tias que tanto tinham me ajudado a fazer o banco, que ele estava indo admiravelmente bem e que eu não queria me afastar.

M.Q. — Elas também o ajudaram a comprar o curtume?

D.E. — Ajudaram.

M.Q. — O senhor tinha dinheiro também.

D.E. — Não, não tinha. Tinha pouquinho, mas elas me ajudaram. E o curtume foi comprado em excelentes condições.

Eu dei cinquenta mil cruzeiros, ou cinquenta contos, e os outros trezentos contos foram dados em cinco anos, a juros de 6% ou seja, juros de apólices federais. Assim foi deixado no testamento do velho Didier: se vendessem o curtume, os juros seriam de apólices federais. Era diferente a maneira de conduzir negócios naquele tempo, de modo que nunca tive dificuldade com isso aí.

M.Q. — O senhor estava falando do seu convite para o Banco do Brasil.

D.E. — O Souza Costa me disse: "Drault, você não aceita a diretoria do Banco do Brasil. O presidente já lhe convidou, através do ministro Francisco Campos, que foi à sua casa, para ser interventor no seu estado, na Paraíba, e você não aceitou por essas mesmas razões. Mas se você não aceitar isso, o presidente vai pensar até que você é contra o governo dele." Eu disse: "Então, por favor, esclareça ao presidente que não sou. É uma questão de maneira de proceder com aqueles que me ajudaram no início, com uma ajuda financeira assim, se bem que muito repartida. Está tudo bem, eu poderia deixar alguém no meu lugar, sem dúvida alguma. Mas eu ficaria sempre preocupado." Foi um grande erro meu não ter aceito a diretoria do Banco do Brasil. Em virtude disso, o Walter Moreira Salles foi para lá.

P.R. — Por que o presidente quis substituir o Argemiro na interventoria federal na Paraíba?

D.E. — Não sei.

P.R. — Isso é um mistério até hoje. Nós temos lá no Cpdoc uma entrevista do Ernâni Sátiro...

D.E. — E eu queria pedir para ver, eu li no seu livro...

M.Q. — No catálogo.

D.E. — No catálogo. E eu queria perguntar se poderia me facilitar a leitura de alguns daqueles depoimentos. Tenho muito o que aprender ali. Posso?

P.R. — Pode. Aquilo é aberto ao público, aos pesquisadores...

D.E. — Mas é preciso ir lá.

P.R. — Este é que é o problema. É preciso ir lá.

D.E. — Ver lá. A gente vai lá, não tem tempo de ler tudo, volta novamente.

Mas eu não sei o motivo. O Campos, Chico Campos, veio aqui e me disse: "Eu venho convidar você - ele era ministro da Justiça - para interventor em sua terra, a Paraíba." E eu respondi que, infelizmente, não poderia, por isso e aquilo. Ele ficou abismado, porque não sabia como é que...

P.R. — Se rejeita uma interventoria.

D.E. — Uma interventoria. Depois ele me procurou uma segunda vez, dali a dois dias, e chegou até a me dizer:"Aceite, nem que seja por seis meses. O que interessa a você na sua idade, tão moço, é ter sido governador do seu estado." Eu disse: "Mas eu não acalento nenhuma preocupação política, de maneira que não é por aí,isso não é um batente para mim." E não quis. Depois veio esse convite do Costa.

Eu tenho uma renúncia muito mais recente do que essa. O dr. Jânio Quadros, meu amigo, veio aqui na minha casa, quando foi eleito presidente da República, me convidou para presidente da Petrobrás e eu não aceitei. Ele

disse: "Mas você se recusa a colaborar com o meu governo?" Eu respondi: "Eu me recuso a colaborar com você, porque você não entende a filosofia que preside os nossos contratos na questão do petróleo brasileiro." "Por que diz isso?" "Por uma entrevista que você deu ao Correio da Manhã e O Globo, criou-se um fosso entre nós..."

[FINAL DA FITA 2-A]

M.Q. — O senhor estava falando a respeito do seu convite através do dr. Jânio Quadros para a presidência da Petrobrás.

D.E. — Eu disse que não aceitava porque, pela entrevista que ele havia dado a O Globo e ao Correio da Manhã, tinha se formado um fosso entre nós. Eu via que ele não conhecia nem tinha convicção filosófica sobre o assunto. Ele então disse: "Drault, na minha opinião, você é quem melhor conhece o assunto. Você não pode me faltar. Eu retifico isso." Eu respondi: "Esta é a prova de que você não tem convicção. Não posso aceitar. Acho isso tão difícil." Ele disse: "Então me indique alguém. Cite nomes capazes de ser presidente." Eu respondi: "Você tem o Ernesto Geisel, o Pedro Geraldo, o Levy. E no terreno civil, você tem o Geonísio Barroso."

M.Q. — Levy Cardoso?

D.E. — Levy Cardoso.

P.R. — O Geonísio Barroso foi quem ele escolheu.

D.E. — Eu sei. Ele disse que estava bem, que ficava triste por isso, mas que estava explicado. Desses que eu citei, ele convidou todos: o Geisel, para comandante da pra

ça militar de Brasília; o Pedro Geraldo, de quem ele ouviu falar o nome naquela hora, para chefe da sua Casa Militar; o Geonísio, para a Bahia, dizendo até que o petróleo era dos baianos e por isso devia botar um baiano, mas esquecendo-se de que Geonísio é sergipano; ao Levy, ele deu um lugar no conselho de lá. O Jânio Quadros aproveitou todas as pessoas de quem eu falei.

P.R. — Mas voltando ao assunto do Argemiro, o senhor desconhece as razões da substituição.

D.E. — Eu disse: "Mas o Argemiro vai sair?" O Campos respondeu: "Vai." "Mas eu não aceito..." Ficamos nisso, eu não pude aceitar. Depois ele foi ao meu escritório no banco, na rua Primeiro de Março, naquele tempo. Foi lá insistir: "Eu vou despachar com o presidente e queria saber se a sua resposta ainda é aquela." Eu respondi que era. Ele insistiu, argumentando muito, mas eu não aceitei.

Depois eu saí e fui almoçar, na leiteria Correio, não sei se você se recorda, ali na mesma rua Primeiro de Março. Uma leiteria que tem umas mesas muito pequeninhas. Eu me sentei e estava almoçando. Chegou o Rui Carneiro e se sentou de frente para mim. Eu sabia que o Rui não se dava com o Argemiro, que estavam afastados politicamente, essa coisa toda. Então eu disse: "Rui, o Argemiro vai sair da interventoria." Ele respondeu: "Já se tanto falou nisso que eu não acredito. Eu não acredito absolutamente." Eu disse: "Rui, eu tenho um argumento que pode convencer você." "Qual é?" "Eu fui convidado, e ainda hoje, pelo ministro Francisco Campos, a mando do presidente, para ser interventor e não aceitei." Ele estava de

braços cruzados e descruzou-se com tanta violência que me atingiu, bateu em mim: "Como é que você faz uma coisa dessas?" Eu disse: "Mas Rui, eu não sou político na Paraíba nem tenho vontade de ser. Nada me induz à Paraíba, tampouco a ingressar na política. De maneira que eu fui sincero."

Aí, vendo a sua amargura, eu disse: "Não, Rui, você é secretário do dr. Marcos dos Reis. Hoje - digamos, é quarta-feira, não me lembro o dia - você poderia perfeitamente ir agora ao dr. Marcos dos Reis. Ele despacha diretamente com o presidente da República, e hoje é dia. Você vá, e mostre o seu aborrecimento: 'O Drault não aceitou.' Pode dizer a verdade: 'Ele não aceitou e tudo o mais.' O dr. Marcos dos Reis, que é seu amigo e conhece você de sobra, vê que o homem para ser interventor na Paraíba é você. Porque, além de ter capacidade e tudo o mais para isso, e ser político, você tem direitos adquiridos. Desde 1930 você, de armas na mão, tomou quartel, em cuja luta morreu o general Lavanère Wanderley. Você foi secretário do ministro José Américo tanto tempo. Quer dizer, você é um homem que só tem militado na Paraíba e pela Paraíba. Você tem, absolutamente, saúde e coragem, é moço e poderia ser interventor. E o dr. Marcos dos Reis é homem de conversar com o presidente, de contar-lhe anedotas. Ele tem liberdade. É capaz de falar do seu nome, e seu nome pegar e o Getúlio se lembrar. Você é amigo do presidente também. Ele o considera às vezes, conforme se sabe." Ele foi embora, nem se despediu. Isso deu certinho. O Marcos dos Reis foi despachar e disse: "Presidente, o Argemiro vai sair da Paraíba. O senhor está com vontade de substituí-lo. Não seria a vez do Rui Carneiro, o meu secretário

que é seu amigo e essa coisa?" Fez um ligeiro perfil do Rui, lembrando-o para o presidente que disse: "Ótimo, traga o Rui aqui." E o Rui foi nomeado interventor e esteve na crista da Paraíba até morrer.

P.R. — Quando o senhor entrou no Banco do Distrito Federal, de quem era o banco?

D.E. — Do dr. Plácido Martins de Melo.

P.R. — Era o presidente do banco.

D.E. — Era o presidente do banco.

P.R. — Saiu quando o senhor entrou.

D.E. — Não. Ficou comigo. Eu o deixei na presidência durante muitos anos.

M.Q. — Na verdade, esse tipo de banco era constituído por sócios, investidores.

D.E. — Era.

M.Q. — E os maiores sócios administravam o banco.

D.E. — Não, não.

M.Q. — Não necessariamente.

D.E. — Não necessariamente. Recordo que os diretores do banco eram o dr. Plácido, o dr. Legay - León Camille Legay - e outro rapaz, cujo nome não me ocorre agora, mas que era dedicado amigo do dr. Plácido e quem fazia a gerência do banco. O dr. Plácido absolutamente não se imiscuía nos negócios do banco. Ele era um homem muito dado às obras religiosas e tudo o mais. Era um católico prático, militante, extraordinariamente militante, não se preocupava com o banco.

P.R. — Foi a partir desse banco que o senhor começou a se

interessar, então, pelo problema do investimento na área do petróleo.

D.E. — Continuei aí mais acirradamente, com mais possibilidade. Mas, respondendo à pergunta anterior, me ocupei com o banco. E me ocupei tanto, que só 12 anos depois vim a lembrar que tinha pedido uma licença na Saúde Pública. Eu devo ter sido demitido da Saúde Pública por abandono de emprego, porque me esqueci disso.

M.Q. — Nem tomou conhecimento. [riso]

D.E. — É, porque me esqueci.

P.R. — Quando o senhor assumiu o banco.

D.E. — Depois que assumi o banco. Fiquei no curtume e no banco.

P.R. — O curtume lá na Bahia.

D.E. — O curtume na Bahia, mas com escritório grande...

P.R. — Aqui no Rio.

D.E. — ...aqui no Rio, e que depois eu transferi para os cimos do banco. De sorte que ficou muito mais fácil.

P.R. — E até que ano o senhor manteve o curtume e o banco?

D.E. — O banco, até 1955.

P.R. — 1955.

D.E. — Quando requeri a liquidação extrajudicial, 120 dias depois, tinha o suficiente em caixa para pagar a todos os credores do banco, o que foi feito pelo jornal. Foi publicada a lista de todos os depositantes do banco. Nem com sucessivas publicações, apareceram todos os credores. Somadas as importâncias dos que faltaram, o total dava 11 mil contos. Eu mandei depositar essa importância no

Banco do Brasil, no nome das pessoas das pessoas não encontradas.

P.R. — Em que época, mais ou menos, surgiu a idéia da refinaria? Quando o senhor começou a pensar nela?

D.E. — É fácil lhe dizer, porque eu nunca pensei em fazer refinaria. Mas conforme sabemos, em 1945, no dia 29 de outubro, Getúlio foi deposto. E no dia seguinte saiu no Diário Oficial um edital de concorrência para duas refinarias: uma aqui e outra em São Paulo. Então, o dr. Augusto Batista Pereira me convidou pra ir à casa dele. Eu fui e lá encontrei o capitão Ibá Jobim Meireles. Eles me disseram: "Isto saiu publicado, e o grupo Ipiranga do Rio Grande vai se inscrever para concorrer. Nós queríamos que você subscrevesse o capital da Ipiranga. Você subscreveria a uma quantia substancial, uns dois mil contos."

M.Q. — O general Ibá era...

D.E. — Era capitão.

M.Q. — Era parente seu, não era?

D.E. — Da Míriam.

M.Q. — Da Míriam.

D.E. — Primo da Míriam, casado com uma prima-irmã da Míriam. Foi o homem que mais estudou o assunto. O homem que mais aprendeu, a quem se deve efetivamente tudo, toda a legislação do Conselho Nacional do Petróleo e, também, a refinaria. O capitão Ibá era do Ministério da Guerra e fazia conexão com o Conselho Federal de Comércio Exterior, que funcionava no Itamarati. Lá é que nasceu a idéia do Conselho Nacional do Petróleo. O Ibá, já muito senhor do assunto, foi quem fez com que... Não sei se é

forte dizer "fez com que", mas trabalhou imensamente junto àquele Conselho para que se fundasse o Conselho Nacional do Petróleo. E lá, isso foi obtido. O Brasil deve imensamente a esse homem, que nunca quis aparecer no assunto, mas é quem mais sabe, quem mais trabalhou.

M.Q. — E o general Horta Barbosa?

D.E. — Nascido o Conselho Nacional do Petróleo - por decreto - foi nomeado presidente do Conselho do Petróleo o general Horta Barbosa, que convidou o general Ibá para seu secretário.

M.Q. — Eles já eram relacionados?

D.E. — Não sei. Ele ficou sendo o vade-mécum do general Horta Barbosa. Não sei se é deprimente dizer isso.

P.R. — Há notícias de que o general Horta Barbosa sempre foi partidário da construção de uma refinaria, se não me engano, na Bahia, mas que havia elementos dentro do próprio governo que dificultavam essa atividade.

D.E. — Não.

P.R. — Levavam uma outra versão para o Getúlio...

D.E. — Desconheço isso. Do que o senhor falou da refinaria na Bahia, eu devo lhe dizer que, antes de jorrar o petróleo do poço de Lobato, eu tinha ido ao Uruguai, estudado como funcionava a ANCAP, e feito grande amizade com o dr. Carlos Augusto Vegh Garzón, que era o diretor-superintendente. Depois, de lá, fui a Buenos Aires, onde passei algum tempo também no IPF, e daí a minha amizade com o general Mosconi que é o herói e um dos maiores homens da América do Sul. Foi ele quem botou abaixo, quem ganhou a partida, a luta com as companhias. Aqui, ganhamos nós,

mas as companhias estavam desarmadas do direito adquirido, ao passo que na Argentina, havia direitos adquiridos em tudo, inclusive na prospecção, no refino, no comércio: em tudo. Eis que um dia, um coronel que comandava um regimento de aviação disse...

P.R. — Isauro Reguera?

D.E. — Não. Eu disse o nome dele agora: o coronel Mosconi. Ele perguntou: "Por que não houve exercício dos aviões hoje?" Aí o capitão respondeu: "Por que, coronel, nós estamos devendo no posto de gasolina. Estamos atrasados lá no pagamento, mandamos buscar gasolina para os aviões levantarem vôo, e o homem lá disse que só fornece a gasolina quando nós pagarmos a outra." Esse homem, então, teve um lampejo de inteligência. Disse o seguinte: "Vão lá e tragam a gasolina à força. Tragam de qualquer jeito." Mandou a força armada lá buscar o petróleo de que precisava, e ela trouxe. E concluiu, primeiro, que a Argentina não tinha independência de coisa nenhuma. Para que seus aviões voassem, precisava estar em dia com o posto de gasolina. [risos] Dependia do bom humor do homem do cachimbo, o que distribuía. Segundo, que pela força se conseguia. Foi, então, ao seu ministro da Guerra, contar o fato. E disse: "Precisamos tomar uma providência."

Desse momento em diante, ele estava tomando as providências, procurando convencer os homens do governo que, do jeito que estava, a nação não podia andar, não podia ser. E assim foi para o Congresso, onde teve as maiores dificuldades, tremendas dificuldades, porque ninguém acreditava nisso. Sobretudo pelos direitos adquiridos que as companhias tinham, o setor jurídico dizia que isso não era possível. Também não havia dinheiro para a desa-

propriação de tão grande coisa. Ele, então, se lembrou de fazer uma indústria paralela. Iniciou a indústria paralela, contra uma vontade imensa, dentro de uma luta bravia, e chegou a realizar essa indústria. Como pesquisou e encontrou óleo, importou refinaria e refinou, tudo muito mais barato, passou a aumentar a quantidade e a fazer dumping contra as outras companhias. E assim venceu as companhias, que deram-lhe a mão. Ele venceu de uma maneira rara no mundo.

M.Q. — Mas em que período o senhor foi à Argentina?

D.E. — Não me recordo. Em 1945 eu já tinha ido, quando eu vi em La Plata, funcionando, uma refinaria de vinte mil barris: gasolina de aviação, diesel, fuel oil. Desligue isto...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. — O senhor estava contando sobre a reunião com o capitão Ibá e com o dr. Álvaro...

D.E. — Augusto Pereira. Aí a coisa evoluiu para eles dizerem o seguinte: "Por que você não faz? Por que você não organiza uma companhia e concorre para fazer a refinaria? Não é contra os seus postulados! É somente de brasileiros, é baseada no que está prescrito no Conselho Nacional do Petróleo: somente brasileiros natos; se casados, com mulher brasileira nata." O Batista é casado com uma moça que nasceu por acaso no Uruguai - a Estela - e por isso foi diretor, foi tudo, fez comigo a refinaria e nunca pôde ter uma ação. Raul Fernandes, que era ministro do Exterior, também não pôde ter ação, porque era casado com uma estrangeira, por isso ele se lamentava muito. Ele

é muito entreguista. Eu aí, sem juízo, disse:"Vamos fazer" e iniciamos. Ali tem o nome de todos os acionistas*; eu vi num daqueles papéis esmaecidos pelo tempo. No dia seguinte passei a organizar a companhia, fundada com o nome de Refinaria do Distrito Federal, que depois mudou para Manguinhos.

P.R. — Foi decidido, então, nessa reunião.

D.E. — Nessa reunião.

P.R. — Na casa do dr. Augusto...

D.E. — Augusto Batista Pereira. Mas eu lhe digo, se foi em conseqüência da publicação do edital, foi logo ali depois de 1945: novembro, dezembro.

M.Q. — Foi. Logo depois de deposto o Getúlio.

D.E. — Novembro de 45. Foi em dezembro, e aí nasceu. Nunca mais parou até hoje.

P.R. — O senhor deu entrada logo com o requerimento junto ao Conselho Nacional do Petróleo.

D.E. — Nós nos organizamos e entramos. E essa concorrência, foi bravíssima, nunca se viu uma coisa dessas.

P.R. — Os gaúchos fizeram parte da concorrência.

D.E. — Fizeram e perderam.

P.R. — E o Alberto Soares Sampaio também.

D.E. — Perdeu. Só quem ganhou fui eu. Ganhei sozinho. Aí é que veio o negócio do Berle, não lhe contei?

P.R. — Sim, contou.

D.E. — Foi graças ao Berle que eu preenchi o que ele não preencheu: ter uma carta da Standard Oil da Califórnia para fornecimen

---

* Aponta para a caixa de documentos que apresentara antes da gravação aos entrevistadores.

to do óleo por dez anos, numa quantidade de dez mil barris por dia.

P.R. — E a Standard Oil cumpriu esse contrato?

D.E. — Totalmente.

P.R. — O problema aí é o seguinte: outras companhias norte-americanas que atuam lá dentro dos Estados Unidos não pressionaram a Standard Oil da Califórnia no sentido de...

D.E. — Eu não sei.

P.R. — Provavelmente sim.

D.E. — Eu não sei. Começou com a saída do Berle, pois o puseram para fora por isso. Quiseram que o Berle viesse aqui e desmanchasse isso.

P.R. — E ele recusou-se.

D.E. — Eu não lhe contei?

P.R. — Sei, contou.

D.E. — "Não sou da escola, não sou da carrière também, não sou... Conheci o Brasil como embaixador. Meu trabalho foi esse. As conseqüências foram estas: por isso o Brasil de braço com os Estados Unidos, os engraxates falando inglês, os aeroportos feitos para que as fortalezas voadoras voassem para a África, para a invasão. E depois os brasileiros puseram fuzil no ombro e foram conosco para os apeninos. É contra esse povo que eu vou agir, eu? Não. Nem como jurista, nem como homem, nem como amigo, não posso. Estar formado como advogado e ser defensor de interesses dessas companhias que martirizam o mundo todo, inclusive os Estados Unidos? "O Roosevelt ia fazer o que a Argentina fez, ia fazer...

M.Q. — A indústria paralela.

D.E. — A indústria paralela.

P.R. — Vamos encerrar por hoje, Maria Ana?

M.Q. — Vamos. Dr. Drault, na próxima sessão, se o senhor permitir, vamos entrar realmente na questão da refinaria.

D.E. — Sim.

[FINAL DA FITA 2-B]

2ª Entrevista: 02.07.87

P.R. — Dr. Drault, em maio de 1939 o governo federal baixou um decreto, o de nº 4.071, em que estabelecia critérios para a montagem de refinarias particulares no Brasil e restringindo sua propriedade apenas a brasileiros casados com brasileiras. Então, o Jesus Soares Pereira conta...

D.E. — E quando brasileiras, brasileiras natas.

P.R. — Brasileiras natas, exatamente. E conta o Jesus Soares Pereira, no livro dele...

D.E. — Você lembrou um nome que me é muito grato.

P.R. — No livro dele, ele conta que a Esso havia simulado a construção de uma refinaria em São Paulo sem nenhuma especificação técnica, apenas para preservar direitos adquiridos.

D.E. — Direitos adquiridos, é uma verdade.

P.R. — O senhor conhece detalhes desse episódio?

D.E. — Sem dúvida. Em me recordo perfeitamente de que o Conselho Nacional do Petróleo acabou com isso, não sei de que maneira. Naquele tempo, o capitão Ibá foi o agente disso. No Conselho, ele foi o executor da eliminação desses pretensos direitos

adquiridos de uma companhia estrangeira, que era a única existente. Dizia-se no Conselho, que ela não era sequer uma refinaria. Era uma coisa mais ou menos, digamos, de papelão: as canalizações não eram canalizações... Era uma fantasia... Não era um retrato, mas uma caricatura de refinaria em São Paulo.

P.R. — Parece que os americanos, então, tinham dois comportamentos nesse aspecto. Inicialmente, eles não queriam qualquer espécie de refinaria no Brasil, a fim de terem campo livre para a exportação de seus derivados, não é?

D.E. — Sem dúvida. O comércio total no país. Durante esse século, eles haviam anestesiado aqui a idéia, a possibilidade de que o Brasil efetivamente tivesse qualquer quantidade por mínima que fosse, de petróleo. Isso era mais barato para eles, porque era tranqüilo, não havia problema. Se quisessem, àquele tempo eles poderiam ter requerido fazer as refinarias que desejassem e teriam conseguido, sem dúvida alguma. Mas eles não queriam nem sequer levantar a lebre. O negócio deles era, efetivamente, vender os produtos manufaturados e, digamos, destilados sobretudo no Caribe.

P.R. — Na ilha de Aruba?

D.E. — De Aruba, que era, sobretudo, mais perto para as companhias. De resto, as companhias costumam dividir entre elas, nos países que dominam, as regiões em que vão comercializar, em que vão explorar o assunto e o povo.

M.Q. — Evidentemente, esse episódio está vinculado à criação do CNP.

D.E. — Do Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. — O Conselho Nacional do Petróleo. Evidentemente, es

sas companhias já deveriam estar sabendo que ia sair uma legislação específica regulamentando isso. E uma pessoa que lhe era muito próxima, o capitão Ibá...

D.E. — Ibá Jobim Meireles.

M.Q. — ...foi uma das pessoas designadas... Ele era do Conselho Federal do Comércio Exterior, não era?

D.E. — Ele era do Ministério da Guerra, que representava no Conselho Federal do Comércio Exterior. Era um elemento de ligação.

P.R. — Entre o Ministério da Guerra e o Conselho Federal do Comércio Exterior.

D.E. — É, exatamente: onde nasceu o Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. — Exatamente, o Conselho Nacional do Petróleo. E o Ibá Jobim Meireles foi um dos primeiros que, junto com o Horta Barbosa, organizaram o CNP. Parece que o Jesus Soares Pereira entrou depois...

D.E. — Entrou depois, vindo do Ministério da Viação.

M.Q. — Parece que o Jesus também estava no Conselho de Comércio Exterior...

D.E. — O Jesus Pereira já vinha de lá?

M.Q. — Já vinha de lá. Ele era do Ministério da Agricultura, depois mais tarde foi do...

D.E. — O Jesus era um homem muito malsinado naquela época. Era alvo sempre de ataques por ser um comunista, o que absolutamente não era.

M.Q. — É, exatamente. Ele ficou com essa fama.

D.E. — Ficou, mas não era.

M.Q. — Eu sei disso.

D.E. — Era um rapaz conhecedor das coisas, um estudioso, um patriota. Um rapaz de primeira ordem em todos os sentidos, sem dúvida alguma. Ele foi um dos membros daquele grupo de trabalho que Getúlio nomeou e depois conversou comigo para redigir a mensagem da...

P.R. — Da Petrobrás.

D.E. — Da nº 2.004.

M.Q. — O senhor que tem relações até de parentesco com o capitão Ibá, nesse período começou a se interessar pelas questões de energia, por essa...

D.E. — Pois não.

M.Q. — O capitão Ibá tem relação com esse seu interesse por energia, por petróleo?

D.E. — Tem, pois não. Foi efetivamente com ele que eu aprendi mais como se poderia trabalhar e dar energia ao nosso país...

M.Q. — É. Mas o senhor tinha conhecimento...

D.E. — Ele era um homem altamente preparado nisso. Eu não sabia que ele era tão preparado assim.

M.Q. — Mas o senhor tinha conhecimento do que estava se processando para a organização do CNP, que tipo de órgão seria, quais seriam as atribuições? O senhor acompanhou isso através dele?

D.E. — Acompanhei através dele. Nós conversávamos muito. Naturalmente, não me recordo agora como era a constituição do Conselho. Mas era um conselho eminente, sem dúvida alguma. Se bem que eu fosse muito moço, eu já tinha algumas

amizades, que eram usadas para conversar com essas pessoas. Suficientemente instruídos pelo Ibá, nós derramávamos essa "cienciazinha", esses conhecimentos para essas pessoas já mais maduras, mas que faziam parte do Conselho...

M.Q. — Quem eram essas pessoas?

D.E. — Eu não me recordo agora. Mas eu estou dizendo que eram figuras eminentes. Eles não eram anônimos.

M.Q. — Nesse período o senhor já pensava em investir em refinarias. E ele teve...

D.E. — Não, eu não pretendia, absolutamente não pensava em investir em refinarias. Esse veio posteriormente. Nós estávamos no COnselho Federal do Comércio Exterior e daí nasceu o Conselho Nacional do Petróleo, que estabeleceu suas exigências, fez uma legislação magnífica. Ainda hoje você olha e vê como foi acertada, como foi bem-feita. E, lendo aqueles meus estudos, os conhecimentos que adquiri na lesgislação argentina, você vê como o nosso Conselho é eivado daqueles conhecimentos argentinos, vindos do general Mosconi.

Depois de tudo isso, eu passei a torcer fervorosamente para que o Conselho executasse o programa que nós tínhamos concebido intelectualmente. Nós trabalhávamos em todos os sentidos. Esses nossos grupinhos de trabalho particulares... Eu procurava amigos, para que entrassem nesse assunto. Era uma conspiração, na qual também se sobressaía muito o dr. Eliézer Magalhães.

P.R. — Qual era o interesse do Eliézer pela questão do petróleo? Quando surgiu?

D.E. — Eu não me recordo precisamente quando surgiu. Ele

era um espírito adiantado, um estudioso dessas coisas. Sabia os males do nosso país, as razões do nosso atraso, e naturalmente, a questão do petróleo; a questão da energia despontava com furor. Na minha primeira viagem à Argentina com esse objetivo, encontrei o dr. Eliézer Magalhães, exilado do Brasil e conhecendo muito bem o YPF.

M.Q. — Isso foi em 1932, na sua viagem de lua-de-mel?

D.E. — Não. Foi por volta de 1938. Em 1932, foi minha primeira viagem, em lua-de-mel, e não tratei disso.

M.Q. — Quando é que ele esteve exilado lá?

D.E. — Creio que ele foi exilado em consequência dos acontecimentos de 35, não foi?

P.R. — Certo. Foi isso.

D.E. — Ele foi exilado em 1935. Não sei se eu estou dizendo bem a verdade. Mas ele era muito amigo e ligado ao dr. Pedro Ernesto, que teve aquele baque político por causa de 35, não foi?

P.R. — Foi.

D.E. — Foi em 1935. Não estou em condições de dizer, mas parece que o dr. Eliézer Magalhães assumiu a responsabilidade pelos atos e pela ação desenvolvida pelo dr. Pedro Ernesto no bas-fond da política daquele tempo. O Pedro Ernesto foi preso, mas o dr. Eliézer assumiu muitas responsabilidades e, por essa razão, foi exilado. Nesse tempo, até, seu irmão, o coronel Juracy Magalhães, era interventor no estado da Bahia e lhe deu fuga.

P.R. — Aí o senhor encontrou-se com ele em Buenos Aires.

D.E. — Passei muito tempo com ele em Buenos Aires.

P.R. — Então, ele já era um estudioso do problema do pe-

tróleo argentino.

D.E. — E um afeiçoado à maneira como o problema se tinha resolvido na Argentina. Ele me induziu então, a estudar bem o YPF. Aí é que eu conheci o general Mosconi e o Cánepa, que era seu braço direito. Aliás, o Cánepa foi quem, posteriormente, superintendeu todo o trabalho de formação da ANCAP, que era estatal, também, no Uruguai. O Cánepa teve como auxiliar o uruguaio emérito, dr. Carlos Augusto Vegh Garzón. Quando o Cánepa voltou, o dr. Garzón ficou sendo a figura número um do que havia em petróleo no Uruguai.

P.R. — O senhor teve vários contatos com o general Mosconi?

D.E. — Tive vários contatos. Tive três contatos com ele.

P.R. — Ele era o presidente da YPF?

D.E. — Era o presidente da YPF.

P.R. — Exatamente que sentido tinha a ação dele?

D.E. — Leia. Está lá no livro preto.

M.Q. — Mas é importantee que o senhor diga.

D.E. — Ah, é?

M.Q. — É claro.

P.R. — A Argentina já tinha uma infra-estrutura petrolífera.

D.E. — O general Mosconi, que era coronel, comandava um regimento de aviação. Certo dia, ele perguntou: "Os aviões não subiram hoje para fazer exercício?" E o capitão disse: "Desculpe, coronel, mas é que nós ficamos sem combustível. Fomos buscar combustível nos nossos fornecedo-

res, no posto de gasolina, e eles disseram que nós estávamos no vermelho lá e que só nos forneceriam a gasolina depois que pagássemos. "O coronel ficou indignado com isso e mandou que fossem lá e trouxessem o combustível à força. A patrulha foi e trouxe o combustível. Ele, então, concluiu - e disse várias vezes - que a Argentina não podia dizer que era uma nação, porque dependia do homem do cachimbo - do bom humor do homem do cachimbo - para ter gasolina ou não. E também concluiu que, com a força, era possível ter, porque a Argentina a esse tempo, era perfeitamente estabelecida, tinha um comércio completo: os poços, as refinarias, tudo. Eu creio que, naquele tempo, a Argentina tinha quase 40% do que gastava em combustível.

P.R. — Certo. Ela já tinha uma indústria petrolífera montada.

D.E. — Montada.

P.R. — Mas que não era explorada por ela.

D.E. — Isso.

P.R. — Antes do general Mosconi?

D.E. — Antes do general Mosconi. Totalmente por ela. O general Mosconi veio trabalhar o governo - o seu ministério e o governo em si - para citar o exemplo acontecido com ele, o dos aviões não levantarem vôo porque não tinham combustível.

P.R. — Mas esse combustível era do Estado?

D.E. — O combustível era das companhias.

P.R. — Das companhias estrangeiras.

D.E. — Estrangeiras.

P.R. — É isso que eu estou perguntando.

D.E. — Sem dúvida, não havia nada de nacional, coisa alguma. Este foi o ponto de partida do general Mosconi. Aí foi a grande luta dele, muito maior do que a nossa, por causa dos direitos adquiridos, das concessões dadas. E houve luta também no Congresso para desmanchar isso. A saída dele foi fazer uma indústria paralela. E ele encontrou petróleo, principalmente em Rivadávia.

P.R. — Comodoro Rivadávia.

D.E. — Encontrou muito petróleo em Comodoro Rivadávia e fez refinarias. Tudo ficava mais barato, pois não se aspirava a ter lucros, que eram empregados na pesquisa e na perfuração. Aí foi um bolo de neve que ia aumentando. Mosconi acabou fazendo dumping contra as outras companhias que tinham seu negócio. Elas se renderam por isso.

M.Q. — Quando o senhor voltou de lá é que começou a conversar com o capitão Ibá?

D.E. — Sim. Eu já vinha com a consciência mais incendiada, porque achava que havia solução. Para o meu ideal, havia solução, e uma solução próxima, que era copiarmos a Argentina, com a vantagem de aqui não haver os direitos adquiridos. Restava somente adquirirmos a convicção de que era possível encontrar petróleo no nosso território. Mas encontrar só seria possível com grandes despesas e gastos e, para isso, era preciso haver grandes lucros da indústria da refinação. Por conseqüência, era necessário que se fizesse a refinação com óleo importado, para se ganhar dinheiro com isso. Tanto que nas refinarias iniciais, 50% do lucro era creditado ao Conselho Nacional do Petróleo - 50%, de saída - afora os impostos que se pagavam. Dessa

maneira, isso efetivamente era muito interessante para o governo.

P.R. — Ao sair da Argentina o senhor foi para o Uruguai on de conheceu o engenheiro Garzón, ou isso foi antes?

D.E. — Não. Eu morejei em Montevidéu antes.

P.R. — Antes de Buenos Aires.

D.E. — Antes de ir para La Plata, onde havia uma das primeiras refinarias, de vinte mil barris, naquele tempo.

P.R. — E quando o senhor passou por Montevidéu, já havia combinado com o engenheiro Garzón para ele vir ao Brasil?

D.E. — Não. Apenas o vi e disse que gostaria de aprender e posteriormente desenvolver no meu país uma coisa semelhante. Eu no meu país queria ver como era possível.

P.R. — Então, o senhor voltou a Montevidéu para trazer o engenheiro?

D.E. — Várias vezes.

P.R. — Numa delas, o senhor trouxe o engenheiro Garzón?

D.E. — Ele não veio comigo. Veio depois... Eu o contratei, e ele veio muitas vezes.

M.Q. — No livro do Jesus Soares Pereira, ele diz que essa parte...

D.E. — Não tenho o livro dele.

M.Q. — O senhor não tem?

D.E. — Não.

M.Q. — Eu posso ver. Mas, no livro, ele diz que as primeiras reuniões para a organização do CNP - e que iam regular toda a política do petróleo do país - foram bastante sigilosas.

D.E. — Sei.

M.Q. — Mas o senhor deveria ter conhecimento dessas...

D.E. — Sim, sem dúvida.

M.Q. — Do que se passava.

D.E. — Do que se passava.

M.Q. — E o senhor poderia falar um pouco do que ficou sabendo?

D.E. — Eu merecia a confiança do Conselho e do...

M.Q. — Do capitão.

D.E. — O capitão Ibá falava comigo, autorizado pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa. Ele me falava o necessário, me dava algumas tarefas, em cuja solução eu possivelmente poderia auxiliar.

M.Q. — E o senhor se lembra dessas sugestões que deu, dessas discussões, dessas conversas?

D.E. — Lá não havia sugestões. Eu me recordo que o meu trabalho era no sentido de conseguir que o Conselho aprovasse aquela proposta.

M.Q. — O Conselho Nacional do Petróleo ou o Conselho do Comércio Exterior?

D.E. — Não. Que o Conselho...

P.R. — Federal do Comércio Exterior...

D.E. — ...aprovasse o projeto de criação do Conselho Nacional do Petróleo.

[FINAL DA FITA 3-A]

M.Q. — Nós estávamos falando a respeito da criação do CNP, da importância do Ibá Meireles.

D.E. — O Ibá Meireles teve uma importância capital no desenrolar de tudo isso, porque, além de ser um homem extraordinariamente inteligente, ele fez cultura e era um devotado à causa. Não houve ninguém no Brasil que estudasse e se dedicasse mais a este assunto do que o general Ibá Jobim Meireles.

P.R. — O Conselho Nacional do Petróleo foi criado em abril de 1938. Logo em janeiro de 1939, ou seja, menos de um ano depois, surgiu o poço de Lobato. O senhor acredita que já foi conseqüência da criação do Conselho? Antes se dizia que não havia petróleo no Brasil.

D.E. — Não.

P.R. — Não?

D.E. — Não. Eu creio que não. Pode ser apenas coincidência, porque o poço surgiu no dia em que o Garzón chegou aqui. Nós estávamos no aeroporto, eu fui receber o Garzón, quando tive a notícia de que tinha surgido o poço de Lobato.

P.R. — Então, já se processavam pesquisas petrolíferas na Bahia antes da criação do Conselho?

D.E. — Já, pois não. Era o Cordeiro...

P.R. — Oscar Cordeiro.

D.E. — Oscar Cordeiro.

P.R. — Mas ele teve aquela luta contra o Ministério da Agricultura...

D.E. — Sim, Oppenheim...

P.R. — E Malamphy. Eles eram dois geólogos americanos.

D.E. — Dois geólogos americanos.

P.R. — E mais alguns brasileiros como o Glycon de Paiva, o Irnack do Amaral e o Sílvio Fróis de Abreu...

D.E. — O Glycon nunca foi afeiçoado das nossas idéias.

P.R. — É claro, nunca foi.

D.E. — Nunca foi. Infelizmente, porque era um geólogo de primeira categoria. O Glycon tinha anteriormente adquido a convicção de que nada existia de petróleo no Brasil, de maneira que era onírico quem pensasse nisso.

P.R. — Mas quando o petróleo foi descoberto em Lobato, em janeiro de 1939, essas pesquisas já não estavam sendo realizadas sob o patrocínio do Conselho?

D.E. — Não, não sei. Não posso lhe dizer afirmativamente.

M.Q. — Parece que foi, inclusive foi o Guinle quem financiou a ida do Glycon de Paiva, do Fróis de Abreu e do Irnack, que fizeram um trabalho em 1936, falando sobre a possibilidade de haver petróleo na Bahia.

D.E. — Sei! Petróleo na Bahia.

M.Q. — Acho que foi o Guinle quem financiou isso.

D.E. — É?

M.Q. — É.

D.E. — Não me recordava desse episódio.

P.R. — Quando o senhor contratou o Garzón em Montevidéu, para estudar o problema da montagem de uma refinaria...

D.E. — Era para fazer a refinaria...

P.R. — De Mataripe.

D.E. — ...com petróleo importado. Não se pensava em abastecer a refinaria com petróleo de Lobato. Isso surgiu depois.

P.R. — Eu sei. Mas nessa época em que articulou a vinda do Garzón o senhor tinha o apoio "oficioso" do genéral Horta Barbosa ou ele não sabia que o senhor estava se articulando com o Garzón em Montevidéu?

D.E. — Sabia sim. Trocávamos informações. Eu contava tudo ao Ibá, que transmitia ao general.

P.R. — Ele sabia através do capitão Ibá.

D.E. — É.

P.R. — E o senhor ficou conhecendo o Garzón por intermédio de alguma pessoa lá de Montevidéu especializada nesse ramo petrolífero?

D.E. — Não me recordo quem me apresentou ao Garzón. Como eu não esperava uma apresentação para essas coisas, não me demorava com isso, eu ia mesmo...

P.R. — Direto ao assunto.

D.E. — ...direto ao assunto. Ia conversar com as pessoas.

M.Q. — No seu discurso*, o senhor diz que informou o Góis Monteiro, que era o chefe do Estado-Maior, sobre essa sua intenção.

D.E. — Perfeito. Eu conversava muito com o general Góis a respeito do assunto. Ele era um homem que efetivamente entendia muito do assunto. Quando, já muitos anos depois,

---

* Discurso proferido pelo entrevistado, enquanto senador, em maio de 1952 no Senado.

faleceu o major Roberto Carneiro de Mendonça, presidente da companhia que eu tinha fundado para fazer a refinaria do Distrito Federal, eu fui consultar o Góis Monteiro sobre o substituto e dei o nome do Juarez. Ele achou excelente, mas me disse: "Mas não posso dispensá-lo. O Juarez é subchefe do Estado-Maior - naquele tempo havia esse lugar - e a ele está entregue toda essa questão de transporte do Exército, de sorte que ele está desenvolvendo um trabalho importantíssimo do qual não pode se ausentar." Falamos em outras pessoas quando me lembrei: "Vamos experimentar um civil. Por exemplo, o Salgado Filho." Ele disse: "Ótimo! É um homem de bem, honrado e decente, e pode prestar grandes serviços ao senhor." Aí, fui convidar o Salgado, já com a chancela do Góis Monteiro, o que vale dizer, a chancela do Exército.

M.Q. — Mas o senhor está falando de um período da refinaria de Manguinhos.

D.E. — Manguinhos.

M.Q. — Eu estou falando do período da primeira proposta, que o senhor apresentou junto com o interventor Landulfo Alves em 1939...

D.E. — Ah, sim! Não havia qualquer idéia de refinaria no Rio de Janeiro.

M.Q. — Não. Era na Bahia.

D.E. — Era na Bahia.

M.Q. — Justamente. Era o projeto do Garzón.

D.E. — O projeto do Garzón.

M.Q. — E o senhor deu ciência disso ao Góis Monteiro.

D.E. — Deu-se ciência de tudo o que se estava transando

com o governo da Bahia. O Landulfo Alves acreditou na idéia de que era possível fazer uma refinaria e que era pela refinaria que deveríamos começar o grande programa do petróleo no Brasil.

P.R. — Mas a montagem da refinaria dependia, evidentemente, de autorização do Conselho Nacional do Petróleo, não é?

D.E. — Sem dúvida nenhuma.

P.R. — Isso, o senhor tinha, não é?

D.E. — Obtive.

M.Q. — Em 1939?

P.R. — Não. Estou dizendo 1939, com referência ao projeto do Garzón na Bahia.

D.E. — Não havia nada que impedisse o projeto do Garzón até então.

P.R. — Ainda não era o Conselho que ditava as normas.

D.E. — O Conselho não impedia. A legislação do Conselho ainda não impedia isso. Por isso eu pude articular assim. E o dr. Landulfo Alves acreditava que eu quisesse efetivamente fazer. Quando estava tudo pronto e eu obtive tudo, é que levei a papelada completa - o projeto e toda aquela messe de plantas feitas pelo Garzón e sua equipe - ao Conselho e disse: "General Horta, eu lhe trouxe isso. Estão aqui as cartas para fazer a refinaria com a Bahia, mas eu não desejo fazê-la. Eu quero é que o Conselho Nacional do Petróleo faça a refinaria e aproveite os trabalhos feitos. Estão pagos, não custam nada ao Conselho. Eu estou oferecendo."

P.R. — Mas por que o senhor fez isso? Estava sendo deses-

timulado por algum setor do governo?

D.E. — Não. Era a vontade de que a refinaria nascesse estatal.

P.R. — O senhor não tinha qualquer problema na área do governo.

D.E. — Não.

P.R. — Ainda segundo o depoimento do Jesus Soares Pereira, o Souza Costa dificultava muito a montagem de refinarias nacionais no país. Ele era favorável à abertura para o capital estrangeiro.

D.E. — Sousa Costa.

P.R. — Sousa Costa, o ministro da Fazenda da época. O senhor não tem notícia disso?

D.E. — Não, em absoluto. Do Sousa Costa tive apenas o convite - nesse tempo, mas não sei bem em que data - para ser diretor do Banco do Brasil. Ele disse que o presidente da República mandava me convidar para diretor da carteira do Rio de Janeiro do Banco do Brasil.

M.Q. — Uma outra informação que eu tive aqui: o entrevistador do dr. Jesus Soares diz que essa sua proposta da refinaria em 1939, as iniciativas do interventor do Rio de Janeiro e outras que ele cita não contavam com a simpatia do general Horta Barbosa. Ele diz que o Horta Barbosa não era favorável a essas iniciativas privadas. É verdade?

D.E. — É verdade sim. O general Horta Barbosa era pela grande incursão do governo no negócio, mas de forma estatal.

M.Q. — Estatal.

D.E. — De forma estatal. E eu estava de acordo com ele.

M.Q. — A sua proposta de 1939 era junto com o governo da Bahia, não é?

D.E. — Era.

M.Q. — E o senhor teria uma participação minoritária. Era uma companhia mista.

D.E. — Justamente. Mas foi disso que eu abdiquei:desta...

M.Q. — Participação.

D.E. — ...participação na Bahia, querendo, desejando, pedindo que o Conselho Nacional de Petróleo fizesse a refinaria sózinho. E assim Mataripe nasceu estatal.

P.R. — Em 1943, o general Horta Barbosa foi substituído no Conselho Nacional do Petróleo pelo general João Carlos Barreto, que tinha uma linha de pensamento inteiramente oposta. A ação do general Barreto não dificultou a continuidade dos trabalhos de montagem da refinaria na Bahia?

D.E. — O coronel João Carlos Barreto - que era um homem inteligente, agradável etc. - não tinha firmeza nas suas afirmações. Ele recebia tudo e conversava com todos, mas nós não tínhamos nele uma alavanca para acionar o assunto. Ele não era um Horta Barbosa.

M.Q. — Voltando um pouquinho atrás, quando surgiu o seu projeto em 1939, uma série de outras iniciativas apareceram também. Pelo menos, isso está citado nas fontes que eu consultei. Fala-se também em um outro grupo privado - Correia e Castro - fala-se em "San Tiago Dantas e Euvaldo Lodi, com o apoio de Murray - Simonsen".

D.E. — De Murray - Simonsen. O Murray - Simonsen me procurou para ver se podíamos navegar juntos no assunto. Mas ele pensava de forma inteiramente diferente de nós. Ele

não era um adepto do estatismo nem da independência absoluta do negócio. Ele admitia, queria que se obtivesse a participação... que não se obstasse uma participação estrangeira no sentido de se fazer. Ele não custou muito a entender, e jamais chegamos a um acordo. Ele dizia que qualquer participação estrangeira no assunto significava uma presença das companhias que eram as únicas interessadas. E eu passei a dizer a ele que se convencesse de que isso era um assunto brasileiro e que somente aos brasileiros interessava resolver, de maneira que não podíamos nos afastar disso. Os exemplos eram inúmeros.

Eu tive conversas com os Murray - Simonsen e o Wallace - Simonsen, que era o cunhado dele. Mas era ele querendo se juntar a mim, ou eu a ele, para fazermos... Ele queria aproveitar meu entusiasmo, minhas relações e meu trabalho juntando-os a uma participação deles, que entravam com o capital. Mas dizia realmente, que seria um capital estrangeiro, que não deveríamos nos opor, que eu deveria concordar com isso, trabalhar por isso. Por isso, encerramos nossas conversas.

M.Q. — E a iniciativa do interventor do Rio, Amaral Peixoto?

D.E. — Eu nunca soube precisamnete qual foi. Nessa ocasião, o almirante Amaral Peixoto já era governador do estado do Rio de Janeiro, de maneira que as pessoas que podem tê-lo procurado para esse desiderato nunca estiveram comigo. E eu nunca precisei nem tive a oportunidade de falar com o almirante Amaral Peixoto sobre isso. Ele atrapalhou o Getúlio miseravelmente [inaudível] para fazer no estado do Rio.

P.R. — Ah, ele queria a refinaria no estado do Rio.

D.E. — É. [inaudível]. Até hoje - mora aqui, pois é gente que conheço muito - ele não teve uma palavra assim: "Drault, naquele tempo nós tivemos... Você trabalhava contra o Amaral, o Amaral dizia..." [inaudível] Nunca dissemos... Depois, ele foi meu presidente de partido toda a vida, um homem que me elogia muito como partidário, mas nunca tocou nesse assunto. Mas eu sei, através de amigos comuns... [inaudível] fazia o velho arrancar os cabelos.

M.Q. — O Getúlio, não é?

D.E. — É. Ele nunca cedeu. Devemos muito ao Getúlio. O país deve muito ao Getúlio nesse particular.

M.Q. — Então, essas iniciativas todas não deram em nada.

D.E. — Não deram em nada, até que o Conselho transigiu com o dr. Getúlio em fazer as refinarias particulares dentro do meu princípio: do grande lucro das refinarias ser o início da pesquisa e da prospecção de petróleo no nosso país.

M.Q. — O que é muito importante, não é?

D.E. — Este era o argumento-chave que tivemos e que o Conselho também teve contra o Monteiro Lobato, porque ele desejava formar algumas pequenas companhias em São Paulo, para...

D.E. — ...explorar. Ele queria fazer várias companhias, que iriam, então explorar. Agora, imaginem vocês se essas companhias fossem fundadas e nada conseguissem. O dinheiro sempre é pouco e acaba. Quer dizer: aumentaria, então, a descrença do povo brasileiro quanto a ser capaz de fazer alguma coisa. Em virtude dessa argumentação é que me de-

cidi a dizer: "Pois nós fazemos a refinaria somente com capital brasileiro. Temos capacidade para fazer isso. E temos que fazer sacrifícios enormes. Sendo um negócio que só interessa ao Brasil, somente os brasileiros podem resolver, o Brasil pode solucionar."

M.Q. — Então vamos passar... O senhor poderia dizer...

D.E. — O resto era sempre o receio, era um argumento muito usado nas altas camadas: "Não devemos nos atritar com países amigos."

P.R. — Exato.

D.E. — E esses países chamados amigos não desejavam senão fazer o que nós preconizávamos, porque eles eram vítimas, como qualquer país que tenha feito concessão de seu subsolo. Os Estados Unidos são a maior vítima. O Roosevelt ia fazer o mesmo que a Argentina - a indústria paralela - porque era impossível nacionalizar o que existe nos Estados Unidos nesse sentido. Não haveria no mundo quem fizesse isso.

M.Q. — Mas pouco depois dessas iniciativas de 1939 estoura a guerra.

D.E. — A guerra.

M.Q. — O senhor atribui à guerra o fracasso dessas iniciativas, ou acha que o Horta Barbosa teve um papel nisso ou que outros interesses estavam manipulando para que isso não fosse concretizado? Como é que foi essa história?

D.E. — Não sei bem, não me recordo se o fato da guerra... Eu não parei jamais de trabalhar.

M.Q. — Isso é interessante, porque é nesse período que a indústria siderúrgica vai deslanchar.

D.E. — É verdade. A siderúrgica veio, com um prejuízo enorme. Você sabe que uma parte da siderúrgica que vinha de navio foi para o fundo, do mar, de maneira que os Estados Unidos condescenderam em fornecer outra. Mas naquela hora os Estados Unidos transavam conosco em troca de outras coisas. Eles precisavam de outras coisas: Parnamirim e aquelas bases...

P.R. — Natal.

D.E. — Em Natal.

M.Q. — E o senhor acha que essa questão das refinarias foi deixada de lado.

D.E. — Foi.

M.Q. — Ela poderia ter sido negociada aproveitando a maré.

D.E. — É verdade, mas não foi.

P.R. — Mas a substituição do Horta Barbosa pelo João Carlos Barreto não teve o objetivo de facilitar as negociações com os americanos? Até hoje ninguém entende por que o Getúlio, uma vez concedendo a exoneração para o Horta Barbosa, não nomeou para o cargo um outro general que tivesse a mesma opinião.

D.E. — É. Ele trouxe um coronel que estava chefiando o Estado-Maior em Recife. Não sei a razão da escolha. Não me recordo o que preponderou para que o presidente escolhesse...

P.R. — A impressão que isso dá é que o Getúlio estava querendo fazer uma abertura para os americanos, ou em função da guerra, ou para negociar a siderurgia. Enfim, haveria um outro objetivo qualquer.

D.E. — Não sei, não posso lhe adiantar nada do que acho

sobre isso. Na notícia que procuro dar a vocês, não cabe dizer algo que não seja efetivamente o que se passou.

P.R. — Certo. Não há dúvida alguma.

D.E. — Para que os pósteros não tenham dúvida do "trabalhinho" que fizemos.

P.R. — Mas, por exemplo, qual foi sua expectativa quando o general Barreto chegou no CNP? O senhor sentiu alguma desconfiança, alguma dúvida?

D.E. — Não. Senti no general Barreto um homem muito mais afável do que o general Júlio Caetano Horta Barbosa. Ele era muito mais afável, um solteirão amável e festivo, que morava num hotel muito próximo ao Conselho. Ele era um homem aberto às conversas e às prosas. Mas, eu ia dizendo, faltava-lhe firmeza. Ele não a transmitia para nós, que pensávamos com exatidão e firmeza no assunto. Ele não "colava" conosco.

M.Q. — Parece que houve duas propostas da Standard Oil - uma das quais encaminhadas pelo Alencastro Guimarães - que quase foram aprovadas no Conselho de Segurança Nacional. O senhor conhece esse episódio?

D.E. — Falou-se muito disso. Naturalmente, nos assustamos muito...

[FINAL DA FITA 3-B]

M.Q. — Nós estávamos falando a respeito das duas propostas da Standard Oil que foram encaminhadas ao Conselho de Segurança Nacional e quase passaram. Parece que o Alencastro Guimarães estava desfazendo os receios do ministro

da Guerra quanto ao capital estrangeiro e que, inclusive, o Horta Barbosa - ainda era o Horta Barbosa - ficou sabendo disso e mandou dizer ao Getúlio que, se isso passase, ele renunciaria. Nessa história o Ibá ouviu do Getúlio uma resposta bastante interessante, não é?

D.E. — Não me recordo agora da resposta. Recordo-me de que nessa... É evidente que havia um trabalho subterrâneo importante para que as refinarias não fossem feitas. Tanto que, argumentando-se que eu, com meus amigos, não teria capacidade de fazer a refinaria no Distrito Federal, propôs-se ao Conselho de Segurança Nacional, que é formado por todos os ministros e mais...

P.R. — O chefe do Estado-Maior das três armas...

D.E. — ...e secretariado pelo chefe...

P.R. — Do gabinete militar...

D.E. — ...do gabinete militar, chegou, então, a haver a reunião para decidir da proposta de transferir a instalação da refinaria de petróleo do Distrito Federal para São Paulo, porque São Paulo tinha outro estofo comercial e econômico e a localização lá seria também de grande preferência. Isto foi tratado e levado até o Conselho de Segurança Nacional, cuja reunião foi solene, no Catete, com o comparecimento de todos. É um grande apologista dessa idéia da mudança - sobretudo porque me prejudicava - era o dr. Guilherme da Silveira, ministro da Fazenda. Era ministro do Exterior o dr. Raul Fernandes.

M.Q. — Isso já no governo Dutra, não é?

D.E. — Não senhora.

P.R. — É.

M.Q. — É. Porque nós estávamos falando na época do Horta Barbosa ainda, em 40.

P.R. — O ministro da Fazenda do Getúlio era o Souza Costa e o do Exterior, Osvaldo Aranha.

D.E. — Deixemos que o seja, mas o que vale é a idéia da transferência da instalação da refinaria para São Paulo. Devo dizer a vocês - não posso omitir - que trabalhei imensamente, corpo a corpo, com os ministros, os membros do Conselho. Conversei muito, gastei muito tempo, horas e horas com um e com outro, com todo o ministério. O que vale dizer a vocês é como se passou a reunião. Quem primeiro votou - e vota - é o ministro do Exterior, pois este é o ministério mais antigo da República, de sorte que foi o dr. Raul Fernandes o que votou pela mudança.

P.R. — Para São Paulo.

D.E. — Para São Paulo. Em seguida, creio que votou o ministro da Guerra, contra a mudança, ou seja, a favor da refinaria aqui no Rio. Outro ministro das forças armadas votou a favor do Rio, o outro também e assim foram, até que chegou a vez do ministro da Fazenda, que também votou contra a mudança. Ele, que tinha sido o líder da mudança, votou contra. E só houve no Conselho o voto do...

P.R. — Raul Fernandes.

D.E. — ...Raul Fernandes. Depois da reunião, o Raul Fernandes marchou para o Guilherme e disse: "Você me fez... Você foi a mim dizer para votar contra a refinaria no Rio, porque estava tudo combinado que se votaria contra... Entretanto, até você votou contra a mudança para São Paulo." E cortaram relações de uma amizade de 50 anos. Relações foram cortadas por isso, sobretudo pela resposta do dr.

Guilherme da Silveira: "Raul, você votou e eu fiquei muito contente. Mas depois votou o pessoal do quepe. E enquanto votava o pessoal do quepe, todo mundo fazia assim. [risos] De sorte que eu é que não ia ficar com você sozinho." [risos] A guarda do Guilherme fui eu, no corpo a corpo durante dias inteiros.

M.Q. — Foi um trabalho intenso, não é?

D.E. — Foi um trabalho intenso. Mas isso de o Guilherme dizer: "Enquanto o pessoal do quepe votava, os outros ministros todos faziam assim." [risos]

M.Q. — Balançavam a cabeça.

D.E. — Meneavam a cabeça afirmativamente. "Então eu é que não ia ficar com você sozinho." Por isso cortaram relações.

P.R. — O pessoal do quepe era o Canrobert...

D.E. — Eu não me recordo agora.

P.R. — Era o brigadeiro Trompowsky e o almirante Sílvio de Noronha.

D.E. — Era? O Canrobert era um fetichista do programa do petróleo realizado dessa maneira, pelo Estado.

P.R. — O senhor deu entrada na inscrição para a concorrência para a refinaria de Manguinhos durante o ano de 1945, não foi?

D.E. — Não sei se deu tempo. Porque, veja bem, isso não deve ter sido em 1945 porque foi neste ano que saiu o presidente Getúlio, no dia 9 de novembro,* não foi?

---

* O edital saiu publicado no dia 30 de outubro de 1945 e Getúlio havia sido deposto no dia anterior.

P.R. — E no dia seguinte saiu no Diário Oficial...

D.E. — No dia seguinte saiu no Diário Oficial o edital de concorrência. Não é possível que o prazo do edital de concorrência tenha sido o mês de dezembro somente. As coisas devem ter sido feitas em janeiro. Não sei. Nas minhas notas do livro preto consta a data quando eu requeri.

P.R. — Realmente, o julgamento foi em janeiro de 1946, já no governo do Dutra... Não. Em janeiro ainda era presidente o Linhares.

D.E. — Não.

P.R. — Já era o Dutra?

D.E. — Ah, sim.

P.R. — Não. O Dutra tomou posse em 31 de janeiro.

D.E. — 31 de janeiro.

P.R. — A Resolução nº 2 foi que deu a vitória da concorrência da Refinaria de Manguinhos ao senhor. Foi...

D.E. — Aliás, no livro preto há um engano. Ele diz que eu ganhei depois de empatar com outro concorrente, o que não é verdade. Todos perderam e protestaram veementemente na ocasião. Eu ganhei sozinho.

P.R. — Certo. Mas há uma versão...

D.E. — Isso aí não pode ter versão, porque está registrado em ata no Conselho Nacional do Petróleo. Até que gostaria muito de possuir essa ata do Conselho, assim como o discurso que fiz na ocasião.

P.R. — A versão que corre é sobre outro caso. É que, logo que o edital foi publicado no dia 30 de outubro de 1945, o Linhares mandou suspender a concorrência, e o major Ro-

berto Carneiro de Mendonça e o Sampaio Dória, que era ministro da Justiça...

D.E. — Perfeito. Esse Sampaio Dória foi formidável como ministro da Justiça.

P.R. — ...foram ao Linhares e disseram que, se ele suspendesse a concorrência, eles pediriam demissão do ministério.

D.E. — Justamente.

P.R. — Houve isso realmente?

D.E. — Não sei. Mas acredito que o major Roberto Carneiro de Mendonça, que tinha sido meu presidente...

P.R. — Foi presidente da Refinaria de Manguinhos.

D.E. — Foi o primeiro presidente da refinaria de Manguinhos. Agora não estou sabendo... É. Ele já tinha saído do Banco do Brasil. Ele foi presidente da refinaria depois que saiu...

P.R. — Do Banco do Brasil.

D.E. — Da presidência do Banco do Brasil.

P.R. — É. Ele saiu do Banco do Brasil na mesma época em que o Osvaldo Aranha deixou o Ministério do Exterior.

D.E. — Como você sabe das coisas, hein? Em função daquela...

P.R. — Questão da Sociedade Amigos da América.

D.E. — É. Ele saiu por solidariedade ao Osvaldo.

P.R. — Certo.

D.E. — Não é?

P.R. — Foi em solidariedade ao Osvaldo. Mas nesse episódio, quando o Linhares tomou posse logo após a deposição

do Getúlio, o Carneiro de Mendonça foi para o Ministério do Trabalho - por indicação do Eduardo Gomes, que era muito amigo dele - e o Sampaio Dória assumiu o Ministério da Justiça. E, segundo o Joel Silveira, consta que o Linhares teria mandado suspender, anular a concorrência.

D.E. — Eu sei. Eu recordo perfeitamente que na ocasião o ministro Sampaio Dória teve uma decisão que salvou os nossos princípios, apesar de não lembrar agora exatamente qual foi. Eu desconhecia. Nunca falei com o ministro.

P.R. — Nunca falou com o ministro?

D.E. — Não. Ele era um homem de São Paulo e decidiu por convicção própria.

P.R. — Isso está no livro do Joel e do Lourival Coutinho. Então, o major Carneiro de Mendonça foi ao palácio, juntamente com o Sampaio Dória...

D.E. — É difícil procurar.*

P.R. — Não. Está aí.

D.E. — É?

P.R. — Ainda ontem eu estive lendo esse trecho. O capítulo até se chama algo como "Uma concorrência complicada".

Então, eles ameaçaram não fazer parte do governo se a concorrência fosse anulada, porque parece que havia uma pressão do grupo Soares Sampaio, de São Paulo. O Soares Sampaio, de São Paulo. O Soares Sampaio e o Correia e Castro desejavam que a concorrência fosse anulada. E chegou-se a pensar nisso, que não se realizou em virtude da interferência dos dois ministros.

---

* O entrevistado folheia o livro.

Mas o senhor nos contou uma vez que, depois que manteve os primeiros contatos com o embaixador Berle Jr., através do qual o senhor teve a garantia de que haveria suprimento de óleo para a Refinaria de Manguinhos, um cidadão veio dos Estados Unidos, sigilosamente, com uma carta...

D.E. — Sim, sr. Cornius.

P.R. — Ele era pessoa de confiança do embaixador?

D.E. — Não, era um representante da Standard Oil da Califórnia, que veio qualificado para assinar o contrato comercial. Ele trouxe o contrato assinado.

P.R. — E ninguém teve conhecimento disso.

D.E. — Ninguém teve conhecimento.

P.R. — Nem o Conselho.

D.E. — Ninguém.

P.R. — Se o Conselho tivesse, ele teria...

D.E. — É. Isso sempre vazava. Nem minha mulher sabia. Eu me comprometi, a pedido dele, a não dizer nem à dona Míriam.

P.R. — O senhor poderia nos narrar, então, aquele fato que já nos relatou sem gravação, ou seja, como o senhor foi ao Conselho e, na hora da leitura das concorrências, apresentou a carta de garantia de suprimento.

D.E. — Ah, sim. Não obtivemos as cartas prometidas pelas quatro companhias que aqui trabalhavam, nos garantindo o fornecimento do óleo cru pelo tempo e na quantidade que a concorrência exigia. Assim, fomos para lá para perder. Aberta a sessão pelo coronel João...

P.R. — Carlos Barreto.

D.E. — ...Carlos Barreto, naquele anfiteatro cheíssimo, creio que falou em primeiro lugar aquele rapaz que é hoje presidente da... Como se chama essa companhia do Rio Grande?

M.Q. — Ipiranga.

P.R. — Da Ipiranga.

D.E. — Da Ipiranga. Como é o nome dele?

P.R. — Gouveia.

D.E. — O Gouveia Vieira contou que as companhias tinham prometido, mas que tinham faltado, pelo que ele protestava etc.

Em seguida, falou o dr. Raja Gabaglia, que representava outro grupo que concorria por São Paulo. Ele também muito exasperado, leu documentos que comprometiam as companhias, pois elas tinham feito oferecimentos etc., mas, até naquele minuto, não tinham dado a garantia, visivelmente esperando que prescrevesse o prazo e a concorrência acabasse.

Depois, falou o dr. Soares Sampaio - Alberto Soares, presidente de outro grupo - que, também exasperado, leu uma série de telegramas - cabos submarinos naquele tempo - trocados entre as companhias, cartas etc. Mas na última hora não lhe tinham dado a garantia.

O coronel olhou para onde estava a minha bancada, que era constituída do Salgado Filho, do Eliéser, do Batista Pereira e de mim, e perguntou: "E o dr. Drault?" como que dizendo "Ele certamente nada obteve." Aí eu disse: "Não, um momento!" Desci e, diante dele, entreguei a car-

ta. Ele leu a carta e, com as mãos trêmulas, disse: "Meus senhores, o compromisso é em inglês. E a Standard Oil da Califórnia não somente dá ao dr. Drault Ernanny para refinaria do Distrito Federal o fornecimento por dez anos como também a quantidade de dez mil barris."

Houve aplausos imensos da assistência e eu fiquei muito acanhado, pensando como voltaria à presença do Salgado, que até uma hora antes conversava comigo sentido, pesaroso e também com raiva, porque as companhias haviam se negado a atender a todos os nossos esforços para que fôssemos premiados com aquela carta. Mas eu tinha assumido com o embaixador Berle o compromisso de que não diria nada nem à minha mulher, a dona Míriam, o que, efetivamente, cumpri. Assim, eu voltei e disse: "Não me perguntem nada, porque eu depois explicarei tudo."

Mas coincidiu que o coronel me deu a palavra, e eu, então, disse que enquanto aquela alegria esfuziante avassalava aquele ambiente todo, enquanto os meus companheiros também estavam perplexos por termos vencido e obtido aquela permissão, eu recebia a permissão para fazer a refinaria de petróleo do Distrito Federal com muito pesar, porquanto era fiel ao meu pensamento inicial de que ela deveria ser puramente estatal. Assim, continuei dizendo que aceitava aquilo como uma experiência, pois, depois de certo tempo, o governo veria que a refinaria deveria ser estatal e que ele em mim encontraria todas as facilidades para que ela lhe fosse transferida. E mais: isso pesava-me na consciência, pois eu tinha a impressão de que, recebendo aquela permissão, eu estava obtendo um documento pelo qual eu passaria a receber um royalty de quem respirasse os ares benéficos de Friburgo, Teresópolis, Pe-

trópolis e Campos do Jordão.

Houve uma manifestação, uns aplausos tão extraordinários que eu não pude mais continuar o discurso. Ele acabou ali. Infelizmente, não tenho esse discurso, mas ele deve estar no Conselho Nacional do Petróleo, deve ter sido...

M.Q. — Transcrito em ata.

D.E. — E taquigrafado. Aliás, eu apenas estava sendo coerente, porque, no auge da luta anterior a este fato, fui pedir ao Orlando Dantas, diretor do Diário de Notícias, o apoio do jornal para meu ponto de vista. E ele - um homem sério e correto e um bem patriota - me disse que também pensava como eu, mas que era franco em me dizer que esposava o pensamento de quem dizia que eu não tinha capacidade para fazer a refinaria. Eu respondi que punha dúvida nisso, porquanto a refinaria não era uma idéia: ela já estava sendo feita, já estava bastante adiantada. A refinaria estava comprada, pois eu havia pago 50%, depositados no Banco do Brasil. Isso foi quanto o dr. Cadaval, que era diretor de câmbio do Banco do Brasil disse que estava autorizado a cobrar, a exigir da refinaria um depósito de 50%, o que correspondia a dois milhões de dólares. Eu depositei dois milhões de dólares, quando, para qualquer industriazinha, qualquer negócio, a importância que se depositava no Banco do Brasil correspondia 5%, 10%, 15%, o que era muito razoável. Entretanto, para uma refinaria de petróleo que seria a primeira dentro do quadro nacional, se exigia 50%. Mas ele me disse que eram ordens superiores, do dr. Guilherme da Silveira.

Eu expliquei tudo isso ao diretor do jornal e, de

pois de duas horas de muita conversa, ele concluiu dizendo: "Então, o senhor afirma que, se o governo garantisse que iria continuar a refinaria e ultimá-la, o senhor passaria tudo o que gastou, - tudo o que está comprado - sem qualquer lucro real?" Eu respondi: "Perfeitamente. Repito." Ele disse: "Então me proponho a escrever uma carta ao presidente da República - ao presidente Dutra - dizendo o que o senhor acaba de me afirmar." E isso ficou convencionado, eu aceitei. De noite, eu estava em casa quando recebi uma cópia da carta que ele enviara ao presidente da República.

[FINAL DA FITA 4-A*]

D.E. — Recebi uma cópia da carta que ele enviara ao presidente da República. E lembro que ela dizia que eu doava, transferia tudo ao governo, sem qualquer ônus real. Quer dizer, era uma doação de tudo o que estava fazendo, tudo o que tinha sido feito. Eu, então, tomei o automóvel e fui à casa do Orlando Dantas. Quando cheguei lá, ele me disse: "Já sei! Você veio se arrepender!" Eu respondi: "Não. Eu vim apenas conferir com você os termos da nossa carta." Ele, então, me disse, direitinho: "Você disse que daria as coisas sem qualquer lucro real. Eu disse: "Você escreveu sem qualquer ônus real." E ele: "Meu Deus, doutor, como eu fiz uma coisa dessas?" Ele botou as mãos na cabeça: "Que engano extraordinário! Foi a moça, foi a secretária, foi a taquígrafa! Não sei quem foi!" Eu respondi: "Orlando, não se apoquente por isso. O motivo da minha vinda aqui é garantir o seu erro, dar por aprovado o seu erro."

---

* A fita 4-B não foi gravada integralmente.

Desde aquele momento eu tive o Diário de Notícias a nosso serviço até o fim da luta. Bonito!

P.R. — Onde foram comprados os equipamentos da Refinaria de Manguinhos?

D.E. — Nos Estados Unidos. A Foster Wheeler foi quem ganhou a concorrência. Concorreram quatro empresas: a Foster Wheeler, a Lumus, e mais duas empresas. Eram as firmas mais importantes, e ganhou a Foster Wheeler.

P.R. — E ela veio aqui para montar os equipamentos ou eles foram montados por técnicos nacionais mesmo?

D.E. — Foram montados por cinco rapazes brasileiros com sangue na guelra, que tinham estudado nos Estados Unidos armações e...

M.Q. — Estruturas metálicas.

D.E. — Eles me procuraram e disseram: "Nós somos capazes de fazer isso. Garantimos ao senhor." Eu conversei muito e disse: "A montagem está dada a vocês." Isto era um perigo, porque uma emenda da UDN na Câmara nos tinha dado um prazo exíguo para a permissão. Se não fizéssemos a refinaria em tantos meses, a permissão caducaria. E eu, então, fiz isso brigando com a Foster Wheeler, que tinha o direito de fazer a montagem. Mas eu dei a esses rapazes, armaram a refinaria e a entregaram 15 dias antes do prazo.

P.R. — A Foster Wheeler iria também construir e não apenas vender os equipamentos?

D.E. — Não. Ela ia construir também. Mas, os rapazes eram chefiados pelo dr. Augusto Batista Pereira e pelo Parker Lovell, que é o presidente da... Alguns dias depois de inaugurada a refinaria, eles compareceram ao meu

escritório...

M.Q. — Quem foi realmente que montou a refinaria?

D.E. — Quem montou a refinaria foi um grupo de cinco ou seis jovens engenheiros brasileiros, chefiados pelo dr. Augusto Batista Pereira - um grande engenheiro que o Brasil todo conhece - que era meu sócio e diretor da própria refinaria. Esses rapazes, Lovell Parker, Tomás Magalhães, Augusto Batista Pereira e mais dois cujo nome não me ocorre - tinham feito estudos especializados nos Estados Unidos e se propuseram a fazer a montagem. Como dizia o Roosevelt, "nada de grande pode ser feito sem um toque, um sinal, um sal de aventura, sob a condição de se viver num mar de tristeza onde não se goza nem sofre, onde não se faz nem se deixa de fazer." Assim, eu dei a montagem a esses rapazes, que não tinham nenhuma firma, mas que me mereceram a confiança, pelo caráter de cada um. Eles fizeram a refinaria e - vale a pena acrescentar - entregaram 15 dias antes de o prazo prescrever, porquanto a UDN tinha posto na Câmara uma emenda dando um prazo muito exíguo para que as duas refinarias fossem executadas.

Eu fiquei muito contente. Aliás, depois desse trabalho extraordinário - que é o cartão de visita do Rio de Janeiro e do nosso sistema industrial - eles fundaram uma firma, que é a Montreal.

M.Q. — Importantíssima.

D.E. — A Montreal, que é um dos maiores complexos industriais do nosso país, nasceu disso.

P.R. — Depois de o senhor ter ganho a concorrência no Conselho Nacional do Petróleo, como se comportaram os seus concorrentes? O Soares Sampaio, a Ipiranga, enfim, os perdedores.

D.E. — No Rio, quem perdeu foi o Grupo Soares Sampaio. Este grupo declarou-me uma guerra, principalmente ao estabelecimento bancário que eu dirigia, o Banco do Distrito Federal. O Soares Sampaio estava amargurado por ter perdido a concorrência e, talvez mais ainda, pelo fato de eu ter ganho através de uma amizade pessoal, ou talvez de um reconhecimento, pelo embaixador Berle, do valor do Brasil no concerto das amizades internacionais, sobretudo para os Estados Unidos. Enquanto se sentiu assim, ele e o grupo dele ficaram constantemente contra mim.

Eu - como vocês gostam de dizer na gíria - me enchi. Então, fui ao escritório dele. Dei meu cartão, ele me recebeu, mas não me mandou sentar, e disse: "Estranho que o senhor me procure, porquanto não somos, talvez, desafetos, mas temos trincheiras diferentes. E nós somos uma vítima da sua inteligência e do seu trabalho inusitado na conquista. Mas o fato é que nós não nos damos." Eu disse: "Veja só..." Ele: "Só que eu não posso tolerar o senhor." Eu respondi: "Então, mande-me sentar, porque os propósitos da minha visita são diferentes. Eu sou pelas refinarias no Brasil. Não sou pela minha refinaria, sou pelas refinarias. De todos nós, o senhor é o rico. O senhor tem um saboroso saco de dinheiro reunido para esse empreendimento. Entretanto, perdeu. E eu não desejo para o meu país que se perca esse dinheiro que o senhor juntou, amealhou com seus grandes amigos, com seus portentosos amigos. Eu fui ao Ministério da Guerra e propus, conversei muito e achei que os generais, os ministros das áreas militares deveriam convidá-lo para fazer uma refinaria - a refinaria de São Paulo - para aproveitar o dinheiro que o senhor tem reunido e para que o Brasil tenha mais uma re-

finaria. Entretanto, eu disse a eles que exigissem do senhor uma refinaria de vinte mil barris, porque, se o nosso país hoje gasta essa quantidade de barris, muito em breve gastará muito mais. Assim, seria uma exigência que o senhor fizesse vinte mil barris", quer dizer, encher-se de ainda mais dinheiro. E continuei: "De maneira que o meu pensamento foi este. Eu vim aqui para dizê-lo ao senhor. Agora quanto ao seu tratamento, à sua perseguição, todo o trabalho que o senhor tem desenvolvido até contra instituições minhas, isto vai parar agora, nesse instante." Tirei do bolso uma carta e disse: "Tome, leia, fique com ela que eu tenho muitas...", não havia xerox naquele tempo...

P.R. — Fotocópias.

D.E. — "Tenho muitas fotocópias. E esta carta é a pior possível para um homem que se diz decente e que vive no nosso meio." Era um conluio dele com firmas estrangeiras, com um truste. E ele ficou alucinado, porque não sabia como eu a havia conseguido. Ele, então, disse: "O senhor é um monstro." Eu respondi: "Não sou, sou um homem sério e que deseja que o senhor ponha o seu balaio de dinheiro a serviço do meu país para fazer outra refinaria. O senhor vai requerer isso ao Ministério da Guerra. Eu já fiz o pedido, estou trabalhando, vamos todos nos dar as mãos para o senhor fazer essa refinaria em São Paulo. O país somente terá a lucrar." E ele então me disse: "Não sei, quase que me falta a voz. Não sei se agradeço ou se digo que eu fico aqui purgando o que o senhor acaba de me esfregar na cara, que é essa carta." E eu disse: "Passe muito bem" e fui embora.

No outro dia, ele foi ao meu escritório, acompanhado de dois irmãos, e disse que queria me levar em casa. Era o fim expediente. No automóvel, ele disparou a chorar e dizer: "Drault, eu sou um insano, sou um miserável. Você não sabe o mal que eu fiz a você." Eu respondi: "Mas você vai pagar com o bem que vai fazer ao Brasil, fazendo a refinaria. Você já foi lá no Ministério da Guerra?" "Já. E encontrei o seu trabalho feito." E me disse mais: "Queria lhe dizer que quando eu fazia os meus planos contra você, minha filha dizia: 'Papai, Nossa Senhora me fiz que este homem não é o que o senhor pensa, que o senhor está enganado a respeito dele'." Ela é a mulher do Paulo Geyer.

P.R. — Sei: do Fontainha Geyer.

M.Q. — Como é que o senhor conseguiu a carta?

D.E. — Isso eu não posso dizer. [risos] Isso foi a luta.

P.R. — Mas antes, ainda no processo, depois de ganha a concorrência, o senhor ainda enfrentou algumas dificuldades muito sérias. Por exemplo: houve a obrigação de um depósito de 350 contos, dentro de 30 dias, no Banco do Brasil...

D.E. — Sim, houve. Mas antes de terminar esse episódio, devo lhe dizer que eu inaugurei Manguinhos e, mais ou menos cinco dias depois, fui convidado para a inauguração de Capuava. E lá, quando eu entrei, havia nunca menos de mil oficiais do Exército e mais umas 1.500 pessoas sentadas no maior banquete que eu já vi, uma festa extraordinária. Então, o Alberto Soares Sampaio bateu com um garfo num copo de cristal e disse: "Meus senhores, meus amigos que estão todos aqui para me homenagear e dar graças a Deus pelo

Brasil ganhar uma refinaria - uma coisa extraordinária para o seu desenvolvimento e tudo o mais - eu devo dizer que essas homenagens não devem ser dirigidas a mim, e sim àquele homem que vai entrando pela porta, ao Drault Ernnany. A ele é que se deve a existência desta refinaria". Todos se levantaram e bateram palmas.

P.R. — Ele não teve concorrentes lá em São Paulo?

D.E. — Não. Ele fez sozinho, não teve concorrentes. Eu consegui com o Ministério da Guerra. Governo é governo, ditadura é ditadura. Para fazer a minha refinaria, foi aquela luta toda. Agora, para fazer a dele, eu consegui tudo no papo, dizendo aos oficiais: "Não deixem perder... O homem tem um balaio de dinheiro... Tem dinheiro... Aquilo é dolar. Mas exijam vinte mil barris. Exijam vinte mil barris." Eu exigi dobrar a fortuna, o lucro extraordinário dele, mas também - e muito mais - o do nosso país.

E hoje a empresa dele é estatal. Porque, para ser o que vocês estão presumindo que ele é, com todo esse nome, ele fez a refinaria - não estamos gravando nada - mas, em vez de vinte mil, ele fez para 31 mil barris. E feita a refinaria, as leis de petróleo, os impostos, tudo isso recaiu sobre vinte mil barris. Onze mil barris eram negociadas sem esses ônus. Mas foi para o Conselho Nacional do Petróleo um homem que não deixa passar nada na administração em que estiver: o general Geisel. Examinando, ele descobriu isto. Mandou chamá-lo e disse: "Os senhores, em vez de vinte mil, estão fazendo 31 mil barris. Eu não vou executar, não vou abiscoitar isso imediatamente. Mas está aqui assinado: os 11 mil barris são da Petrobrás. Pagamos o trabalho de fazer os produtos e mais um tostãozinho, uma coisinha". E assim viveu a refi-

naria dele.

[FINAL DA FITA 4-B]

3ª Entrevista: 08.07.1987

M.Q. — Dr. Drault, vamos começar falando um pouquinho ainda sobre a criação do CNP. Em março de 1938, houve um relatório, o Relatório Fleury, que foi feito pelo...

D.E. — Domingos Fleury da Rocha.

M.Q. — Exatamente.

D.E. — Ele era consultor jurídico.

M.Q. — Exatamente. O Fleury da Rocha fez o relatório juntamente com o Antônio Barbosa Carneiro...

D.E. — Não. Ele era conselheiro.

M.Q. — Quem? O Fleury da Rocha?

D.E. — É: o dr. Domingos Fleury da Rocha.

M.Q. — Ele era diretor-geólogo do DNPM.

D.E. — E era membro do Conselho.

M.Q. — Certo. E, assessorado pelo secretário-geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, Antônio Barbosa Carneiro, e pelo capitão Ibá Meireles...

D.E. — Ibá Jobim Meireles.

M.Q. — ...Ibá Meireles, ele, como representante do Conselho de Segurança Nacional, organizou um relatório que deu as bases para o decreto que saiu mais tarde, não foi?

D.E. — Justo.

M.Q. — Era um relatório secreto que, em fins de março, foi

para a Câmara de Produção, Consumo e Transporte, para julgamento numa sessão secreta e para aprovação do consequente decreto que sairia a partir do relatório.

D.E. — Que entidade é essa, de que eu não me recordo?

M.Q. — Entidade?

P.R. — A câmara.

M.Q. — A câmara era um setor do Conselho Federal do Comércio Exterior. A Câmara de Produção, Consumo e Transporte elaborou um projeto de lei dentro da linha desse relatório e enviou-o ao presidente da República, depois de uma longa discussão interna. Essa reunião foi no dia 29 de abril de 1938.*

D.E. — Eu creio até que houve quatro reuniões do Conselho.

M.Q. — E parece que o Vargas não queria aprovar a legislação da criação do CNP sem o Conselho Federal de Comércio Exterior estar de acordo a este respeito.

D.E. — De acordo, perfeito.

M.Q. — E foi uma discussão interna bastante dura.

D.E. — É verdade.

M.Q. — Alguns estavam com medo das possíveis represálias das companhias estrangeiras.

D.E. — Justamente.

M.Q. — Outros, como um conselheiro que tem o nome de João Lourenço, foram entusiastas do projeto.

---

* O relatório chegou a Câmara de Produção, Consumo e Transporte do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) em fins de março. Foi, porém, em sessão secreta em 29/04, que os conselheiros aprovaram o conteúdo do mesmo que propugnava a criação do CNP.

D.E. — João de Lourenço, não é?

M.Q. — É, exatamente. O senhor o conheceu pessoalmente?

D.E. — Conheci. João de Lourenço era um homem ilustre, um paraibano ilustre que ocupou altos cargos na República.Ele era de uma integridade extraordinária.

M.Q. — E foi favorável.

D.E. — Foi muito favorável.

M.Q. — Um detalhe interessante é que nessa história toda o Osvaldo Aranha não ficou sabendo de nada. Inclusive, um brasilianista* cuja obra estive lendo diz que a história foi uma surpresa total para o Osvaldo Aranha. Parece que ele não era muito favorável à criação do CNP.

D.E. — É. Efetivamente ele não adquiriu a convicção disso. Por essa razão, não ajudou, não colaborou.

Havia desconfiança. Tanto que eu creio que ele assinou esse decreto depois de publicado, assim como os outros ministros.

M.Q. — O Góis Monteiro, que levou o decreto para o Getúlio assinar lá em São Lourenço, não tinha lido. Não sabia o que estava escrito.

D.E. — É verdade. Você recordou uma coisa que nós conversamos noutra ocasião.

P.R. — Mas o Estado-Maior estava favorável?

D.E. — Estava. O Estado-Maior sempre esteve favorável, sobretudo quando era exercido pelo general Góis Monteiro.

---

* WRITH, John D. A política do desenvolvimento na era Vargas. Rio de Janeiro, FGV, 1973. p. 127.

M.Q. — O Osvaldo Aranha foi interpelado, logo depois, pelos embaixadores dos Estados Unidos e da Inglaterra da razão por que não sabia. Inclusive, ele recebeu, do embaixador americano, uma cópia do decreto.

D.E. — A cópia do decreto.

P.R. — Era o embaixador Jefferson Caffery.

D.E. — Não sei se o ministro Osvaldo Aranha não estava até em Teresópolis.

M.Q. — É. Exatamente. Ele estava passando um fim-de-semana lá e, quando chegou, foi...

D.E. — Surpreendido.

M.Q. — ...surpreendido por isso. Mas eu acho que temos que conversar um pouquinho mais tarde, com base nesse material que o senhor está nos apresentando aqui, sobre a questão das negociações dentro do Conselho de Comércio Exterior para a aprovação do decreto. Vamos deixar então essa conversa para um pouco mais tarde e passar um pouquinho adiante na nossa entrevista.

D.E. — Depois, se a senhora puder conversar com o dr. Alcy Demillicamps, que foi consultor jurídico do Conselho Nacional do Petróleo durante muito tempo...

M.Q. — É, nós estamos querendo entrar em contato com ele, para ver se...

D.E. — Eu estou às ordens para falar. Trata-se de um amigo dileto.

M.Q. — Então seria ótimo se o senhor pudesse nos dar o endereço e o telefone dele para contato.

Já tratamos das questões das iniciativas das refinarias particulares em 1939, naquele período todo em que

inicia a guerra. Então, vamos falar um pouco do período em que o Brasil está em guerra, em 1943, quando a ditadura Vargas começa a se tornar um pouquinho mais liberal, e se realiza o I Congresso de Economia, que se coloca contra a manutenção da legislação que o CNP havia aprovado desde 1938, ou seja, contra a linha de atuação do CNP. Os economistas, lá, aprovara uma recomendação de revisão do Código de Minas de 1940, a fim de que o capital estrangeiro pudesse participar, se bem que de forma não-majoritária.

D.E. — Creio que o Código de Minas tenha sido modificado pelo Juarez, quando ministro, não?

P.R. — Foi modificado o Código de 1934, de autoria do Juarez. O Código de 1940 já foi de autoria do general Horta Barbosa. O Código de 21 de janeiro de 1940.

D.E. — Já foi?

P.R. — Ele introduziu modificações no código, que foi elaborado pelo Juarez Távora.

D.E. — Sei, para ajustar à legislação nova...

P.R. — Decorrente da Carta de 37.

M.Q. — No Congresso Brasileiro de Economia havia esta posição de abertura para o capital estrangeiro. Em contra partida, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro houve, nesse mesmo período, uma manifestação para que a lesgislação fosse mantida. O Clube de Engenharia do Rio de Janneiro já tinha uma posição contra o capital privado nacional e a favor da solução estatal. Como um empresário privado, como é que o senhor tomou conhecimento dessa posição? O que o senhor pensava a respeito disso?

D.E. — Eu só posso ter sido contra esse pensamento...

M.Q. — Sim. Mas o senhor tomou conhecimento desse...

D.E. — ...que colidia com o meu. Não me recordo, digamos, de alguma providência que tenha tomado, ou de como participei dessa conspiração que, naturalmente, se criou.

P.R. — Vamos, então entrar naqueles problemas do processo da refinaria de Manguinhos que havíamos encerrado na última entrevista. Através de leituras, tive informações de que, depois que o senhor ganhou a concorrência para a montagem da Refinaria de Manguinhos, todas as outras companhias norte-americanas que antes haviam negado suprimento, se colocaram à sua disposição, para competir com a Standard Oil da Califórnia, fornecendo esses suprimentos.

D.E. — É verdade. Todas ofereceram, dizendo: "Perdemos os destilados, mas continuamos fornecendo ao Brasil todo o óleo cru de que precisa."

P.R. — E qual foi a atitude da refinaria?

D.E. — Elas prometeram, prometeram, mas não deram o óleo. Era para faltar no último dia, em consequência do que se encerrava, prescrevia o prazo da refinaria.

P.R. — O senhor supõe, então, que teria sido um jogo das outras companhias para que o senhor se desobrigasse do compromisso com a Standard Oil da Califórnia e viesse, então, a faltar o suprimento, interrompendo os trabalhos da refinaria?

D.E. — Não. Não foi um jogo para isso, porquanto as companhias, quando algo de seu comércio, de seus interesses, está em perigo, se unem irmamente contra quem quiser meter a colher nos seus negócios, proventos e vantagens. Todas elas ofereceram conjuntamente.

P.R. — Mas o senhor não aceitou.

D.E. — Não! Eu teria que aceitar. Elas eram senhoras do óleo, de corte que se ofereciam a fonecê-lo as refinarias que tencionávamos montar. Era imprescindível, sendo uma das condições da concorrência. O Conselho Nacional do Petróleo exigia a quantidade certa no tempo certo. Eram cinco mil, dez mil barris por cinco, dez anos. E todas elas prometiam dar essa carta-compromisso até o dia da reunião em que o Conselho Nacional de Petróleo ia julgar a concorrência. Todas falharam. E, na ocasião, todas as pretendentes - as que solicitaram - protestaram, menos eu, que tinha obtido a carta da Standard Oil da Califórnia lá fora, sem que elas soubessem.

P.R. — E a Standard manteve o compromisso até o final.

D.E. — Sim, totalmente.

M.Q. — Eu estava lendo aqui* e vi que, em agosto de 1945, Alberto Soares Sampaio e Aristides de Almeida, da Companhia Ipiranga, já estavam em negociações para tentar a criação de refinarias no Rio e em São Paulo. Quando é que o senhor entrou com a sua reivindição? Foi a partir do edital...

D.E. — A partir da publicação do edital, que saiu um dia após...

M.Q. — A deposição.

D.E. — ...a deposição do presidente Getúlio Vargas.

M.Q. — Eu li também que o Soares Sampaio tinha o apoio do Banco Moreira Sales, que havia obtido uma promessa de fi-

---

* WRITH, John. op. cit. p. 140.

nanciamentos de 49% da refinaria - o equipamento etc. - e que tinha conseguido o fornecimento de óleo com a Standard, não foi?

D.E. — Sim, pois não. Dizia-se isso, mas não se sabia, porque, afinal de contas, isso era mais ou menos um segredo de cada um.

M.Q. — Exatamente. Isso era mais ou menos um segredo. E com relação à Companhia Petróleo Ipiranga havia o apoio do banco do Guinle, o Boavista, não é?

D.E. — Não sei.

M.Q. — Também é o que se diz, não é?

D.E. — Não foi falado, comentado. Isso nunca foi perigo para nós.

M.Q. — Havia a sua proposta, que ia ser toda com capital...

D.E. — Nacional.

M.Q. — ...nacional...

D.E. — Exclusivamente nacional.

M.Q. — ...exclusivamente nacional, a do Raja Gabaglia, que dizia que tinha apoio da Pemex, que forneceria óleo...

D.E. — Que faltou.

M.Q. — Que faltou. Agora, vamos tratar dos problemas que surgiram a partir daí. Uma coisa importante foi como ocorreu a questão da entrada do Grupo Peixoto de Castro no seu empreendimento.

D.E. — A refinaria estava sendo feita, mas eu verifiquei que ia faltar uma importância de que eu não dispunha: 165 mil contos, um milhão de cruzeiros. Eu, então, procurei o Peixoto, que era um homem que eu sabia ter essa disponi-

bilidade, e pedi a ele para se associar a mim, entrando com esse dinheiro. Assim, eu o elegi presidente da companhia.

M.Q. — Isso foi quando?

D.E. — Não sei precisamente.

M.Q. — Já depois de aprovado, já estava em andamento.

D.E. — Sim. Já estava sendo feita.

M.Q. — A refinaria.

D.E. — Sim. Era capricho meu que a refinaria fosse feita sem se tomar dinheiro a nenhuma das entidades emprestadoras da ocasião - que eram a Caixa Econômica e os Institutos de previdência. Eu tinha dito, em discursos e em conferências por esse Brasil afora, que faria a refinaria exclusivamente com capital de brasileiros natos e, se casados, que o fossem com brasileiras natas. Tanto foi assim, que o dr. Augusto Batista Pereira, que foi meu companheiro de primeira hora, em casa de quem nasceu a idéia de eu fundar a refinaria, não pôde ser acionista, porque dona Estela havia nascido, por acaso, no Uruguai. E ele foi um colaborador extraordinário. Foi diretor da refinaria, sem poder ter uma ação.

M.Q. — Durante todo o processo da concorrência, parece que o João Carlos Barreto fez uma segunda concorrência. Segundo o brasilianista cujo livro estive lendo*, essa segunda concorrência foi feita para afastar o grupo Drault e o Raja Gabaglia.

---

* WRITH, John D. A política do desenvolvimento na era Vargas. Rio de Janeiro, FGV, 1973 p. 141.

D.E. — Não, o Raja Gabaglia perdeu a concorrência nessa última reunião porque não teve o fornecedor de óleo para a refinaria que pretendia fazer.

M.Q. — Então, tenho que rever isso.

D.E. — É preciso dizer que todos concorriam para duas refinarias: uma no Rio e outra em São Paulo.

M.Q. — Todos para duas vagas.

D.E. — Todos para duas vagas. Ninguém ganhou a de São Paulo e eu ganhei sozinho a do Rio.

M.Q. — E as pressões que teriam ocorrido para que o senhor transferisse a refinaria do Rio para Salvador?*

D.E. — Isso foi muito bem urdido, muito bem trabalhado, por várias camadas interessadas em que não houvesse refinaria em parte alguma do Brasil, sugerindo que São Paulo* era um centro de maior consumo e de maior influência industrial e que a refinaria, por essa razão, deveria ser feita lá.

M.Q. — O senhor concorria para o Rio, não é?

D.E. — Eu concorri para o Rio, conforme prescrevia o edital, e houve, então, essa idéia, que nos apoquentou enormemente e que foi, até julgada pelo Conselho...

M.Q. — De Segurança Nacional?

D.E. — O Conselho de Segurança Nacional, que é formado pelo presidente da República por todos os ministros etc. Naturalmente, eu trabalhei muito para ganhar, ou seja, pa-

---

* Veja WRITH, John. p. 141-143. A pressão era para transferir para Salvador.

ra que a refinaria não fosse transferida para lá. E conversei diretamente com a maioria dos ministros que faziam parte do Conselho.

Reunido o Conselho - vocês recordam - o primeiro que votou foi o ministro do Exterior, dr. Raul Fernandes. Em seguida, creio que votou o ministro da Guerra, favorável à minha idéia de que a refinaria ficasse no Rio de Janeiro, e os outros também foram votando. Quando chegou a vez de o ministro da Fazenda, dr. Guilherme da Silveira, votar, ele votou também para que a refinaria ficasse aqui. E depois da reunião, o dr. Raul Fernandes ficou muito abichornado e, mesmo, zangado com o dr. Guilherme da Silveira, que o havia procurado para obter um voto contrário, que o Raul Fernandes deu, e na votação foi contra, quer dizer, também contra o dr. Raul Fernandes, que ficou em minoria. E o Guilherme da Silveira respondeu ao Raul Fernandes: "É que, enquanto os outros ministros votavam, os ministros de boné - quer dizer, os ministros militares - faziam um gesto de aprovação àquele voto." Aí ele viu que ia perder e, não querendo também ficar vencido, votou contra o próprio pensamento.

M.Q. — Agora, vamos conversar um pouquinho a respeito de todas as dificuldades que o senhor teve para conseguir aquela quantidade de óleo e sobre a atuação de Mr. Herbert Hoover nas negociações.

D.E. — Elas estão até exaradas em atas de nossa companhia, das quais eu não tenho memória cronológica.

Mr. Herbert Hoover trabalhou tanto aqui quanto nos Estados Unidos, conversando com as diretorias das companhias estrangeiras, procurando obter a sua verdadeira

opinião e saber até onde iriam. E ele foi muito franco em dizer que a luta era muito grande e que as companhias não estavam dispostas a perder sem lutar.

M.Q. — Parece que as companhias tinham esperança que as leis de petróleo mudassem.

D.E. — Elas sempre trabalharam por isso, mas a legislação do Conselho Nacional do Petróleo foi um sustentáculo de peso, precedendo, como a senhora sabe - a própria Constituição de 46.

M.Q. — Lembra o livro negro que o senhor me emprestou?

D.E. — O livro negro?

M.Q. — Os seus documentos, aqui nessa pasta? Na ata da sua companhia, Mr. Anderson fala que...

D.E. — Mr. Anderson era da Standard Oil.

M.Q. — Pois é, foi uma conversa relatada pelo Mr. Hoover que tinha tido com o Mr. Anderson de que Soares Sampaio havia se comprometido a passar para a Standard 49% das ações do grupo dele - da refinaria - caso houvesse a mudança na legislação.

D.E. — Caso a legislação viesse a permitir. É verdade.

M.Q. — É verdade. E parece que aconselharam o senhor também, fizeram esse tipo de proposta.

D.E. — Muito. [risos] Numa reunião me falaram até em participar numa proporção menor do que 49%. Mas eu não admitia que eles tivessem nenhuma ação. Eu queria que, minha opinião e o meu trabalho fossem no sentido da legislação ser estatal. Eu próprio não desejava possuir ações nem fazer a refinaria. Achava que o governo deveria fazê-las todas, não deveria dar a ninguém, em nenhuma hipóte-

se. Ainda hoje penso assim. Ainda hoje acho que Manguinhos e a Ipiranga devem passar para o monopólio estatal.

M.Q. — Mas assim mesmo houve a participação minoritária de acionistas privados.

D.E. — Eu só transigi quando o presidente Vargas me pediu para fazê-lo no sentido de que o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, o Tesouro Nacional, enfim, entidades como essas fossem acionistas. Eu não tinha como, estatais já são elas. Eu então disse com muito prazer, eu concordei. A minha pseudotransigência foi esta, com o presidente Vargas.

M.Q. — Agora, vamos falar um pouquinho do coronel Howard Williams que parece que ajudou na parte...

D.E. — Durante a guerra o coronel Howard Williams teve seu papel aqui, creio que ligado à embaixada americana e fez grandes amizades aqui no Brasil, principalmente com o coronel Juracy Magalhães e com o dr. Eliézer Magalhães. Ele foi um americano que, dado o nosso relacionamento social, nos acompanhou nessa luta. Ele achou que tínhamos toda a razão e acabou, então, participando da luta, sendo um torcedor nosso. Por fim, ele se ofereceu e foi aos Estados Unidos tratar do assunto. Ele tinha sido assessor do Averrel...

P.R. — Averrel Harriman.

[FINAL DA FITA 5-A]

P.R. — Averrel Harriman foi subsecretário de Estado. Posteriormente, no governo Truman, foi embaixador dos Estados Unidos no Irã, se não me engano.

D.E. — Não sei.

P.R. — Ele teve participação aqui, nesse caso?

D.E. — O coronel tinha sido assistente dele, talvez quando ele foi subsecretário de Estado.

P.R. — Certo, não há dúvida.

D.E. — Era um homem da mais alta catadura no governo Roosevelt e passou ao governo Truman também. Ele* foi lá e tratou desse assunto. Temos correspondência dele dizendo do insucesso das conversas.

M.Q. — E ele foi negociar também a parte de financiamento do equipamento, com Mr. Tayer.

D.E. — Justamente. O dr. Tayer era advogado.

M.Q. — Mas parece que as negociações iam bem, até um determinado ponto, não é?

D.E. — Até um determinado ponto. Quando chegavam ao ponto de se consubstanciarem, aí caíam, zeravam. Eram um castelo de cartas que ruía.

M.Q. — Aí tem uma importância o sucessor do embaixador Berle, o embaixador Pawley.

D.E. — Este era horroroso. Também era aberto e me procurou. E - caso singular - quem me apresentou a esse embaixador foi o ministro Osvaldo Aranha. O Pawley me aconselhou muito a renunciar a essa minha obstinação de trabalhar para que meu país tivesse uma legislação condigna para o petróleo. Lembro que ele me fez os convites mais amáveis para ir aos Estados Unidos e levar vários amigos para

---

* Trata-se do coronel Williams.

ver as grandes instalações industriais americanas, inclusive as petrolíferas. Ele queria que eu concluísse que era tentar debalde procurar tê-lo de frente numa luta no Brasil. O Pawley era absolutamente aberto para conversar o assunto.

P.R. — Enquanto essas dificuldades eram levantadas, as obras da Refinaria de Manguinhos ainda não haviam começado, não é?

D.E. — Creio que não. Não me recordo. Não, porque o Berle não demorou aqui muitos meses depois da obtenção do óleo da Standard Oil da Califórnia para a Refinaria do Distrito Federal, que depois se chamou Manguinhos. O Berle teve como sucessor o...

P.R. — Pawley.

D.E. — É. O Berle não demorou muito aqui.

P.R. — Certo. Depois de Manguinhos ter ganho a concorrência, novas dificuldades foram levantadas pelo próprio Conselho Nacional do Petróleo. Por exemplo: a exigência de um depósito de quatro milhões de cruzeiros no Tesouro.

D.E. — Isso já era do edital.

P.R. — Já era do edital?

D.E. — Era do edital.

P.R. — E a obrigatoriedade da subscrição do capital de sessenta milhões de cruzeiros também era do edital?

D.E. — Não. De capital nacional suficiente.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. — Houve uma pequena interrupção. Nós estávamos falando a respeito da exigência dos sessenta milhões de cruzeiros para a integralização do capital. Isso estava no edital ou foi uma exigência posterior do CNP?

D.E. — Não foi uma exigência posterior. O Conselho não exigiu nada depois. Não houve, absolutamente, qualquer dificuldade. Apenas, o Conselho fez exigências extraordinárias no edital, que era muito rígido, dificílimo de ser cumprido. Vejam bem: o edital exigia um depósito, no Tesouro, de uma importância por barril.

P.R. — Cinco cruzeiros por barril, não é?

D.E. — Cinco cruzeiros por barril.

M.Q. — Quinhentos.

D.E. — Não, cinco.

P.R. — Cinco.

D.E. — Cinco. Mas o que houve é que foi abruptamente decretado um feriado que nos deu muita dor de cabeça, porque foi talvez no dia...

P.R. — 9 de maio de 1946.

D.E. — Era? Era o dia de fazer esse depósito, e eu me recordo que o fiz em dinheiro e completei em apólices, o que me era defeso fazer.

P.R. — Esse feriado foi provocado pelo Vieira Machado, que era diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil.

D.E. — É verdade. Ele não era da Carteira de Redescontos. Era diretor comercial do Banco do Brasil.

P.R. — Diretor comercial. Consta que ele chamou vários diretores de bancos do Rio de Janeiro e que, coincidentemen-

te, eram acionistas da companhia, e disse que iria haver uma corrida bancária.

D.E. — Disse que iria haver uma corrida bancária. Eu, que tinha banco, fiquei assustadíssimo, porque vi que era uma coisa ligada à concorrência do petróleo e que eu tinha que usar dinheiro para esse depósito. Mas fui ao coronel Juraci Magalhães, que procurou o presidente Dutra de noite, no Catete, e levou o fato ao seu conhecimento. E o presidente imediatamente deu ordens ao ministro da Fazenda, que eu creio que era o Vidigal.

P.R. — Era o Gastão Vidigal.

D.E. — Gastão Vidigal. E disse: "Mande o Banco do Brasil oferecer dinheiro a todos os bancos que precisarem. Os bancos não devem fechar." E pôs as forças de prontidão, porquanto foi aventado que essa corrida era provocada por um movimento comunista. Mas eu lhes garanto que não houve coisa alguma. De qualquer maneira, o presidente Dutra foi muito eficiente e pôs as forças de prontidão para subjugar qualquer ocorrência que houvesse nesse sentido e garantir os bancos. E o próprio Vieira Machado telefonou para os diretores dos bancos - para mim, por exemplo - e ofereceu dinheiro. E eu disse que não precisava. Ele, então, respondeu: "Não, mas você vai precisar." E eu: "Pois se for necessário, eu lhe telefono." E não houve necessidade alguma.

P.R. — Mas tratando-se assim de uma medida...

D.E. — Tratava-se unicamente de um golpe com fundamento no petróleo.

P.R. — Certo. Tratando-se de uma medida de tal nível de gravidade, tem-se que chegar à conclusão de que o Vieira

Machado estava a serviço de alguém. É muito pouco provável que se possa admitir que um diretor de banco vá, através de uma atitude dessas, contrariar ordens que vinham do próprio ministro da Fazenda e do presidente da República, para fazer um jogo perigoso, colocando em risco, inclusive, sua própria posição funcional. Isso tem que ter um mistério.

D.E. — Tem, sem dúvida. Na ocasião, presumia-se que existia um mistério. Mas isso não se pode provar, nem comprovar. Eu consegui que o ministro chamasse o sr. Vieira Machado a sua casa e tudo o que nós estamos conversando eu disse a ele. Eu disse ao Vieira Machado que tudo isso era artimanha dele para satisfazer, para agradar o dr. Guilherme da Silveira, mas que ele me teria sempre pela frente, pois eu não soçobraria com facilidade.

P.R. — O Guilherme nessa época era presidente do Banco do Brasil.

D.E. — Não.

P.R. — Ainda não era...

D.E. — Era presidente do Banco do Brasil.

P.R. — Era presidente. Depois é que ele foi para o ministério.

D.E. — Depois é que ele foi para o ministério.

P.R. — Mas entre a gestão do Vidigal e a do Guilherme, foi ministro da Fazenda, durante quase três anos o Correia e Castro, que era membro do Grupo Soares Sampaio.

D.E. — Justamente.

P.R. — Quando ele foi convidado para substituir o Vidigal em setembro ou outubro de 1946, o senhor deve ter ficado

assustado com a nomeação. Isso poderia ter interferência direta no início das obras de Manguinhos, porque, na verdade, durante o período da...

D.E. — Não, não teve. Porque o sr. Castro era um homem bom, de boa paz. Era também um homem de negócios e que sabia muito bem como tratar os assuntos que lhe eram entregues. Não era um homem de dar murro em faca de ponta. Ele sabia se conduzir muito bem.

No livro preto há uma carta dele, recomendando o dr. Augusto Batista Pereira, que ia aos Estados Unidos tratar do assunto do financiamento do Export-Import Bank. Ele dizia do agrado que o governo brasileiro tinha em que fôssemos atendidos etc. É carta muito boa.

P.R. — Mas durante a gestão do Correia e Castro, as obras de montagem da Refinaria de Manguinhos ainda não haviam começado. Parece que elas foram iniciadas na gestão do Guilherme da Silveira, não foi?

D.E. — Foi. É difícil dizer como e onde foi o início da obra de Manguinhos, porque houve o problema, duro de se vencer, do terreno.

P.R. — Criado pelo Guilherme.

D.E. — A dificuldade foi criada pelo Guilherme. Acontece que o domínio da união é do Ministério da Fazenda, e o Guilherme criou duas dificuldades muito grandes: uma taxa - como se diz, um imposto, um foro, - inexistente. Esta taxa para refinaria é única no Brasil e é muito grande: de 310 mil cruzeiros,* penso eu, hoje. Ele tinha certeza de

---

* Cruzados.

que eu não aceitaria, de que o meu grupo não teria condições de aceitar, mas eu aceitei. O dr. San Tiago Dantas, que era advogado da companhia, foi a ele e disse: "O dr. Drault aceitou a condição." Ele aí criou outro óbice: uma...

P.R. — Jóia.

D.E. — Uma jóia, do mesmo tamanho. Eu aceitei a jóia de trezentos e tantos mil. Aí é que a minha diretoria se demitiu, porque eu estava assinando o impossível. Só consegui que o dr. Augusto Batista Pereira permanecesse até a hora de assinar. Depois de assinado o contrato, com o ministro presidindo a reunião, o dr. Batista Pereira também entregou sua carta de demissão.

M.Q. — O senhor poderia contar esse episódio da assinatura formal, pois já nos falou, lá fora, de sua emoção e de suas palavras a esse respeito.

D.E. — Ah, sim. O terreno era tudo para a refinaria, pois carecia de uma série de conveniências àquela indústria: com relação à cidade, à água, ao porto, à distância para se fazer um pipeline como o que foi feito. O pipeline deve ser o mais curto possível, por ser o mais barato. E naquela zona não havia nada: era um pantanal. Imaginem que o lodo ali ia de 3 a 17 m, de sorte que era praticamente... Mas havia uma fórmula, creio que holandesa, do sistema de pôlder, que foi para escoar o terreno, que era de 1.100.000 m. Vale dizer que o terreno era outorgado a mim, pessoalmente, porque a companhia não tinha condições jurídicas ainda de possuí-lo. Depois é que eu o transferi à Companhia, aliás sem qualquer ônus real para ela. Ainda paguei, do meu bolso, a transferência desse grande patrimônio.

Mas, dizíamos nós, que na ocasião desse contrato, depois de uma sessão de certa solenidade no ministério, com a assinatura do ministro, eu disse algumas palavras. Não sei se empreguei a palavra monstruosidade, mas não deixavam de ser mosntruosas aquelas exigências tremendas do contrato. Tais exigências pecuniárias também eram para o governo e tinham sido estabelecidas em cima da obstinação que aquele grupo - que era o meu - tinha de fazer uma refinaria, uma iniciativa, sobretudo, do bem público, da nossa segurança, da nossa independência econômica. Não havia um item que não fosse bom por esse lado. Mas o sr. ministro tinha exigido aquela coisa toda por absoluta ignorância do que se tratava, porquanto sendo ele um homem, como se sabia, muito econômico, se esquecera de que o custo dos produtos era resultado das despesas havidas não somente com o produto, mas com o que se gasta para transformá-lo, depois de fracionado, na gasolina, no querosene, no fuel, no diesel. Eu disse que possuía um simples Fordeco, ao passo que o ministro tinha vários Cadillacs queimando gasolina. Ele tinha uma fábrica, a Bangu, que queimava óleo dia e noite. Se ele soubesse que aquelas suas exigências draconianas era ele quem iria pagar em grande parte, pelo menos relativamente a mim, ele não as teria feito. Eu disse isso a ele, e as pessoas acharam que eu não fui oportuno, tendo sido veemente demais com o ministro. Ele poderia até, na ocasião, dizer "nada feito" e anular o que se acabara de assinar. Mas é que eu estava muito ferido com as exigências descabidas feitas por esse contrato, as quais estão aí para os posteros examinarem.

P.R. — O senhor já demonstrou, durante a entrevista, que sempre foi partidário do monopólio estatal do petróleo em

todas as suas fases. Mas o senhor se antecipou quanto a isso, porque, quando a Refinaria de Manguinhos foi projetada, ainda não se falava em monopólio estatal do petróleo. Falava-se, mas o governo ainda não havia tomado qualquer medida concreta no sentido de montar uma empresa ou fixar uma política em torno do assunto.

D.E. — Mas eu pregava.

P.R. — O senhor pregava. E mais tarde, no Senado, o senhor veio a defender a Lei nº 2.004.

D.E. — Não defendi, a Lei nº 2.004.

P.R. — Ela ainda não existia com esse número. O senhor defendia o projeto...

D.E. — O meu discurso preconizou a Lei nº 2.004.

P.R. — Exatamente. Então, como é que o senhor recebia aqueles ataques desfechados contra o projeto de Manguinhos pela esquerda radical, que naquela época no Rio de Janeiro, era liderada pelo Jornal de Debates, do Matos Pimenta, que combatia veementemente a concessão, feita pelo governo a grupos particulares, da instalação de refinarias no Brasil. Presumo que o senhor estava entre dois fogos: de um lado, o radicalismo que não queria refinaria particular e queria entrar logo num processo estatal, embora sem haver condições no momento para aquilo, e, de outro, os grupos contrários, liderados por interesses de fora, que também combatiam a autonomia brasileira em matéria de petróleo.

D.E. — Sem dúvida. Mas os cachoros latem e a caravana passa.

P.R. — Mas como é que o senhor via esse combate? O senhor era combatido de dois lados! [riso]

D.E. — Dos dois lados. E vou lhe dizer: certa vez, fui convidado para ir à casa do dr. Artur da Silva Bernardes, nosso ex-presidente e deputado naquela ocasião, e lá encontrei essa figura do dr. Matos Pimenta. Encontrei também o dr. Plínio Cantanhede e o capitão Ibá, que também tinha sido convidado.

O dr. Matos Pimenta iniciou uma conversa dizendo: "Dr. Drault, não nos conhecemos, nunca nos vimos. Eu sou homem de fé e, antes de vir para cá, entrei na igreja, comunguei e vim para cá depois de fazer minhas preces para excitar o seu patriotismo..." E volta e meio falava no "meu patriotismo", mas não chegava ao fim que ele queria. Eu, como estava muito excitado - no meio daquela luta o meu organismo devia estar, como se costuma dizer, com muita excitação à flor da pele - me exasperei, me levantei e disse que se ele pretendia excitar o meu patriotismo com o seu catolicismo, era porque haveria alguma restrição à maneira do meu patriotismo ser firmado e reafirmado, o que eu não admitia que houvesse. Eu me levantei, "dei uma banana" [risos] e fiquei com o braço doendo muito tempo.

O Matos Pimenta não terminou, eu não permiti que terminasse, porque tive a impressão, por aquela plataforma que ele estava fazendo antes de chegar ao objetivo de suas palavras, que havia alguma restrição a um procedimento meu, o que eu não admitia escutar. Fiquei tão acabrunhado com o meu gesto! Eu, mesmo, fiquei muito acabrunhado, porque estava na casa de um ex-presidente da República, que me convidara para ir lá, e me encontrava à vista do capitão Ibá, que eu prezava muito, e também do Plínio Cantanhede por quem tinha admiração e de quem gostava muito, apesar dele ser muito jovem. O Plínio tinha entrado

nesse assunto por minha causa.

Mas o dr. Bernardes me convidou para ir à biblioteca e eu conversei com ele, dizendo que o meu estado d'alma era aquele, que eu não sabia o que ele queria, nem se ele era contra ou a favor, e nem eu tinha por que estar escutando aquilo. E, eu achava que era um erro o Matos Pimenta ter falado, pois o presidente é que deveria ter dito o que se queria tratar. E acabou a reunião. Foram todos embora. Não houve reunião.

P.R. — E o Bernardes tomou alguma posição nesse caso?

D.E. — Em absoluto. Foi amabilíssimo comigo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — O senhor mencionou que o Plínio Cantanhede entrou nessa questão do petróleo pelas suas mãos. Eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre isso.

D.E. — Pois não, com muito prazer. O Plínio Catanhede era presidente do Instituto dos Industriários, não é?

[FINAL DA FITA 5-B]

M.Q. — O senhor estava falando a respeito do Plínio Cantanhede.

D.E. — É, exato. Plínio Cantanhede era presidente de um instituto, creio que dos industriários, não era?

M.Q. — É, eu tenho impressão de que sim.

D.E. — João Carlos Vital era presidente do Instituto de Resseguros e o Plínio era do Instituto dos Industriários.

Ele fez uma administração elogiada por todo mundo: muito sã, muito correta, muito bonita. E quando o general Dutra assumiu a presidência da República, demitiu esse rapaz, porque ele era da UDN, ele era udenista. Eu telefonei para o dr. Plínio Cantanhede, com quem eu nunca tinha falado nem tinha visto - eu não o conhecia - e pedi a que ele passasse no meu escritório. Quando ele passou, eu lhe disse: "Dr. Plínio, não sabia que o senhor era tão moço. Eu sei que o senhor deve estar muito abichornado, aborrecido. O senhor deixou o seu instituto, que era a menina dos seus olhos. O senhor construiu aquilo. É um exemplo de boa administração e também uma vitória da filosofia que presidia os institutos. E o senhor não é mais o presidente. Eu queria, então, como mais velho do que o senhor - um pouco mais velho - dizer que não fique triste, porque um homem como o senhor, um engenheiro correto, sério, decente, bom administrador, provado na administração, tem um futuro natural no nosso país. Daqui a dez anos, o Brasil será muito diferente, principalmente para homens da sua estirpe, que têm as suas qualidades. Olhe, nós vamos transformar o Brasil pela refinação do petróleo, cujos lucros vão ser empregados desta maneira: as refinarias de petróleo vão dar, de saída, 50% do seu lucro para o Conselho Nacional de Petróleo empregar nas pesquisas, prospecção e tudo o mais. Isto vai pegar e o Brasil vai melhorar enormemente. Agora, isto, dr. Plínio Cantanhede, só pode ser se essas coisas forem entregues a homens moços, capazes, inteligentes e que tenham amor a essa idéia e o fetichismo de transformar o Brasil numa nação poderosa e interessante. Eu acho que o senhor é o modelo desse homem. O senhor precisa estudar sobre o petróleo, aprender

e saber. O senhor não sabe como se fraciona o óleo cru. Não se dedicou a isso."

Ele respondeu: "Não, efetivamente."

Então, continuei: "De maneira que eu queria convidá-lo, insistir mesmo, para que vá ao Uruguai, à Argentina, à ANCAP, ao IPF, passar um certo tempo lá, aprendendo. E o senhor vai voltar para o Brasil uma outra pessoa nos conhecimentos e nas idéias. Eu já fui, já vi e por isso estou lhe falando de cadeira."

Ele disse: "Dr. Drault, eu não o conhecia. Nunca o tinha visto. Mas estou comovido com suas palavras, sobretudo a meu respeito. E esposo também o seu pensamento, acho que o senhor tem razão em dizer isto. E a idéia, então, de estudar esse assunto me seduz enormemente. Apenas, o senhor se esqueceu de uma coisa: é que eu sou um pobretão, sou um professor da Escola de Engenharia e tenho um rendimento muito pequeno, de maneira que não poderia, jamais, fazer essa viagem de estudo e tudo o mais..."

Eu disse: "Mas quando pensamos nisso e desejamos... O senhor sabe que não há nada de interesse pessoal nisso, só há o nosso país, só há o Brasil. A sua geração tem que tomar conta do Brasil. De maneira que nós, então, afastamos a vaidade e até certos pudores."

Ele daí me deu razão. Eu abri aqui a gaveta, tirei duas passagens e um cheque e duas cartas (uma para o Garzón e outra para o general Mosconi): "O senhor vá e leve a minha carta. Aqui estão o cheque para toda a sua manutenção e as passagens. O senhor não pode..."

Falei-lhe do pudor, porque, sendo o homem que era, seria muito difícil para ele aceitar uma coisa des-

sas. Pois o Plínio aceitou e passou alguns meses nisso. Voltou "em cima dos cascos", conhecendo refinação de uma forma admirável. E na Argentina ele também estudou prospecção e os outros derivativos da área do programa petrolífero daquele país. Ficou tão entusiasmado e, sobretudo, tocado pelo fato de a Argentina ser o que era nessa questão e nós estarmos daquele jeito que tanto lastimávamos, que disse: "E agora?" Respondi: "E agora você faz uns artigos sobre o assunto, mostrando todas essas coisas." E ele: "Mas eu não tenho a imprensa para isso." Mas eu lhe respondi: "Eu mando publicar" e consegui fazer publicar os artigos do Plínio no Jornal do Brasil. Eram artigos muito bem-feitos e didáticos.

O Plínio foi um aliado fantástico das minhas idéias e ficou muito conhecido e admirado. As pessoas diziam: "Mas o Plínio é formidável! Ninguém sabia que ele era preparado nesse assunto também! Ele não é como esses bobocas dizem por aí! Como ele diz bem as coisas!"

Os artigos dele fizeram eco no nosso meio intelectual e, particularmente, no nosso meio petroleiro nascente. Depois, consegui que o Plínio fosse membro do Conselho Nacional do Petróleo. Ele foi membro e depois presidente do Conselho. Não largou mais, ou melhor, largou, quando deixou... Mas ele foi um presidente excelente, de pulso, certo, sério. Por ali não passou nada.

Depois, ele foi convidado para ser diretor da refinaria do Soares Sampaio. E de lá, foi ser presidente da Siderúrgica em Volta Redonda. Quer dizer, a carreira dele...

M.Q. — Começou aí.

D.E. — ...começou aí. Isso era o que eu tinha a dizer sobre o Plínio. Eu fiquei lhe devendo um favor, por ele ter aceito... Porque eu tinha preparado tudo para ele ir. E o Plínio nunca me convidou para ir à sua casa. Mas que homem admirável.

Um engenheiro probo, decente, correto. Depois, foi prefeito de Brasília. E que administração ele fez lá! Vocês já imaginaram não aproveitar um homem desses porque era da UDN e o PSD é que estava no poder? Eu nunca olhei para essas coisas.

M.Q. — Por falar em partidos, como o senhor via a posição do PCB enquanto na legalidade? Ele ainda não tinha uma posição contra o capital privado. Só mais tarde, no momento em que houve toda a mobilização da campanha, é que o PCB assumiu uma posição a favor do monopólio estatal e contra à iniciativa privada nacional. Até então, durante a Constituinte até 1947/48, quando começou a discussão no Clube Militar, o PCB ainda estava numa posição de aceitação da participação de uma burguesia progressista - como ele chamava - de uma burguesia nacional. Como é que o senhor via esse posicionamento do PCB?

D.E. — De que partido?

M.Q. — Partido Comunista Brasileiro.*

D.E. — Nunca tomei conhecimento. Nunca receei o Partido Comunista no Brasil. Nunca receei que o Partido Comunista Brasileiro viesse a empalmar o nosso governo. Conheço muito a feição do nosso homem do interior, sou um homem do

---

* Na época, Partido Comunista do Brasil.

interior. Sei não há caldo nem clima para... Há caldo e clima para procriar um protesto contra as deficiências que significam, em uma palavra, a nossa pobreza, o nosso mal-estar. Este é o nosso grande problema.

M.Q. — Eu não estava me referindo à questão da legalidade do partido, mas à posição do partido em relação ao capital privado. O senhor, como representante do capital privado nacional, o que pensava em relação a isso? O senhor tinha conhecimento desse posicionamento, a partir do projeto do Marighela na Câmara?

D.E. — O Marighela não, porque nunca o vi, mas aquele menino que fez a revolução na praia Vermelha, o Agildo Barata, era meu íntimo amigo. E nunca qualquer dos muitos rapazes comunistas que me frequentam conversou comigo que não fosse aplaudindo as minhas idéias.

M.Q. — Exatamente por isso...

P.R. — Em matéria de política de petróleo, o general Dutra teve várias posições. No início, ele enviou o estatuto do petróleo, que ficou congelado na Câmara. Depois, através do Mário Bittencourt Sampaio, ele tomou a iniciativa de comprar a frota nacional de petroleiros e os equipamentos para as Refinarias de Mataripe e de Cubatão. E já no final do governo dele... Qual a sua opinião a respeito da posição real do general Dutra? Eu tenho a impressão de que o senhor tinha boas relações com ele.

D.E. — Muito boas.

P.R. — Inclusive nessa questão da Refinaria de Manguinhos...

D.E. — Era meu comensal. Foi almoçar comigo no meu escritório, no dia em que o menu era rabada. [risos] Era um

dos homens mais simples que conheci.

P.R. — E no empreendimento da Refinaria de Manguinhos, parece que o senhor foi prestigiado por ele também, não foi?

D.E. — Fui sim. Eu não fui ajudado, mas eu gostava de dizer: "Eu não quero que me ajude, quero que não me persiga."

P.R. — E o que que o senhor pensa da posição do general Dutra?

D.E. — A posição dele era efetivamente difícil, quanto às tais nações amigas que patrocinam... Não tanto, por exemplo, a Inglaterra, porque é o país estatal do mundo. E as ações da Shell pertencem, ao Almirantado de Sua Majestade. De maneira que ela se junta às outras para brigar por todas, mas tem o suficiente, vive "de barriga cheia" em questão de energia no mundo todo.

Mas o general Dutra era um homem sério, franco, simples. Eu já lhes contei como Mataripe se tornou estatal. Foi uma conversa minha com ele.

P.R. — Exatamente. E o problema de Cubatão.

D.E. — O problema de Cubatão.

P.R. — Atual Refinaria Presidente Bernardes.

D.E. — Essa refinaria era uma sequência, estava sendo feita, e quando faltavam aqueles 280 mil contos para terminar, houve a reunião aqui em casa de oficiais do I Exército, chefiados pelo general Fiúza de Castro. O ministro da Fazenda chamava-se Horácio Lafer.

P.R. — Mas aí já não era o Dutra, não é?

M.Q. — Aí já era o Getúlio.

D.E. — Já era o Getúlio. Mas eu estou dizendo que ela veio do Dutra.

P.R. — Ela veio do Dutra. Segundo notícias que existem aí,* teria sido iniciativa do Mário Bittencourt Sampaio, que era administrador do Plano Salte.

D.E. — Esse foi dos navios.

P.R. — Não era da refinaria não?

D.E. — Da refinaria, creio que não.** Vamos ver aqui. É possível que esteja por aqui, eu não sei. Não me recordo como foi a saída de Cubatão. Eu sei que foi nomeado para presidente de Cubatão... o Geisel foi presidente de Cubatão.***

P.R. — Depois foi aquele general Stênio Caio de Albuquerque Lima.****

D.E. — Stênio Caio de Albuquerque Lima, que passou trinta dias em minha casa - na Casa das Pedras - estudando para poder tomar posse, porque não sabia de nada. Ele estava na Europa, veio e foi nomeado para aquilo. Eram quatro irmãos, todos quatro militares e muito prestigiados pela revolução e pelos revolucionários. Você se lembra de quais eram, não é?

---

* Refere-se a material que colecionou e que apresentou aos pesquisadores antes de começar a entrevista.

** Mário Bittencourt Sampaio negociou a compra dos equipamentos.

*** Ernesto Geisel foi superintendente de Cubatão de 21/09/55 a 31/01/56, em substituição ao Coronel Joaquim Ribeiro Monteiro que saiu em função a um motim de militares na Refinaria.

****O general Stênio Caio de Albuquerque Lima foi o Presidente da Comissão de Construção da Refinaria de 04/03/50 a 29/04/54.

P.R. — Afonso, José Varonil.

D.E. — Afonso, José Varonil, Jairo e ele, que era o mais velho.

P.R. — Era o mais velho.

D.E. — Casado com Luíza, uma mulher bonita. E ele foi ser presidente do negócio e não conhecia bem o assunto, mas acabou tendo boas tintas e umas pessoas que conheciam o assunto para, mais ou menos... O Ibá, o Ibá sempre.

P.R. — O senhor não teve participação na montagem de Cubatão, não é?

D.E. — Não. De Cubatão não. Agora, com o Bittencourt Sampaio, do Plano Salte e da compra dos navios, dos petroleiros, aí eu trabalhei muito, direta e indiretamente.

P.R. — O senhor pode, então contar isso à vontade.

D.E. — Não tenho muito a contar, porque esta era uma coisa que se desenvolvia fora. Eu procurava incutir no espírito dos nossos homens que nós, tendo os nossos vapores levaríamos muita vantagem: deixaríamos de pagar o frete aos outros, o que representava divisas ganhas. Até que o governo Dutra resolveu então comprar os navios. Foi uma decisão do presidente. Eu até me lembro que eu escrevi [inaudível], eu dei a ele umas notas para o discurso que ele pronunciaria ao receber uma comitiva de deputados. Eu não era do Parlamento, foi criada lá uma comissão muito grande, que veio ao Catete parabenizar o presidente por essa solução da compra dos petroleiros. O orador foi Manuel Novais.

P.R. — Da Bahia.

D.E. — Da Bahia. Não sei porque foi, pois ele não entende

nada disso, mas na hora foi o Manuel Novais. E eu me recordo que eram cinco horas da tarde, eu fui para casa e me deitei e, numa vaidade de rapaz, fiquei de olho no rádio, para ouvir o presidente pronunciar o discurso. Mas o discurso, aliás, não teve nada do que eu conversei com ele, do que eu achava que devia ser: umas notinhas que dei a ele. Não tinha nada disso. Ele, depois, me disse assim: "Olha, não aproveitei nada daquilo que você me deu porque meu discurso foi feito pelo dr. Lira."

P.R. — Pereira Lira.

D.E. — Pereira Lira."E o dr.Lira disse que se eu pusesse aquela coisa, iria me atritar, talvez, com nações amigas." E assim foi. Mas o interessante era que os petroleiros fossem comprados e que isso passasse a constituir uma rotina: comprar sempre, pegando os navios e, depois, fazendo aqui também.

P.R. — Hoje a frota nacional de petroleiros é uma das maiores do mundo. Todo o mundo sabe disso. Mas naquela época, no tempo do Dutra o senhor lembra quantos navios foram comprados?

D.E. — Não. Não me recordo.

P.R. — Foram comprados nos Estados Unidos ou na Europa?

D.E. — Na Europa.

M.Q. — Eram navios usados.

D.E. — Não sei. E também houve encomenda de fabricação de petroleiros lá fora. O governo encomendou. Também, não veio aquele churrilho: foi um e mais outro, mais outro...

M.Q. — No arquivo da Fundação Getúlio Vargas - no arquivo do próprio Getúlio Vargas que temos lá - existe um docu-

mento do advogado Gouveia Vieira, em que ele faz uma série de observações a respeito do governo Dutra, das medidas que o Dutra haveria tomado durante esse período. E ele fala especificamente nessa questão dos petroleiros e faz uma crítica, dizendo que o único petroleiro comprado durante o governo Dutra havia sido arrendado a estrangeiros e fazia o transporte de produtos refinados entre portos estrangeiros, não portos do Brasil. O senhor tem conhecimento disso?

D.E. — Não. Não tenho.

M.Q. — É isso que consta desse documento.

D.E. — Eu sei que o Bittencourt é homem de maior probidade.

P.R. — Sem dúvida nenhuma, claro.

D.E. — Sem dúvida nenhuma. Ele se bateu por isso, e as coisas dele são muito exatas. Ainda é vivo, o ministro.

P.R. — Ainda é vivo?

D.E. — Ainda. Ele é ministro aposentado do Tribunal de Contas...

P.R. — Porque o que se torna curioso nas atitudes do presidente Dutra é exatamente...

D.E. — Foi ele quem deu uma tapa na cara do Gudin.

P.R. — Foi, é verdade, eu me recordo disso. O que se torna mais curioso nas atitudes do general Dutra é que várias vezes ele mudou de posição em relação à política de petróleo durante o seu governo. Por exemplo, depois que o estatuto ficou congelado na Câmara e não foi votado, nunca mais ele tomou essas medidas. De forma que quando a Petrobrás foi constituída, ela já incorporou um patrimônio

mais ou menos substancial, que foram as duas refinarias - a de Mataripe e a de Cubatão - o oleoduto São Paulo-Santos...

D.E. — Não. Isso foi antes. Foi de Getúlio.

P.R. — O oleoduto?

D.E. — O oleoduto precedeu a tudo. Foi aquela comissão do Conselho Nacional do Petróleo, presidida pelo coronel Artur Levy, que fez o oleoduto Santos-São Paulo.

P.R. — Mas, de qualquer maneira, o oleoduto também foi incorporado ao patrimônio da Petrobrás.

D.E. — Sem dúvida. Ele era do Conselho.

P.R. — Quer dizer, quando começou, a empresa já tinha infra-estrutura...

D.E. — Iniciada.

P.R. — O senhor, que era amigo do general Dutra, como explica essas mudanças de comportamento e de atitude que ele tinha? O que influía no sentido dele mudar as diretrizes de sua política, de passar do Estatuto do Petróleo, que era um documento de concessão...

D.E. — Ah, sim... Era do...

P.R. — Odilon Braga.

D.E. — Do Juarez.

P.R. — Do Odilon Braga, do Juarez Távora... Não foi assim?

D.E. — Foi, do Juarez. Quando ele trabalhava comigo - quando nós trabalhávamos em equipe - ele achou que eu não levaria o negócio à frente, que era isto impossível, depois de uma pancada grossa que eu tinha levado. Ele, então, disse: "Não tem mais jeito. Vamos fazer outra coi-

sa. Vamos dar uma concessão, pegar dinheiro deles. Mas depois eu juro por Nossa Senhora como fazemos a revolução e tomamos!" O Juarez prometeu e se separou de mim. Ele era, efetivamente, um imediatista no assunto, porque tinha o problema na mão, o problema [inaudível] Tinha o problema na mão, ele era subchefe do Estado-Maior do Exército e era quem dava conta do transporte, da manutenção das forças armadas.

P.R. — Voltando um pouco atrás no debate da Constituinte de 46, o senhor nos revelou aqui, numa conversa informal, não gravada, no início do nosso primeiro contato, o famoso episódio do Schoppel, que havia conseguido introduzir no texto do artigo 153 da Constituição aquela expressão "ou empresas organizadas no país", que era uma repetição do texto da Carta de 34, que já havia adotado isso.

M.Q. — Em 37, havia sido suprimida.

P.R. — É. Exatamente: em 37, havia sido suprimida.

D.E. — Ele me deu isso por escrito.

P.R. — Como?

D.E. — Ele me deu isso por escrito.

P.R. — Mr. Schoppel?

D.E. — Mr. Schoppel.

P.R. — Pois é. Eu gostaria que o senhor nos contasse essa história agora.

D.E. — O Schoppel se aproximou de mim aqui. Ele me tinha sido apresentado por um alta autoridade da República como um homem que representava, aqui no Brasil, uma tinta chamada... uma tinta que, passada nas paredes, livrava de qualquer mofo...

M.Q. — Uma tinta lavável?

D.E. — É uma tinta lavável. Acuela, uma tinta chamada Acuela. Mas a segunda conversa que nós tivemos que foi num coquetel, na casa, aliás, dessa pessoa que me havia apresentado, e ele então disse que tinha interesse em conversar comigo separadamente sobre essa coisa toda e marcamos... Eu tinha sido avisado pelo major Carneiro de Mendonça...

[FINAL DA FITA 6-A]

D.E. — Eu tinha sido avisado pelo major Carneiro de Mendonça, que era presidente da nossa refinaria em formação, de que essa pessoa viria ao Brasil, representando, ou melhor, viria para tratar de assuntos contra o país, no sentido do petróleo. Ou seja, no sentido de abafar, fazer desaparecer, acabar com esses pruridos dessa nossa reivindicação como brasileiros. De maneira que, quando ele me foi apresentado, eu já sabia de quem se tratava. Aliás, era um homem que se vestia muito bem, muito tratável, muito agradável, sem dúvida alguma. Ele ficou instalado no Hotel Glória. Nessa ocasião - não me lembro se antes ou depois desse fato - o Brasil teve uma crise de falta de farinha de trigo e esse homem conseguiu dois vapores de trigo vindos do Canadá para sufocar aqui a nossa crise. Eu creio que foi isso que o credenciou para receber uma comenda bonita do Ministério do Exterior, dada pelo nosso João Neves da Fontoura.

Mas ele me disse: "Dr. Drault, o senhor está empenhado nesse assunto da refinaria e eu queria lhe desaconselhar sobre isso. Tenho razões, argumentos..." E as-

sim se desenvolveram nossas conversações. Eu gravava bem na memória os argumentos dele e levava-os ao conhecimento do general Góis Monteiro, do Juarez, do Juracy e do Canrobert Pereira da Costa.

Eles pediram, então, para eu repetir as conversas, ir vendo as coisas... Até que o Schoppel, achando que eu era um homem dedicado a negócios, que, me ofereceu negócios e auxílios fabulosos. E foi então que efetivamente, procurou me subornar - o nome é este; não há sinônimo mais próprio - para que eu desistisse desse assunto. Diante da minha resistência, ele passou a usar até argumentos que muitos acham pueris, mas que eu não achei. Ele dizia, por exemplo, que diante das possibilidades dos nossos vizinhos do Sul, bastava que as companhias mandassem fazer umas manobras na nossa fronteira. Antes de incorporarem o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e parte do Mato Grosso, o governo brasileiro assinaria em branco o que as companhias lhe propusessem. Isso irritou muito os meus amigos lá ao Estado-Maior do Ministério da Guerra, mas eles me aconselharam a dar uma esperança, diante da proposta de suborno, que naquele tempo era muito grande, pois o Schoppel chegou a me oferecer quatrocentos mil contos. Recordo que ele até disse: "Dá até para o senhor fazer o túnel Rio-Niterói." Naquele tempo, se falava muito na possibilidade desse túnel.

M.Q. — Subterrâneo?

D.E. — Sim. Eu então mostrei que, se ele quisesse uma coisa que o meu patriotismo pudesse aceitar, eu seria capaz de transigir um pouco. Ele ficou muito contente e me deu por escrito o que queria: era que acrescentasse na Constituição que se estava fazendo a expressão "ou compa-

nhias organizadas no país." Eu disse que ia pensar sobre aquilo. Nessa madrugada mesmo, fui à casa do Juracy e, com ele, à casa do Juarez e juntos fomos à casa do Góis e depois ao Ministério da Guerra, acabando numa reunião privada lá. E sentimos muita satisfação, porque tínhamos descoberto o que ele desejava, que era facílimo para nós. A Constituinte era governamental, era de gente nossa, de maneira que era só ter o cuidado para que isso não saísse. Eu recordo que o Juarez disse: "Vou falar hoje mesmo com o Manduca. "O Manduca era o irmão dele que era senador pelo Ceará.

Muito bem, o assunto passou a ser esse. Passou para os ombros deles. Eles é que tinham de agir, porque tinham força política para isso. Mas a Constituição saiu publicada com o "ou companhias organizadas no país." Não tendo havido nenhuma emenda - nunca houve essa emenda - ficou provado que a expressão foi acrescentada na redação. A Câmara ficou diante de um escândalo muito grande e, sobretudo, muito envergonhada por isso ter acontecido. Os líderes das bancadas dos estados se reuniram com a mesa da Câmara e resolveram - contra um único voto, que foi do Artur Bernardes - não dizer nada, não passar recibo, nem sequer ventilar o assunto, porque achavam vergonhoso isso ter acontecido. Resolveram não fazer qualquer lei adjetiva sobre o assunto e que passaríamos a agir com a legislação do petróleo - 395 etc. - até que alguns anos depois foi possível suprimir essa referência. Esse foi o episódio Schoppel.

M.Q. — Suprimir? Acho que ela não foi suprimida. Ela foi mantida...

D.E. — Não senhora. Ela foi suprimida, hoje não existe.

P.R. — Essa expressão?

D.E. — Sim.

P.R. — "Ou organizadas no país"?

D.E. — Sim.

P.R. — Na Constituição de 34?

D.E. — De 1946.

M.Q. — Sim. Na de 1946 ela foi mantida e ficou até 1964.

D.E. — Não se podia suprimi-la. Depois é que ela foi suprimida.

P.R. — Em 1967, na Constituição do Castelo?

M.Q. — Eu acho que foi mantida.

D.E. — Eu acho que foi aí.

P.R. — Não tenho certeza se foi suprimida não.

D.E. — Eu também não reparei.

P.R. — Eu sei que a Constituição do Castelo tem uma diferença: ela estabelece que o petróleo é monopólio da União. É a única Constituição que realmente fala isso. Mas fala só na parte da pesquisa e da lavra, não se estende ao resto. Talvez fosse uma forma encobrir isto.

D.E. — É, talvez. Mas nunca houve uma... Esse arranhão nunca foi obedecido. O governo nunca se prevaleceu dele para fazer coisa alguma...

P.R. — Na área do petróleo, não.

D.E. — ...na área do petróleo.

M.Q. — O dr. San Tiago Dantas, que foi seu diretor...

D.E. — Meu advogado e meu diretor, vice-presidente da companhia.

M.Q. — Anteriormente, ele já era interessado em petróleo?

D.E. — Não, não me consta.

M.Q. — Não? Ele não estava junto com outros empresários numas iniciativas na década de 30, naquele período?

D.E. — Não, não me consta absolutamente. Nem eu o conhecia.

M.Q. — Não o conhecia nessa época.

P.R. — E o Mr. Schoppel? Que fim levou?

D.E. — Ele foi imediatamente embora do Brasil! Ele foi para o Peru.

P.R. — Ele foi para o Peru?

D.E. — Ele agiu no Peru. Na legislação de lá ele teve êxito.

P.R. — O que consta é que a embaixada norte-americana gostava de dar ênfase ao fato de que Mr. Schoppel não existia, de que era uma figura imaginária, criada aqui no Brasil como uma espécie de espantalho. Depois, ele foi fotografado numa recepção, se não me engano na casa do Adolfo Gentil.

D.E. — Meu compadre e amigo.

P.R. — É?

D.E. — Faz anos hoje. [risos]

P.R. — Mas em matéria de petróleo não deve ter nenhuma identidade com o senhor, não é?

D.E. — Nenhuma! Nisso, ele era um americano [risos] Meu colega de Câmara também, meu amigo, sócio em muitos negócios na vida e tudo o mais, mas sempre achou que isso era uma grande bobagem.

P.R. — A Refinaria de Manguinhos foi inaugurada em 1955, no governo Café Filho, não foi?

D.E. — Pelo Café Filho, que não foi à inauguração. Quem inaugurou foi o Juarez.

P.R. — Juarez Távora. E ela começou a operar a partir daí.

D.E. — Nesse dia.

P.R. — Porque durante o período da votação do projeto que resultou na Lei nº 2.004 houve um acordo na Câmara, proposto pelo próprio Getúlio, através do Capanema, no sentido de que do monopólio estatal do petróleo fossem preservadas as duas refinarias particulares já existentes no Brasil, com a condição de que elas não aumentassem a sua capacidade de produção...

D.E. — Elas já foram dadas com a capacidade exata. Não podiam aumentar de maneira nenhuma.

P.R. — Não podiam aumentar.

D.E. — É. E houve a refinaria do Amazonas também.

M.Q. — Que hoje em dia está incorporada à Petrobrás.

D.E. — Está incorporada à Petrobrás.

P.R. — Daquele grupo Sabbá?

D.E. — É, Sabbá. A refinaria foi fundada no meu escritório também.

P.R. — Mais ou menos na mesma ocasião de Manguinhos?

D.E. — Quando eu estava fazendo Manguinhos, o dr. Adalberto Ferreira do Vale, que era um amazonense ilustre que parece que vivia no Sul, presidente, dono de uma grande companhia de seguros, da qual não lembro o nome...

P.R. — Prudência Capitalização?

D.E. — Prudência Capitalização. Ele era primo do Almino Afonso.

P.R. — Exato. Eu o estou ligando exatamente ao fato do Almino ter trabalhado nessa empresa em São Paulo, quando era estudante.

D.E. — É. Foi ele quem educou o Almino e sentia tristeza porque achava que o Almino estava meio "esquerdinha". [risos] E eu gosto cada vez mais dele. O Almino é um dos grandes amigos que tenho.

M.Q. — Mas a concessão para a refinaria da Amazônia foi em 1952, não foi?

D.E. — Eu não me recordo. Eu fui à inauguração.

P.R. — Mas é uma refinaria pequena, não é?

D.E. — De cinco mil barris. Não podia ser maior naquele fim de mundo.

P.R. — Ela ainda existe até hoje.

D.E. — Existe até hoje.

P.R. — Incorporada à Petrobrás.

D.E. — Isso mesmo. Ela foi do Sabbá. Esse grupo tinha dinheiro e eu, então, meti na cabeça do Adalberto que ele devia convidar o Sabbá para montar uma refinaria, que era um negócio fantástico. Mostrei ao Adalberto como era. Fui chamando os meus assessores, as pessoas que entendiam do assunto para mostrar, porque estou por fora dos cálculos. Aí os Sabbá - não sei qual, pois eles eram três homens pequeninos - vieram ao meu escritório, se convenceram de que deveriam fazer esse negócio e montaram a refinaria.

Quando eles requereram fazer a refinaria, eu os ajudei muito no Conselho Nacional de Petróleo. Ajudei no parecer, no despacho, com o Demillicamps. Antes de o Conselho dar o despacho, antes de dar o parecer desfavorável, porque faltava isso, aquilo e aquilo outro, eu era comunicado, com a recomendação do que eles deviam fazer para preencher os requisitos para poder dar o negócio como completo. Ajudei muito e por isso o negócio foi rápido, bom e bonito. Eles fizeram a refinaria com cinco mil barris diários. Nessa ocasião a Petrobrás começou a perfurar em Nova Olinda, no Amazonas, onde eu fui várias vezes. Nunca se tirava mais de dez barris por dia em cada poço, o que era absolutamente...

P.R. — Anticomercial.

D.E. — ...anticomercial. Mas nos Estados Unidos um poço de dez barris é comercial, sempre há uma refinaria bem pertinho. De maneira que é facílimo, é sempre um bom negócio: é só vender o óleo. Ao passo que para nós não vale nada.

M.Q. — O senhor tinha muito conhecimento dentro do Conselho Nacional de Petróleo, não é?

D.E. — Tinha.

M.Q. — Quem eram as pessoas que o senhor conhecia?

D.E. — Eu me lembro de João Daudt de Oliveira.

Ser membro do Conselho Nacional do Petróleo era como ser membro do Supremo Tribunal Federal. Precisava ser impoluto, ter grandes conhecimentos etc. Era um negócio muito bem-feito, muito sério, no sentido de não haver o venal. Eu dizia: "Sendo um homem sério, não sendo venal, mesmo que seja ignorante no assunto, é fácil ins-

truí-lo, conversar, etc." Os pareceres do Domingos Fleury da Rocha são luminosos, extraordinários. O major Valdetaro, que chegou a general e a ser chefe da Casa Militar do presidente Dutra, era de lá. Não me lembro se ele chegou a ser membro do Conselho. O general Geisel...

M.Q. — O general Artur Levy também foi do CNP.

D.E. — Por toda a vida. Ele foi membro desde o primeiro dia do Conselho. O coronel Artur Levy, dirigiu a Petrobrás até o começo do governo Juscelino.

M.Q. — Ele também foi da Comissão do Estatuto do Petróleo.

D.E. — Não me recordo... João Maria de Lacerda. Eu creio foi ele quem disse: "Manda quem pode e obedece quem tem juízo." [risos] Penso que foi ele.

M.Q. — Na questão da criação do CNP, não é?

D.E. — É. Ainda há o Barbosa Carneiro. 5 de abril de 1938...

M.Q. — Ele era o secretário geral do Conselho, não era?

D.E. — Não sei.

M.Q. — Era.

D.E. — Devia ser parente do Júlio Caetano Horta Barbosa, que é de uma família muito grande daqui. Muitos membros desta família são do Banco do Brasil, muitos são dos altos conselhos, há outros Itamarati. São todos, de um modo geral, gente de primeiríssima ordem, de muita tradição. Se vocês tiverem paciência e quiserem fazer a coisa certa, vou apresentá-los a um homem que só diz a verdade, sabe tudo. Ele foi advogado do Conselho Nacional do Petróleo e consultor jurídico durante muito tempo. Ele é o Demillicamps. Parece-me que ele está meio "aposentadão", é um grande advo-

gado, solteirão, mora aqui em Botafogo.

M.Q. — Voltando um pouquinho ao assunto das concessões e suas limitações, há uma questão do Soares Sampaio referente à capacidade de produção de Capuava.

D.E. — Perfeito. A concessão que lhe foi dada era para vinte mil barris. Quando eu tratei do assunto para ele, porque fiquei com pena de se perder a maçaroca de dinheiro que ele tinha reunido e de que ele dispunha - fosse de bicheiro, servia; fosse do meretrício, eu aceitava - eu descontei isso.

E eu, pensando no Ministério da Guerra, achei que deveríamos descobrir uma maneira de não perder esse dinheiro e, sobretudo, o élan. O grupo do Soares Sampaio tinha participado, tinha se preparado, tinha gasto dinheiro. Portanto, devíamos aproveitar essa coisa toda, de maneira que abri o caminho. No ministério, eles disseram: "Está bem. Vamos ver." E eu disse: "Mas tem uma coisa: se for possível, deve-se exigir que ele faça vinte mil barris." Para o Soares Sampaio, isso era extraordinário, mas eu queria que o Brasil tivesse vinte mil barris em São Paulo.

Foi quando fui fazer-lhe uma visita, e ele me recebeu muito mal, acabou muito mansinho e choroso e, afinal de contas, fez a refinaria de vinte mil barris em Capuava. E inaugurou com aquela festa toda. Mas acontece que ele não tinha a preocupação de ser correto. Sua preocupação maior era ganhar muito dinheiro. De sorte que, em vez de vinte mil, ele fazia 31 mil barris. Ele encomendou maquinaria para isso, ludibriando o Conselho Nacional de Petróleo, que fiscaliza tudo. Mas ele fazia 31 mil barris, 11 mil a mais.

Mas o general Geisel, que era coronel na época, vê tudo, examina tudo, tem aquela capacidade. E quando foi membro do Conselho Nacional do Petróleo, ele descobriu isso. Como ele não é um homem do "pega ladrão", chamou o pessoal do Soares Sampaio e disse: "Vocês estão fazendo isso. Por conseqüência, perderam a concessão. Este é um crime grave. Vocês perderam a concessão. Não têm como apelar. Mas eu não vou fazer isso não. Esses 11 mil barris, vocês vão fazer todos os dias. O Conselho vai pagar o trabalho de fazer e mais uma despesinha. Os 11 mil barris vão ser entregues ao Conselho - ou à Petrobrás, que já existia - e ela negocia." Quer dizer, o Geisel tirou-lhes um terço do ganho, do lucro, mas também do furto. [risos]

M.Q. — E eles conseguiram fazer isso durante muito tempo?

D.E. — Bastante tempo, sim. Vários 365 dias. [risos] Depois, o Geisel saiu do Conselho e foi para outras coisas. Mas, depois de algum tempo, o Geisel veio a ser presidente da Petrobrás e disse para os membros do Conselho Nacional de Petróleo: "Tragam aquelas coisas. Eu quero ver como aquilo tem andado." E verificou que o grupo do Soares Sampaio estava repetindo a mesma coisa, tinha novamente iludido, embrulhado o Conselho Nacional do Petróleo. Eu não sei se foi...

M.Q. — Dinheiro.

D.E. — Não sei se foi. Aí, ele chamou o pessoal do Soares Sampaio e disse: "Os senhores não têm jeito não. São ladrões mesmo. Mas agora eu vou desapropriar a refinaria. Os senhores não têm mais nada agora. Já temos condições de tomar conta." Eles moveram céu e terra, estavam ainda mais fortes, mais ricos, já tinham comprado o Banco do Es-

tado de São Paulo - o banco comercial do Whitacker - e o dr. Roberto Campos já era o presidente do grupo.

M.Q. — Na próxima entrevista, nós vamos continuar a tratar desse assunto.

D.E. — Com o maior prazer.

M.Q. — E vamos encerrar por hoje então. Muito obrigada.

D.E. — De nada.

[FINAL DA FITA 6-B]

4ª Entrevista: 15.07.87

M.Q. — Dr. Drault, continuando ainda com a questão que nós estávamos conversando na nossa entrevista passada, quando chegamos a falar um pouco do Shoppel e o senhor, inclusive, nos deu a carta dele, como é que o senhor conseguiu essa carta?

D.E. — Não me recordo. [risos] Palavra, não me recordo como essa carta veio para o livro preto.

M.Q. — Mas é interessante, não é?

D.E. — É.

M.Q. — E a quem ela estava endereçada?

D.E. — Ao caro João, não é?

M.Q. — Sim, mas quem era o João?

D.E. — O João era um rapaz muito simpático, agradável, inocente sobre essas coisas, mas que se tornou amigo do Schoppel. Ele era um construtor de sucesso aqui no Rio de Janeiro e muito amigo do ministro Chico Campos. Ele sempre me dizia: "O Schoppel é tão agradável, tão envolvente,

mas quando ele conversa com você, parece que você ou foge do assunto ou não concorda com ele. O que falta? Ele tem vontade de saber. "Quer dizer, o Schoppel não devia dizer a ele, de começo, de que se tratava, do motivo por que me procurava. Esse João foi uma das pessoas que me aproximaram do Schoppel.

P.R. — A relação de Schoppel com o João provavelmente decorria do fato de o João ser construtor e o Schoppel representante de uma tinta de construção, não é isso?

D.E. — A Acuela.

P.R. — Exato.

D.E. — A tinta Acuela.

P.R. — O estreitamento de relações entre eles devia ser...

D.E. — Não sei. Porque, na verdade, eu não creio que houvesse a tinta. Talvez o nome da tinta, as qualidades da tinta etc., mas eu creio que nunca houve o negócio da tinta. [risos] E era um negócio muito pequenininho, em relação ao que o Schoppel queria.

P.R. — A tinta era uma forma de disfarçar a verdadeira missão do Schoppel.

D.E. — A verdadeira missão, o motivo dele estar no Rio.Mas vir aqui para lançar uma tinta dessas contra o mofo e poder ficar regiamente hospedado no Hotel Glória era demais. Até a maneira elegante do tipo inglês do Schoppel estava em desacordo com um representante, com um vendedor de tintas. Mas o Schoppel também tinha uma amizade muito forte com o Câmara, que era diretor-geral do Tesouro e foi ministro interino várias vezes, uma pessoa de alto conceito naquele tempo. Era um rio-grandense-do-norte. João Câmara...

P.R. — Mário Câmara.

D.E. — Era João ou era Mário? Era Mário Câmara.

P.R. — Mário Câmara. Ele foi, inclusive, interventor no Rio Grande do Norte numa época.

D.E. — Foi. Exato, eles eram amicíssimos. Eu fui convidado pelo Mário Câmara para ir à sua casa, num coquetel muito animado, onde estava o Schoppel. Ali ele me foi apresentado pelo Mário Câmara: "este aqui é um americano distinto, um amigo nosso, um amigo do Brasil e tudo o mais. Está por aqui tratando de negócios. Você, que é homem de negócio, deve conhecer esta figura interessante". Assim o Mário Câmara me apresentou ao Schoppel. Eu me lembrei agora.

M.Q. — Eu estava lendo o memorial do Eliézer Magalhães e na página 8, está dito que a crise bancária de 30 de junho de 1947 foi uma manobra, tal como havia sido a de maio de 1946. Foi uma manobra dos trustes, para provar que não havia no Brasil gente nem capital para resolver o problema do petróleo.

D.E. — Era. Os trustes sempre se bateram muito por isso. Quer dizer, se bateram muito em fazer compreender a toda a gente que nós, brasileiros, não tínhamos capacidade econômica nem financeira para nos iniciarmos sequer num projeto daquela qualidade.

M.Q. — Mas como é que foi essa crise de 1947? Como os trustes estão envolvidos nela?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

D.E. — Repita a pergunta, por favor.

M.Q. — Nós estávamos conversando sobre a questão da crise

bancária.

D.E. — Os trustes sempre acreditaram que eu fazia Manguinhos porque tinha o Banco do Distrito Federal, porque eu era diretor e maior acionista do Banco do Distrito Federal. O banco devia auxiliar nessas despesas iniciais, que não eram pequenas. E eles viam na lista dos meus acionistas os nomes de vários bancos, também. Creio que eram 18 bancos. Devia haver 18 diretores de bancos ligados ao empreendimento, inclusive eu e o dr. Clemente de Faria, que era diretor do Banco da Lavoura e diretor financeiro do meu banco. Mas havia cerca de mais 16 outros banqueiros. Os trustes forjaram, então, uma crise bancária, com a notícia de que estava havendo uma grande retirada de dinheiro dos bancos, as tais corridas bancárias. Nesses casos, o primeiro lance é recorrer à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, com os títulos em carteira, e levantar dinheiro para atender os guichês. Esgotando-se esse recurso, a situação se torna muito precária. Assim, era óbvio que pensassem que havia o perigo desses bancos cujos diretores eram acionistas da refinaria auxiliarem-na financeiramente. Mas esta era uma suposição errada, porque nenhum deles tinha sido procurado. A refinaria não tinha solicitado qualquer auxílio, qualquer empréstimo. Mas, no conceito dos trustes, arrebentar os bancos era retirar os pés com que a refinaria andava.

M.Q. — Esses bancos faliram logo?

D.E. — Todos esses bancos desapareceram. Foi uma coincidência triste, mas eles desapareceram. Aos poucos, foram desaparecendo. Se essa influência, se uma das causas do seu desaparecimento era a presunção deles estarem ligados

diretamente ao êxito que se buscava com a refinação do petróleo naquela ocasião, foi uma grande injustiça. Mas a coincidência houve. Infelizmente, eu não tenho aqui a lista dos acionistas daquele tempo.

M.Q. — Mas vamos, mais adiante, numa outra entrevista, complementar o assunto.

D.E. — É fácil verificar. Eu tiro da refinaria.

M.Q. — Diante dessas circunstâncias, o senhor procurou financiamento no Banco do Brasil.

D.E. — Sim. Procurei o Banco do Brrasil diretamente. E, depois de conversar com o presidente Dutra a respeito da nossa dificuldade, eu disse que a refinaria iria solicitar o financiamento. E o dr. Guilherme da Silveira foi tão maroto que chegou a publicar, no relatório do Banco do Brasil daquele ano, que a refinaria tinha solicitado este crédito e recebido despacho favorável do Banco do Brasil. Mas não era verdade, principalmente porque nós não chegamos a escrever ao Banco do Brasil solicitando coisa alguma nesse sentido, pois eu sabia que de lá não sairia nada. Mas ele fez isto.

Recordo, também, que sobre isto o Carlos Lacerda, numa das suas veementes aparições na Rádio Guanabara, que existia aqui, disse assim: "O relatório do Banco do Brasil diz que está financiando a refinaria de petróleo do Distrito Federal (que hoje se chama Manguinhos). Mas posso afirmar que isso não é verdade. O Banco do Brasil não vai dar um tostão para esta aventura."

O Carlos Lacerda deu isso como grande notícia, a notícia do dia. Ele correu ao ar. Depois, ele chegou a me dizer que aquela afirmação dele tão categórica no rádio não coincidia

com qualquer vontade dele de interceptar o financiamento, nem tampouco de impedir a construção de uma refinaria. Ele quis foi dizer que o Banco do Brasil tinha publicado no seu relatório uma mentira pura, clara, insofismável, que ele provava que não era verdadeira.

P.R. — Era presidente do banco, nessa época o Guilherme da Silveira.

D.E. — Dr. Guilherme da Silveira. Depois de muitas tentativas, eu passei a solicitar essa importância do Export Import Bank, nos Estados Unidos. O dr. Augusto Batista Pereira, diretor da companhia, foi lá tratar do assunto. Tenho uma vasta correspondência em que ele conta as dificuldades que encontrou. Quando as coisas lá pareciam se encaminhar no bom sentido, havia uma interferência de cima que parava as negociações. O dr. Batista era comunicado de que aquelas conversas não poderiam ir adiante. Eu tenho as cartas do dr. Batista. Lendo-as, podemos saber perfeitamente como corriam as coisas lá nos Estados Unidos. Foi aí que eu disse: "Pois eu vou fazer a refinaria sem dever um tostão nem a banco, nem aos institutos - que naquele tempo era emprestadores de dinheiro - nem à Caixa Econômica. Vou fazer unicamente com o dinheiro dos acionistas. E assim fiz. E o único negócio que tive então com o Banco do Brasil foi depositar 50% do valor da importação da refinaria na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, da qual era diretor o dr. Cadaval. Mas o dinheiro era da própria refinaria.

M.Q. — Pela carta que eu vi, parece que suas negociações com o Export Import Bank iam bem. A carta do seu diretor, Batista Pereira, em abril de 1947, dizia que estava tudo bem. Então às negociações com o Export Import Bank foram antes da crise bancária de julho de 1947. Pro-

vavelmente mais adiante é que houve o problema.

D.E. — Porque certamente acreditaram que eu fizesse mesmo a refinaria com o capital nacional.

M.Q. — Então, parece que vendo as dificuldades que o senhor estava atravessando na negociação com o Export Import Bank, o senhor se voltou para o Banco do Brasil. Parece que as negociações foram mais ou menos concomitantes...

D.E. — Quero crer que eu primeiro tenha tentado o Banco do Brasil. Tanto que eu disse que conversei com o presidente Dutra, dizendo que iria solicitar o financiamento do Banco do Brasil, e ele disse que eu o fizesse perfeitamente.

M.Q. — Então, me parece que na medida em que o senhor foi vendo que o financimento não iria sair por lá, tentou por aqui.

D.E. — Tentei por aqui.

P.R. — Mas eu tenho a impressão de que as dificuldades lá em Washington, junto ao Eximbank, foram criadas pelo embaixador Pawley, não foram?

D.E. — Não sei. A correspondência é vasta. Aí eu não sei se...

M.Q. — Foram sim. Foram criadas pelo embaixador Pawley.

D.E. — Ele passou um telegrama, não é? Há um telegrama dele à entidade governamental de lá, dizendo que desencorajasse o meu representante, dr. Augusto Batista Pereira, de continuar solicitando um empréstimo nos Estados Unidos.

M.Q. — Inclusive, parece que um alto funcionário - o subse

cretário - já tinha dado seu parecer favorável e mudou-o na hora e o financiamento ficou congelado.

D.E. — Justamente. O dr. Tayer estava nessa ocasião e já era nosso advogado. Também o coronel...

M.Q. — Howard Williams.

D.E. — Williams. Também estava lá tratando e tenho cartas dele dando notícias do assunto. Ele era amigo do ex-embaixador dos Estados Unidos em Londres...

P.R. — Averrel Harriman.

D.E. — Harriman. Justamente.

M.Q. — Sobre o investimento global, qual era o montante de financiamento que o senhor estava solicitando?

D.E. — Eram dez milhões de dólares.

M.Q. — Qual era o investimento global? Quanto o senhor estava estimando?

D.E. — Eram dez milhões de dólares.

M.Q. — E quanto é que o senhor estava pedindo de financiamento ao Banco do Brasil?

D.E. — 80% disso.

M.Q. — Isso aí foi motivo de muitas críticas. Disseram que o senhor iria trabalhar com dinheiro do governo.

D.E. — Há, então, um célebre artigo do Carlos Lacerda, "Sopa de pedra". Ele fazia esse artigo contra o...

M.Q. — Alberto Soares Sampaio.

D.E. — Era contra o Alberto Sampaio, mas me atingia também.

M.Q. — A história da sopa de pedras é que você vai bo-

tando os ingredientes, mas diz que ela é de pedra.

D.E. — É muito engraçado, muito interessante.

M.Q. — Eu li um artigo seu, no Diário de São Paulo, em que o senhor se defende das acusações de que teria ganho privilégios ilegítimos, enfim, de uma série de acusações que eram feitas pelo Jornal de Debates...

D.E. — O Jornal de Debates não era do Matos Pimenta?

M.Q. — É do Matos Pimenta. Exatamente.

D.E. — Até que enfim descobri o nome desse jornal. Então era por isso que eu fui prevenido contra ele quando me encontrei com ele na casa de Bernardes, naquela reunião.

M.Q. — É. E vamos conversar sobre ela. Mas o Hermes Lima também o atacou. Ele, também, atacou as refinarias, dizendo, da mesma forma que o Matos Pimenta, que as concessões estavam dando privilégios ilegítimos. E o senhor se defendeu nesse artigo no Diário de São Paulo de 17 de abril de 1949.

D.E. — A maior defesa que eu fiz nessa ocasião contra a opinião escrita do Hermes Lima, foi publicar nos jornais daquele dia o discurso dele na Câmara, onde ele expunha essa opinião, e um editorial do Jornal de Debates, que eram a mesma coisa. De sorte que não obstante o Hermes Lima ser aquela inteligência fulgurante e não precisar do auxílio de outrem para fazer um discurso ou escrever um grande trabalho literário, talvez por falta de tempo - eu não sei, porque não fazia parte da Câmara nesse tempo - ele fez um discurso, que era, ipsis literis o trabalho publicado nesse Jornal de Debates. Assim, publiquei na mesma página o discurso dele e o trabalho do Jornal de

Debates. Isso foi uma tristeza muito grande para o Hermes Lima e para seus amigos, que ele os tinha muitos e muito conceituados.

M.Q. — Essas críticas na Câmara começam aí ou são anteriores?

D.E. — Havia críticas todo o tempo.

M.Q. — Mas na Câmara, especificamente...

D.E. — Eu não me recordo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Eu estou achando muito esquisito o Hermes Lima ter feito isso...

D.E. — Eu também, porque as idéias do Hermes Lima sempre foram vamos dizer, antiditatoriais. Ele sempre foi um democrata. Na verdade, sempre foi um democrata em toda a sua vida. Eu conheço o Hermes Lima desde que ele era oficial de gabinete do governador da Bahia, quando eu estudava lá. Eu conheci o Hermes e queria bem a ele e à dona Nenê, sua senhora. Depois, nós viemos para o Rio e aqui sempre tivemos a melhor amizade. Não sei o que o levou a tomar essa direção.

M.Q. — E fazer isso com um discurso assim, um artigo que já era publicado, que todo mundo já conhecia. Uma coisa meio esquisita. Parecia uma coisa armada, o senhor não acha não?

D.E. — Foi um escorregão do Hermes Lima, não somente no seu estofo intelectual, como no moral e político também.

M.Q. — E é mais estranho ainda, porque eu estava lendo, na

transcrição do discurso dele, que, no momento em que ele fazia o discurso apareceu um deputado, logo no início, que disse: "O senhor está lendo esse texto? Esse texto é de quem?". E ele disse: "É um documento técnico do partido."

D.E. — Justamente. Houve um deputado que levantou a suspeita de que o discurso dele era um artigo publicado em jornal. E ele, então, disse que era um trabalho dos técnicos do seu partido, não foi? Agora a memória me ajudou.

M.Q. — Exatamente. Inclusive, o Matos Pimenta afirma, num artigo no Jornal de Debates, que o Domingos Velasco, que era colega dele, sabia que o artigo já havia sido publicado.

D.E. — Eu não sei. Eu conheci Domingos Velasco no Senado, quando eu proferia um discurso sobre o assunto...

M.Q. — E ele concordava sempre com o senhor.

D.E. — ...e ele me aparteou, aplaudindo.

M.Q. — Exatamente. Eu me lembro disso. É realmente muito esquisito. Agora, eu gostaria de esclarecer um pouquinho a questão da sua conversa com o dr. Matos Pimenta na casa do Artur Bernardes, porque ele fala disso num artigo...

D.E. — Depois...

M.Q. — Ela cita mais ou menos essa conversa no Jornal de Debates. Ele diz que conversou com o senhor e expõe qual era o ponto de vista dele...

D.E. — Qual era?

M.Q. — Ele queria que o senhor doasse sua refinaria para o Estado. Foi esse o motivo da sua reação?

D.E. — Não.

[FINAL DA FITA 7-A]

D.E. — Nessa conferência na casa do presidente Bernardes, na rua Valparaíso, o dr. Matos Pimenta começou dizendo que, antes de ir para lá tinha passado na igreja, para comungar e pedir à Nossa Senhora para que eu atendesse a uma exortação que ele iria fazer ao meu patriotismo. Mas, ao ele se referir ao meu patriotismo, eu me exasperei, e não cheguei a ouvir de que ângulo ele queria fazer essa exortação ao meu patriotismo. Eu me zanguei e tive, então, um gesto brasileiro de pouca compostura na casa do presidente Bernardes. E fiquei com o deltóide doendo por muitos e muitos dias.

M.Q. — É a popular "banana", não é?

D.E. — Justamente. E ficou encerrada a reunião da qual fazia parte o capitão Ibá, o dr. Cantanhede...

M.Q. — Sim, ele* diz que estavam presentes lá.

D.E. — ...o presidente Bernardes e eu.

M.Q. — E ele diz que teria ido lá, exatamente com o intuito de conversar com o senhor para que o senhor assumisse o compromisso de manter o que tinha dito no artigo do Diário de São Paulo de 17 de abril de 1949: que cederia, a qualquer momento, a refinaria ao governo.

D.E. — Não me recordo dessa minha declaração ao Estado de São Paulo. Mas...

---

* Matos Pimenta os cita no artigo.

M.Q. — Foi no seu artigo no Diário de São Paulo.

D.E. — No Diário de São Paulo. Mas acredito que ele queira se referir à carta que o Orlando Dantas tinha mandado ao presidente Dutra, transmitindo efetivamente esse oferecimento meu, de que passaria todo o trabalho, tudo o que estava feito - eu já estava armando a refinaria - para o governo,contanto que o governo terminasse, fizesse a refinaria.

M.Q. — É. Mas houve aí um problema, porque o Orlando Dantas colocou sem ônus...

D.E. — Sem ônus.

M.Q. — E o senhor queria sem lucro.

D.E. — Sem lucro.

M.Q. — Então o senhor queria um ressarcimento.

D.E. — Justamente. O Orlando Dantas, então, mandou levar a cópia da carta à minha casa. Quando recebido vi que estava escrito "sem ônus". De noite mesmo, eu tomeu um automóvel e fui à casa dele ali em Botafogo. E quando cheguei, ele até me disse: "Veio se arrepender do oferecimento da carta!" Eu disse: "Não. O que foi que eu lhe disse?" Ele, então, repetiu a maneira como eu tinha dito. Aí eu disse: "Agora, leia a sua carta." E na carta tinha "sem ônus para o governo". Ele ficou muito aborrecido, amoladíssimo, e disse: "Meu Deus, como é que eu fiz uma coisa... Não! Isso foi a datilógrafa que errou ..." Eu respondi: "Mas, Orlando, você sabe o que eu vim fazer aqui? Vim honrar seu erro. Eu dou a refinaria sem ônus. Eu vim aqui honrar o seu erro, o erro exarado na carta."

M.Q. — Eu pensei que esse seu ato - a "banana" - tivesse

sido exatamente porque o senhor...

D.E. — Não. Não se tratou disso. Não se chegou a tratar. Quando ele começou a pedir o meu patriotismo e tal, eu disse que não admitia lição de patriotismo de ninguém e me exasperei.

M.Q. — Então, agora...

D.E. — Esta é que é a verdade dos fatos.

M.Q. — Os artigos do Matos Pimenta - esses artigos que acusavam as refinarias de privilégios etc. - foram resumidos e entregues ao presidente da Câmara, com algumas assinaturas. As assinaturas eram de Artur Bernardes e dos generais Horta Barbosa e Raimundo Sampaio.

D.E. — Nunca soube disso.

M.Q. — Foi. Pelo menos, essa é a informação que eu tenho a partir dos artigos do Matos Pimenta: que o resumo já havia sido entregue. O senhor não soube disso, não é?

D.E. — Não. Não soube. Também, eu não era leitor do Jornal de Debates.

M.Q. — Sim. E estranhei, porque o Horta Barbosa mantinha boas relações com o senhor.

D.E. — Excelentes. Ele foi de um corretismo imenso. Eu o convenci de que ele deveria fazer Mataripe, na Bahia. Fui eu quem levou a Mataripe, na Bahia, o anteprojeto feito pelo dr. Garzón e sua equipe. Acabei conseguindo que, o Horta Barbosa o levasse ao presidente Getúlio e propusesse fazer a Refinaria de Mataripe. E ele fez a refinaria, que foi inaugurada pelo presidente Dutra.

M.Q. — Com essas dificuldades todas, o senhor efetivamente teve que pedir alguma prorrogação dos seus prazos para a

construção da refinaria.

D.E. — Não. Nem podia fazê-lo, porque a Lei nº 2.004 acolheu, na Câmara, uma emenda da UDN, dando um prazo exíguo para que as refinarias fossem feitas. Isso significou que, para o tamanho do negócio e os vastíssimos estudos a serem feitos, a concorrência teve um prazo muito curto.

M.Q. — Essa emenda reduziu o tempo previsto pela concorrência?

D.E. — Ah, sim! Reduziu. Eu inaugurei Manguinhos 15 dias antes do prazo. Foi um sucesso! Os armadores da refinaria, que foram aqueles rapazes, o Parker, o Batista Pereira...

M.Q. — O senhor falou que eles criaram a Montreal.

D.E. — Sim. Mas voltando às refinarias, logo uma semana depois, a do Alberto Soares Sampaio foi inaugurada em São Paulo.

M.Q. — Quer dizer que elas foram feitas no prazo previsto?

D.E. — Um prazo medido, aperdadíssimo!

M.Q. — Isso é interessante, porque sempre acusavam-no e o Alberto Soares Sampaio de estarem com suas concessões caducas, pois vocês não estavam cumprindo o prazo.

D.E. — Absolutamente. Pelo menos, depois da concorrência feita, não foi pedido, nem podíamos pedir qualquer prazo...

M.Q. — Para a construção. Porque havia um prazo para entregar a refinaria, colocá-la em funcionamento.

D.E. — Pois não. Aí já era com o coronel João Carlos Barreto na presidência do Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. — Eu achei interessante que sempre se argumentava que

o governo não tinha recursos para fazer as refinarias...

D.E. — É verdade.

M.Q. — ...e o Banco do brasil, pelo menos em teoria, estava se dispondo a emprestar 80% do financiamento.

D.E. — Não estava se dispondo. Eu é que desejava.

M.Q. — O senhor é que desejava.

D.E. — Mas isso não era um grande empréstimo. O Banco do Brasil poderia fazer isso facilmente. Não havia, em absoluto, necessidade de caixa especial para isso.

M.Q. — Eu estava me perguntando por que, então, as refinarias particulares, se o governo tinha possibilidade de arcar com esse empreendimento? Por que efetivamente se abriram essas concorrências?

D.E. — Não entendi.

M.Q. — Se havia a possibilidade do governo arcar com investimentos em refinarias...

D.E. — Já sei. Por que não empalmaram a minha idéia de fazê-las estatais.

M.Q. — Exatamente.

D.E.—Esta é minha idéia ainda hoje. O governo devia comprar ou desapropriar as duas últimas que existem - Manguinhos e Ipiranga - para serem estatais. Eu acho que ninguém tem o direito de ganhar dinheiro com energia, num país que luta por tê-la.

M.Q. — Essa iniciativa foi do João Carlos Barreto.

D.E. — O que?

M.Q. — De abrir a concorrência para as refinarias. O CNP...

D.E. — Não. Não foi iniciativa dele, não. Foi resolução do Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. — Sim. Com ele na presidência.

D.E. — Com ele na presidência e com aquiescência do presidente da República.

M.Q. — Que já era o...

D.E. — Não. Era o Getúlio.

M.Q. — Ainda era o Getúlio.

D.E. — Ainda era o Getúlio. Tanto que o edital de concorrência foi publicado um dia após a saída do presidente Getúlio do governo. Ele saiu no dia 29 de outrubro...

P.R. — De 1945.

D.E. — É. No dia seguinte, o Diário Oficial publicou o edital de concorrência.

P.R. — Exatamente.

M.Q. — Na última entrevista, o senhor estava falando sobre a desapropriação de Capuava. A nossa última conversa, o senhor lembra?

D.E. — Lembro.

M.Q. — Então [inaudível] contar tudo a respeito...

D.E. — De que eu sabia a respeito...

M.Q. — da desapropriação.

D.E. — Capuava estava funcionando com permissão para 20.000 barris. Acontece que veio para o Conselho, representando o Exército, o coronel Ernesto Geisel. E ele é um homem que verifica tudo, que examina tudo...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

D.E. — Verificando as contas dos barris da refinaria com o Conselho Nacional do Petróleo... O Conselho Nacional do Petróleo é quem efetivamente preside a refinaria, os detalhes da refinaria. Leiam o Estatuto do Conselho Nacional do Petróleo e vocês verão como o Conselho tinha mão de ferro nas refinarias, para saber os detalhes. O Conselho pode tudo: é um estatismo disfarçado. Tanto que no discurso que fiz, quando ganhei sozinho a concorrência para a refinaria do Distrito Federal, eu disse que isso servia pelo menos como uma experiência. Não se podia fugir do monopólio, nunca. E as refinarias serviriam para uma experiência: se esse monopólio deveria ser do governo, das companhias ou dos particulares. Eu disse isso no meu discurso ao receber a permissão para fazer a refinaria do Distrito Federal, que depois se chamou Manguinhos.

M.Q. — Vamos avançar agora na questão da sua entrada na política. Eu gostaria que o Plínio conversasse com o senhor a respeito.

P.R. — Em outubro de 1952, houve um problema político na Paraíba, o que resultou na renúncia do senador Verginaud Vanderlei a uma cadeira que ele detinha no Senado, assim como de seu suplente, Antônio Pereira Diniz. Foram convocadas eleições complementares, eleições especiais para eleger o Chateaubriand...

D.E. — Senador.

P.R. — ...Senador, tendo o senhor como...

D.E. — Suplente.

P.R. — ...Suplente. Eu desejava saber qual foi a razão básica que influiu no sentido de sua decisão de ingressar na política partidária?

D.E. — Unicamente para colaborar, dentro das minhas pequenas possibilidades, para que o nosso país tivesse uma legislação sobre o petróleo. Eu vivia me debatendo tanto por fora da Câmara e nunca tinha querido aceitar o mandato do meu estado, que era oferecido constantemente pelos meus amigos que comandavam a política na Paraíba. Mas eu nunca quis aceitar. Tanto era assim, que eu não aceitei um convite para ser interventor no estado, feito pelo presidente da República. Essa é a prova de que eu não queria, efetivamente, me imiscuir na Paraíba.

Fui levado por essa contingência e achei que, ingressando no Parlamento, eu poderia dar uma mãozinha nesse sentido, porquanto concluí, na minha grande luta, que o que havia em nosso país, em nosso meio político, era muita ignorância sobre o assunto. Cristalizara-se, assim, na consciência geral dos brasileiros, que nós não tínhamos capacidade para desenvolver um programa desse tamanho. E eu achava que esse problema era maior do que os outros: era o número 1 dos nossos problemas e só interessava a nós, brasileiros. Por conseqüência, só os brasileiros poderiam resolvê-lo.

Os estranhos, as companhias dominadoras do petróleo no mundo, viam nisso um negócio no nosso país: onde não havia direitos adquiridos, eles tinham dominado totalmente esse comércio durante todo o tempo. Sobretudo depois de estudar bem o assunto, que tinha sido resolvido no Uruguai e, muito mais sobejamente, na Argentina, eu tinha certeza de que era possível fazermos uma coisa diferente. Eu me sentia, como brasileiro, até diminuído em ver a Argentina ter resolvido um caso numa situação muito

mais difícil, porque lá existia o direito adquirido em todos os sentidos. As companhias dominavam o Estado, toda a nação argentina porque tinham concessões para a prospecção, o comércio, o transporte e a refinação. E quem tem a refinação comanda o restante. Esta é uma lei natural e universal: quem dominar a refinação, dominará os outros lances do comércio petrolífero, seja onde for.

Assim, eu desejava explicar isso, e, efetivamente, fui para lá. Para isso, se combinou com o presidente Getúlio que, como Chateaubriand desejava muito ter um mandato e entrar para a política da Paraíba, então ele seria o meu suplente. E eu, muito amigo do Chateaubriand e confiante no futuro e na minha estrela, disse: "Não. Façamos o contrário. Chateaubriand é o cabecel e eu serei o suplente." O Getúlio concordou. Houve uma reunião lá em casa, a que compareceram o Verginaud e outras figuras do PSD. Essa reunião foi presidida pelo Rui Carneiro, que era o chefe político do PSD na Paraíba. Também compareceu o suplente do Verginaud... Como era o nome dele?

P.R. — Pereira Diniz.

D.E. — Pereira Diniz que era...

P.R. — Parente do Chateaubriand.

D.E. — ...casado com uma sobrinha, com uma parente dele, e também muito afeiçoado ao Chateau. Assim, foi fácil ao Pereira Diniz desistir também, por causa do Chateaubriand. Por isso é que eu quis. Ele renunciava, como se fosse pelo Chateaubriand. E assim fizemos. Fizemos a eleição - aliás eu tive muito mais votos como suplente do que o Chateaubriand - e marchamos juntos, mas com o compromisso do Chateaubriand me passar a cadeira logo que tomasse

posse.

De fato, ele tomou posse e eu fiz no Senado aquele discurso que efetivamente veio provar, pelo menos em parte, o que eu tinha dito. O que havia era ignorância sobre o assunto, porquanto eu fiz esse discurso de improviso e o Senado ficou de pé me aplaudindo. No início, eu não sabia por quê. Até bati palmas, e os outros senadores disseram: "O senhor está batendo palmas para si próprio?" Eu parei e depois todos os senadores desfilaram diante da minha cadeira, me cumprimentando. E houve um senador que disse: "Excelência, fui entreguista até hoje."

Depois de fazer esse discurso e de passar esse resto de tempo no Senado, eu me elegi para a Câmara, onde passei mais oito anos. E observei também que na Câmara o assunto nunca tinha sido estudado, ou melhor, o assunto não tinha sido estudado pelos seus componentes, os deputados. A grande maioria dos deputados não conhecia o assunto. Isto me deu trabalho e a satisfação de conversar - dois a dois, três a três, quatro a quatro, foi fazendo reuniões - até que tornei a Câmara - posso dizer sem vaidade - toda nacionalista e fremente, desejando que se fizesse uma lei de primeira qualidade.

É natural que, antes de ir para a Câmara, eu tivesse reuniões sucessivas também com amigos deputados em minha casa. E ainda não fazia parte do Parlamento, mas trabalhei imensamente nos nossos petits comites, dizendo o que sabia sobre o assunto e mostando exemplos constantes daqui e de fora. E o caso da Argentina, então, era extraordinário para convencer os que me ouviam. Eu tenho cer-

teza de que inúmeros deputados - muitos que eu nem conhecia, porque eram levados por outros - foram se afeiçoando ao assunto.

Eu também tinha feito um trabalho meticuloso na Escola Militar, por exemplo. Eu publicava livrinhos com gravuras, caricaturas e frases sobre o assunto. Era o meu Mobral sobre o assunto. E eu mandava esses livinhos para o primeiro ano da Escola Militar, e também para o segundo e terceiro anos. De sorte que muitas turmas que saíram da Escola Militar conheciam o assunto. É natural que mesmo que todos não tivessem lido, não tivessem acompanhado, pelo menos uma grande parte o fazia. Daí a razão porque o Exército se tornou todo nacionalista. A frase de que o petróleo é um nervo descoberto veio de lá.

P.R. — O senhor tem algum exemplar disso?

D.E. — Não. Quando eu era deputado, fui convidado para visitar um desses navios de guerra. É uma coisa muito comum um número de deputados ser convidado para visitar um vapor de guerra. E lá eu tive a alegria de estar almoçando e, durante a sobremesa, postaram-se três oficiais que não estavam no almoço, dizendo: "É uma surpresa. Nós queremos mostrar aqui, com a presença do deputado Drault Ernanny, que conhecemos seus discursos de cor." E um disse um bocado, outro disse outro, outro disse outro. Eu fiquei muito envaidecido. Era um discurso feito há anos sobre o assunto do petróleo.

E numa, uma outra ocasião, eu vinha... Você se lembra do tempo do lotação, do tempo em que se andava de lotação?

P.R. — Lembro muito.

D.E. — Eu vinha de lotação e uma pessoa que estava atrás, me disse: "O senhor é que é o deputado Drault?" Eu respondi: "Sou, sim senhor." E outro rapaz, outra pessoa que vinha atrás, disse: "Pois eu tenho um prazer enorme em conhecê-lo. Sou oficial do Exército, estou sediado num regimento lá do Acre e acompanho a sua vida. E a prova de que eu não estou brincando é que eu posso dizer de cor discursos do senhor." E me dizia: "Veja que é uma boa pesquisa de opinião." E sabia, depois, a respeito do petróleo.

[FINAL DA FITA 7-B]

D.E. — Certa ocasião, fui a uma universidade lá no interior da Paraíba, paraninfar uma turma que se formava. O dr. João Goulart, que era vice-presidente da República, também era paraninfo de outra turma e nós dormimos no mesmo quarto dessa universidade, para assistir à festa no dia seguinte. Foi uma noite em que não se dormiu, porque o dr. João Goulart conversou muito comigo. Na conversa, ele me disse, que sabia bem um discurso e que costumava enxertá-lo com coisas do agrado da população do município ou da cidade onde iria fazer o discurso. Ele continuou, dizendo que no dia seguinte iria falar em Campina Grande e aproveitava para me perguntar o que deveria dizer lá. Conversando, eu fiz um esquema sobre o petróleo nacional, a refinaria e os resultados da Lei nº 2.004. Ele repetiu aquilo, anotou bem no cérebro e na lembrança. E no dia seguinte produziu esse discurso, que foi uma apoteose em Campina Grande. Ele saiu nos braços da população.

M.Q. — Isso foi quando?

D.E. — Não me recordo. Ele era vice-presidente. De sorte que eu vi que a minha prédica por aí afora não tinha sido perdida. Ela estava sempre viva.

M.Q. — Por que o senhor optou pelo PSD? O senhor também tinha relações com o pessoal da UDN.

D.E. — Também. Mas eu fui PSD porque os meus amigos mais diletos eram do PSD. Eu escolhi o PSD porque achava que ele era o melhor partido e que a UDN, não obstante ter homens de primeiríssima ordem, politicamente não resolvia as coisas.

M.Q. — Quando o senhor se filiou? Foi na ocasião da sua eleição?

D.E. — Não. Eu creio que eu me filiei nesse tempo porque eu precisava fazê-lo para votar. Eu tinha que ser um eleitor lá na Paraíba, de sorte que eu entrei para o PSD na Paraíba, em Patos, na minha terra. Ainda hoje sou eleitor em Patos.

P.R. — Quando o senhor foi eleito suplente do Chateaubriand, o projeto do governo relacionado com a política do petróleo já se encontrava na Câmara. Portanto, a Câmara já estava debatendo o problema e, evidentemente, a sua posição já era conhecida. Embora o senhor ainda não fizesse parte do Parlamento, o senhor já vinha nessa...

D.E. — Minha posição era conhecidíssima. Eu fazia reuniões constantes, quase diárias, com deputados.

P.R. — Perfeito. Então o Chateaubriand, que era de uma linha inteiramente oposta à sua, já tinha conhecimento perfeito...

D.E. — Perfeito.

P.R. — ...da posição que o senhor mantinha. Como é que houve essa junção na chapa do PSD, ele como senador e o senhor como suplente?

D.E. — Nós silenciamos. Eu silenciei o assunto na campanha. Não se falava nisso. E aqui, depois que eu fiz aquele discurso, ele ficou muito zangado comigo. Nós tínhamos uma amizade de 35 anos e ele, então, se ausentou de mim.

Quando o projeto veio da Câmara para o Senado para ser votado, ele me procurou e disse: "Olhe, vim abraçá-lo e fazer as pazes de amigos. E lhe dizer que amanhã ou depois de amanhã o projeto vai ser votado no Senado. Eu vou ter 38 votos e sua idéia boba vai ter 14 votos." [risos] Eu então disse a ele: "Com a mesma lealdade eu lhe digo: 38 votos vai ter a minha idéia boba; você vai ter 14 votos ou talvez 13." Ele respondeu: "É impossível lutar com um homem desses, tão teimoso, tão arraigado nas coisas..." E foi embora, batendo a porta do meu escritório. Mas na eleição, efetivamente, a nossa idéia, o projeto que nós desejávamos, teve os 38 votos. E ele não teve 14, porque se retirou e só teve 13. [risos]

P.R. — Eu tenho a impressão de que a escolha do Chateaubriand para senador, numa ocasião daquelas talvez não tenha decorrido de um simples desejo dele ingressar na política da Paraíba. O Chateaubriand era homem de muitas relações, existem muitas fotografias dele com mr. Johnson, presidente da Esso no Brasil. Quer dizer, isso pode ter tipo implicações...

D.E. — No negócio dele, nas publicidades, nas coisas todas etc.

P.R. — Pefeito.

D.E. — Ele nunca transigiu comigo. Ele foi sempre contra, desde aqueles discursos que fez, no Senado, contra a minha idéia. São grandes discursos. Aliás, justiça seja feita, ele nunca me criticou, nunca citou o meu nome. Ele criticou a idéia, a filosofia.

P.R. — Mas quando ele se licenciou para o senhor assumir, isto foi combinado antes da eleição ou ele se licenciou por algum motivo pessoal?

D.E. — Não. Tínhamos combinado. Ele se licenciou outra vez.

P.R. — Mas ele não contava que, com o licenciamento, o senhor fizesse o discurso.

D.E. — Não. Ele não contava e ficou apoplético.

P.R. — E ele reassumiu logo em seguida, em represália?

D.E. — Ele estava na Europa. Lá ele se encontrou com minha filha e minha mulher e disse que eu tinha feito uma grande "burrada" aqui no Senado.

M.Q. — Mas ele sabia das suas idéias. Como é que ele aceitou o senhor como suplente?

D.E. — Porque, eu sendo suplente, ele seria senador.

M.Q. — Ele, sozinho, não tinha condições de se sustentar, de se eleger.

D.E. — Ele não se reelegeu.

P.R. — Ele foi derrotado em 1954. Mas como é que o senhor via, no Senado, a posição dos senadores além do Chateaubriand, que combatiam o monopólio?

D.E. — Não tinha ninguém.

P.R. — Eram o Oton Mäder, o Plínio Pompeu, o Vergueiro César, de São Paulo, e o Alencastro Guimarães.

D.E. — Não.

P.R. — Não?

D.E. — Não me recordo do Alencastro Guimarães.

P.R. — Mas o Oton Mäder...

D.E. — Do Paraná.

P.R. — Do Paraná; o Plínio Pompeu, do Ceará; e o Ismar de Góis, de Alagoas, apresentou até uma emenda. Não sei se o senhor estava no Senado nessa ocasião.

D.E. — Não.

P.R. — Quando ele apresentou a famosa emenda dele, a de nº 32, que era muito parecida com os contratos de risco de hoje.

D.E. — Era? Não me recordo.

P.R. — Era de plena abertura para o capital estrangeiro - ela foi, depois, derrubada na Câmara - e ainda dando às companhias estrangeiras exploradoras o direito de obterem, sob forma de pagamento, o produto extraído.

D.E. — Eu me lembro do Mäder falando muito sobre seguros. Eu creio que ele era ligado muito ao seguro, tinha companhia de seguros. Ele era um homem de primeira ordem. Você sabe disso não é?

P.R. — Sim.

D.E. — Não é por não bater palmas à nossa idéia que deixamos de fazer-lhe justiça. Mas ele era da UDN.

P.R. — Nesse período, o senhor ficou no Senado muito tempo? A licença do Chateaubriand foi longa?

D.E. — Não, porque eu também embarquei para a Europa.Minha mulher tinha ido na frente. Eu não fui então,porque queria fazer o discurso. E ela tinha ido para comprar o enxoval da minha filha, da hoje senadora Miriam, que ia casar com o Mílton.

P.R. — Mílton?

D.E. — Mílton Cabral é meu genro.

P.R. — Eu não sabia. Ele é senador no momento?

D.E. — Não. Ele deixou o Senado e foi governar o estado.

P.R. — Foi governador, exatamente.

D.E. — Acabou no dia 15 de março.

P.R. — Entregou agora para o Burity.

D.E. — O Burity.

P.R. — O senhor ficou pouco tempo nesse período.

D.E. — Foi pouco tempo.

M.Q. — Voltou outra vez depois?

D.E. — Não. Depois fui para a Câmara.

M.Q. — Então, nesse mandato essa foi a sua atuação.

D.E. — Foi.

M.Q. — Foi esse discurso. Nesse período curto.

D.E. — Foi.

M.Q. — Mas o senhor não disse que tinha acertado com o Chateaubriand que assumiria a cadeira no lugar dele?

D.E. — E assumi.

M.Q. — Sim, mas era para ficar ou só para fazer...

D.E. — Não. Não era para ficar. [risos] Só queria fazer esse discurso.

M.Q. — Então ele devia desconfiar. Não desconfiava?

D.E. — Não. Não desconfiava. Omiti o meu pensamento.

M.Q. — Como é que é?

D.E. — Eu não menti, mas omiti o meu pensamento.

P.R. — Como é que o senhor avaliava...

D.E. — Um dos maiores amigos de Chateaubriand era o João Santos.

P.R. — Lá de Pernambuco.

D.E. — Pernambuco. Nós jantávamos na casa do Leão Godim de Oliveira, e o João Santos inadvertidamente me perguntou como ia minha luta pelo petróleo. Daí nasceu o assunto e eu comecei a falar. O Chateaubriand entrou na discussão comigo e quando ele terminou, mais zangado do que vencido, o João Santos disse: "Quero ser acionista da refinaria de petróleo, entro com dois mil contos", o que naquele tempo era uma grande importância. O João Santos - que era amicíssimo do Chateaubriand, usineiro de Pernambuco - esposou a minha exposição.

P.R. — E subscreveu o capital?

D.E. — Não havia mais lugar. Mas o Chateaubriand ficou triste com o João Santos, por ele ter se convencido de que eu tinha razão na discussão.

P.R. — Como é que o senhor avalia as diferenças de comportamento entre o Senado e a Câmara? Na época da votação da Lei nº 2.004, o Senado votou quase todas as emendas antimonopolistas e elas foram depois derrubadas na Câmara. A Câmara tinha uma vocação nacionalista muito maior do que o Senado. E essa diferença é muito característica da vida política brasileira. Parece que ainda hoje a Câmara tem uma ascendência, em matéria de progresso político, em relação ao Senado.

D.E. — Tem sim.

P.R. — Como é que o senhor avalia isso?

D.E. — A Câmara é muito mais politizada do que o Senado. No Senado, por exemplo, havia naquele rapaz, senador pelo Rio Grande do Norte, o Cavalcanti...

P.R. — Kerginaldo Cavalcanti.

D.E. — Kerginaldo Cavalcanti, um nacionalista de quatro costados.

P.R. — Extraordinário. O Landulfo Alves...

D.E. — Landulfo Alves.

P.R. — Alberto Pasqualini...

D.E. — Alberto Pasqualini. O Landulfo Alves entrou nisso pela minha mão, quando ele era governador da Bahia. Eu até mandei publicar aquele livro dele.

P.R. — O senhor acha que talvez isso seja uma conseqüência do fato de o deputado ser...

D.E. — Geralmente é mais moço.

P.R. — É mais moço. E ele tem uma votação mais ou menos localizada, quer dizer, ela não é no estado inteiro. Então, há uma obrigatoriedade mais intensa de estar em contato com o público.

D.E. — E ele sente mais a vocação popular.

P.R. — Perfeito. O senhor acredita que seja isso, então?

D.E. — Acredito que seja isso.

M.Q. — O dr. Chateaubriand devia conversar com o senhor sobre as suas divergências. Os senhores deviam conversar a respeito da questão do petróleo, não é?

D.E. — Não.

M.Q. — Nunca conversavam?

D.E. — Evitávamos sempre.

M.Q. — Será que ele não tinha esperança de que o senhor mais tarde aceitasse um capital estrangeiro no seu empreendimento ou uma coisa assim?

D.E. — Não. Sobre isso, eu não sei. Mas ele apenas dizia que isso era uma bobajada.

M.Q. — Considerava isso uma...

D.E. — Uma bobajada. Ele achava que nós não tínhamos capacidade para fazer coisa alguma nesse sentido, o que deveria ser feito pelo capital estrangeiro. Ele dizia isso abertamente, sem subterfúgio.

M.Q. — Ele não tinha essa esperança de que o senhor...

D.E. — Não tinha esperança. Felizmente, ele assistiu ao resultado.

P.R. — O presidente Getúlio Vargas, antes de enviar a mensagem ao Congresso, em dezembro de 1951, fez, através do Rômulo Almeida, várias consultas a pessoas cuja opinião ele achava que poderia trazer melhor subsídio para a formulação do projeto. Uma dessas pessoas consultadas, segundo Jesus Soares Pereira, foi o San Tiago Dantas. O senhor tem conhecimento do teor dessas consultas?

D.E. — Não.

P.R. — O San Tiago nunca falou-lhe a respeito?

D.E. — Ah, muito! San Tiago foi meu advogado e eu o fiz vice-presidente da refinaria. San Tiago foi vice-presidente da refinaria.

P.R. — Sim, eu sei. Mas ele não contou ao senhor a conversa que teve com o Getúlio? Nunca contou as opiniões que ele levou ao Getúlio, solicitadas pelo próprio presidente para a formulação do projeto?

D.E. — Não.

P.R. — Não?

D.E. — Mas San Tiago não era do Parlamento nesse tempo.

P.R. — Não. Não era. Ele foi uma das pessoas que o Getúlio recomendou ao Rômulo que consultasse.

D.E. — Esse é um segredo que você está me dizendo agora.

P.R. — O Jesus Soares Pereira é que disse no livro dele.

D.E. — É?

P.R. — É?

M.Q. — Falando sobre San Tiago Dantas, eu gostaria que o senhor conversasse um pouco a respeito da entrada dele na política. Como se deu a entrada de San Tiago Dantas na política?

D.E. — Eu desejava muito que ele entrasse para o Parlamento. Eu queria que aquela inteligência, aquele talento fosse para a Câmara. Mas não via como. Eu disse a ele: "Pela Paraíba, eu não posso fazê-lo. Os paraibanos não aceitam mais uma pessoa estranha ao estado. E não vejo outro lugar qualquer para entrar. "Eu conversei, então, com o Benedito Valadares, para ver se ele conseguia que o San Tiago entrasse na bancada mineira na próxima eleição. Ele me disse que o aceitava de braços abertos, que a idéia seria magnífica e tudo o mais. Depois, ele procurou San Tiago e disse da alegria que seria tê-lo.

Mais tarde, eu procurei San Tiago e disse: "Olhe, eu acho que Benedito não vai conseguir. Se ele não tiver ciúmes de sua presença na bancada mineira, pelo menos muitos mineiros terão, porque, efetivamente você dá um banho de conhecimentos, de inteligência etc." E, de fato, pouco tempo depois o Benedito Valadares chamou o San Tiago e disse: "O Valter Moreira Sales manifestou vontade de entrar para a política e ser deputado por Minas. E acontece que ele é mineiro." Estava proscrita a idéia de San Tiago ser deputado por lá. Eu então tive uma idéia: existem esses...

P.R. — Diretórios municipais.

D.E. — Não. Esses estados...

M.Q. — Territórios.

D.E. — Territórios. Eu disse: "Vamos ver se nós conseguimos, num desses territórios que só têm um deputado, que o deputado seja San Tiago Dantas. Vamos despertar a vaidade de um desses territórios de ter na Câmara o mais inteligente dos deputados." O San Tiago achou muita graça dessa minha idéia, mas achou que era possível. Eu passei a tratar disso, quando apareceu uma pessoa e me disse que o dr. João Goulart tinha aqui para os lados de Jacarepaguá uma fazendinha - um sítio de lazer, creio que chamado Capim Melado - e que agora ele estava tratando da escritura e havia muito embaraço, muita coisa nessa escritura e ele precisava de um advogado que fizesse aquele negócio. Eu me apressei, consultei o San Tiago e disse: "Olha está aí uma porta aberta. Eu vou ver se essa pessoa consegue que o Jango o convide para ir desembaraçar essas coisas lá do Capim Melado." E o San Tiago aceitou. O Jan-

go convidou San Tiago para ir ver aquele negócio.

Eu tinha certeza de que nessa conversa o Jango acabaria admirando muito o San Tiago e o convidando para alguma coisa. E de fato, a amizade foi grande. Ele resolveu lá os problemas do Jango, que lhe disse que ele precisava entrar na política. San Tiago disse que era do Distrito Federal, que o dr. Drault tinha dito que o morro não descia para votar nele, San Tiago,que isso só podia ser feito por fora e tudo o mais. Jango, então disse: "San Tiago diga por que estado você quer ser deputado." E ele respondeu: "Eu gostaria que fosse por Minas Gerais", porque o pai dele, o almirante, era mineiro. Ele firmou compromisso com San Tiago. E, de fato, ele o incluiu na chapa.

Mas houve uma certa reação em Minas. E me recordo que quando o San Tiago foi para lá, para se apresentar ao respeitável público votador, alguém, desejando embaraça-lo, fez-lhe a primeira pergunta na televisão: "O senhor poderia dizer em que estado nasceu?" Ele disse: "No Rio de Janeiro, onde muitos grandes mineiros nasceram." Acharam uma graça enorme. Era uma verdade, porque existem muitos mineiros que nasceram aqui, mas continuam sendo mineiros. E o San Tiago foi lançado na chapa para deputado federal e ganhou muito bem.

Mas ele ficou no PTB, que era o partido menos indicado para dar uma cadeira à figura de San Tiago. Tanto que, depois de eleito na Câmara, eu observava que os seus correligionários, seus companheiros de bancada, quase que lhe davam as costas, evitavam, não mostravam se dar com o San Tiago, receosos de apreciações não somente de outros

deputados, como também das arquibancadas. Mas de noite, no apartamento de San Tiago havia uma fila de partidários, uma fila de deputados do PTB para conversar com ele, pedir opiniões e soluções.

M.Q. — Ele já era um dos diretores da refinaria nesse período em que ele se candidatou?

D.E. — Já. Era o vice-presidente da refinaria. Ele teve que sair para isto.

P.R. — Quando as emendas do Senado voltaram à Câmara, o Getúlio parece que quis evitar que as glórias do projeto do monopólio estatal caíssem nas mãos da UDN através do substitutivo Bilac Pinto. Ele, então determinou ao Capanema que fizesse uma negociação com a UDN em termo dos pontos que o governo aprovava e também levando em conta aqueles pontos que o governo desaprovava. E eles chegaram a um acordo. E entre os pontos que ficaram estabelecidos no acordo estava a preservação dos direitos já concedidos às refinarias particulares. O senhor teve parte nessas negociações...

D.E. — Não.

P.R. — ...ou o San Tiago teve alguma interferência nisso?

D.E. — Não sei. Eu creio que nenhuma. Não me consta que tenha tido. Havia uma refinaria em Uruguaiana e outra em São Paulo, que é a do Matarazzo. Uma com mil barris e a outra com 1.500 barris. E havia outra, na cidade do Rio Grande, que é a...

M.Q. — Ipiranga?

D.E. — É. A Ipiranga já existia. Era de uruguaios.

P.R. — Mas já estavam sendo construídas Manguinhos e Capua

va. Elas já estavam em fase de construção, de montagem.

D.E. — Mas essas precederam a todos nós. Eram as que existiam. As que existiam eram essas três, muito pequeninas. Durante esse tempo aí, já avançado, em que nós estávamos tratando do assunto, é que a...

[FINAL DA FITA 8-A]

D.E. — ... a Shell requereu ao Conselho Nacional do Petróleo para fazer uma refinaria em São Paulo. E fez depressa...

P.R. — Foi a Esso,não foi não?

D.E. — Foi a Esso - a Standard daquele tempo - foi quem requereu. Aliás, o pedido foi negado pelo Conselho. Mas enquanto eles pediam, eles procuravam fazer. Fizeram um arremedo de refinaria, em busca do direito adquirido. E isso foi desmanchado, principalmente pela ação do capitão Ibá Meireles. Desapareceu esse perigo.

P.R. — Esse problema relacionado com a preservação dos direitos adquiridos e que passou a fazer parte da Lei nº 2.004 foi uma negociação que transcorreu na área parlamentar?

D.E. — Na área parlamentar. E o Conselho Nacional de Petróleo foi quem procurou resolvê-lo de fato. Chamou esse pessoal do Rio Grande e quase criou condições obrigatórias deles transferirem as ações para brasileiros. E foi assim que a Ipiranga se tornou brasileira. Foi o Conselho Nacional de Petróleo. Eu não sei como foi a de Uruguaiana, que era pequenina, mil barris. Não sei se compraram, se ainda existe. Não tinha maior valor econômico, tinha va-

lor político.

P.R. — Logo após a aprovação da Lei nº 2.004, a Petrobrás começou a ser constituída empresarialmente e a grande surpresa, que magoou muito o PTB e alguns políticos ligados ao monopólio estatal, foi que o Getúlio escolheu para presidente uma pessoa que, além de não ter ligações muito íntimas com o tema do monopólio estatal, era também um militar e um político vinculado à UDN.

D.E. — E que estava nos Estados Unidos como...

P.R. — Adido militar.

D.E. — Era o coronel Juracy Magalhães.

P.R. — Como o senhor era muito amigo do Juracy, deve saber as razões íntimas do Getúlio. Enfim como se deu esse convite para o Juracy... [risos] Isso é que é importante dizer.

O entrevistado não quis responder a pergunta relativa ao convite feito pelo presidente Getúlio Vargas ao coronel Juracy Magalhães para presidir a Petrobrás.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Algumas vezes, o senhor convidou políticos para visitar a Refinaria de Manguinhos ainda em construção...

D.E. — Muitas vezes eu os convidei para ir visitar a refinaria <u>in loco</u>, como também o próprio escritório, na época da luta... Por exemplo, certa vez, no Jockey Clube, num almoço, eu interpelei o Carlos Lacerda sobre um artigo que ele tinha escrito. Eu mostrei que ele não conhecia o assunto. Tinha escrito sem saber, do contrário não teria cometi

do certas heresias naquele artigo. Naquele momento, quase toda a gente que estava almoçando se levantou e veio rodear a mesa em que estavam Carlos e eu, de pé discutindo com ele. O Carlos ficou muito impressionado com o que eu disse e declarou que, se aquilo que eu estava dizendo coincidisse com a verdade dos fatos, ele até me atribuiria uma liderança. E eu então disse: "Com liderança ou sem liderança, você então vá ou mande quem desejar para examinar o fruto da nossa conversa em nosso livros, em nosso alfarrábio, em nossos arquivos." E ele efetivamente mandou e ficou altamente satisfeito. Verificou que eu tinha inteira razão e manifestou-se durante certo tempo sempre favorável, sempre afável e delicado com o assunto. Depois é que ele voltou a atacar a idéia da refinaria, por causa do Saores...

M.Q. — Sampaio.

D.E. — ...Sampaio, de quem ele se tornou fervoroso adversário, mais do que isso, inimigo. Essa malquerença coincidiu uma amizade estreita, cordialíssima, desde menino, entre o Paulo Bittencourt e o Saores Sampaio. Foi isso que fez o Carlos sair do Correio da Manhã. O Paulo Bittencourt escreveu e assinou um editorial discordando do que Carlos Lacerda havia dito, no dia anterior, a respeito do Bittencourt. Não me recordo bem, mas...

P.R. — A respeito de Alberto Soares Sampaio.

D.E. — De Alberto Soares Sampaio. O Carlos Lacerda dizia que era amizade etc. Foi isso que motivou a saída do Carlos Lacerda do Correio da Manhã. Posteriormente, ele fundou, com o mesmo título que ele tinha no Correio da Manhã, a Tribuna da Imprensa.

P.R. — Exatamente.

D.E. — De outra vez, foi o José Augusto Bezerra de Medeiros...

M.Q. — Isso. O José Monteiro de Castro...

D.E. — Monteiro de Castro.

M.Q. — ...O Licurgo Leite...

D.E. — Licurgo Leite.

M.Q. — ...e o Magalhães Pinto.

D.E. — Magalhães Pinto. É o que eu digo: todos quando tinham uma oportunidade, quando ouviam uma palavra que chamavam sensata, desejavam ver o assunto, ver como era mesmo. E daí iam se formando núcleos nacionalistas.

Com Paulo Bittencourt, então, foi tranchã. O Paulo Bittencourt teve uma conversa comigo na sua casa durante horas num dia de domingo. No dia seguinte, fiz-lhe uma carta pedindo que mandasse, se fosse possível, seu staff ao meu escritório para verificar se o teor da nossa conversa era fundamentado na verdade dos fatos. E ele mandou. Eu sei que foram lá o Calado e o Álvaro Lins. Não sei se o Costa Rego foi. Sei que foi lá o melhor que havia no Correio da Manhã. E qual foi a reação do Paulo Bittencourt ao relatório dos redatores da sua equipe do Correio da Manhã? Publicou durante sessenta dias, na primeira página, entrevistas sobre o assunto. Entrevistou o pessoal da Standard, da Shell e os nacionalistas também.

A última entrevista foi a minha. Eu dei e ele não gostou. Não me lembro por quê. Achou, naturalmente, que eu estava muito candente, muito extremado. Pediu-me que modificasse e eu disse que não. Eu me retirei e ele fi-

cou zangado. Disse que em certos momentos eu era intratável. Eu vim embora. Mas, no dia seguinte, a entrevista saiu no Correio da Manhã do jeito que eu tinha dado, ipsis literis. O Paulo Bittencourt não tinha receio e gostava de cumprir a palavra.

M.Q. — Então, por hoje, dr. Drault, vamos encerrando a nossa conversa.

D.E. — Muito obrigado.

5ª Entrevista: 22.07.87

P.R. — Dr. Drault, nós estivemos consultando aqueles documentos que o senhor nos emprestou, especialmente aqueles que se referem às reuniões do antigo Consenho Federal do Comércio Exterior, de onde surgiu o Conselho Nacional de Petróleo. E nós verificamos uma coisa muito interessante: os membros do Conselho, com exceção do dr. Euvaldo Lodi, tinham posições pessoais contrárias ao documento do general Góis Monteiro, mas votavam a favor, porque alegavam sensibilizados pelas argumentações que o general Góis levantava, de que a nacionalização das refinarias era importante para a segurança nacional. Como esses homens eram representantes de empresariado, como o dr. Moutinho, por exemplo, que era da Federação do Comércio...

D.E. — E que também votou com restrição.

P.R. — Votou com restrição, exatamente.

D.E. — Fez um voto em separado.

P.R. — Perfeito. O senhor acha que na opinião deles o conceito de segurança preponderou especificamente sobre os interesses da economia?

D.E. — Pelo menos foi o motivo, foi o que lhes proporcionou uma desculpa, uma explicação para não votar. Além do Lodi, o dr. Moutinho, que eu não conhecia...

P.R. — Ele era da Federação do Comércio.

D.E. — ...também fez o voto em separado. Aprovou, mas deixou essa manifestação escrita no próprio processo. Eu me recordo que pelo menos foram os motivos que eles encontraram para fazer essa restrição ao projeto in totum, fechado. Mas, não tenha dúvida de que, no regime em que nós estávamos, o trabalho do general Góis, apresentado ao presidente da República e por este encaminhado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, era para ser votado. Dizia-se até que a polêmica, a discussão existente entre eles só desapareceu ou, pelo menos, só amainou quando veio uma explicação de que era para aprovar. E surgiu, então, aquela frase, que eu creio que é do presidente do próprio Conselho Federal do Comércio Exterior: "Manda quem pode e obedece quem tem juízo." [risos]

P.R. — O documento do general Góis, embora...

D.E. — É muito bem feito.

P.R. — Embora ele insista que é da conveniência da soberania nacional a nacionalização do refino, ele abre uma perspectiva para a pesquisa e a lavra pelo capital estrangeiro, não é isso?

M.Q. — Ao contrário. No relatório, ele diz que não é tão importante a questão do monopólio no refino, transporte e distribuição. Quem vai contestar isso é o Fleury da Rocha, dizendo que não, lembrando...

D.E. — Que quem refina domina o mercado, não é isso?

M.Q. — Exatamente, lembrou o caso da Venezuela.

D.E. — Não. O caso do Uruguai e também da Argentina. Recordo-me que o dr. Carlos Augusto Vegh Garzón já tinha estado no Rio e eu o tinha posto em contato com o general Góis Monteiro. Eles tiveram várias conferências. E o general Góis depois até prestou-lhe uma homenagem através de um almoço, creio que no Jockey Clube, convidando várias pessoas gradas do governo. De sorte que o Góis ficou efetivamente imbuído, crente e convicto da vantagem de se ter uma legislação semelhante ao do Uruguai, que já era filhote da legislação Argentina.

M.Q.— Mas isso ocorreu depois. Porque no relatório, ele tem uma posição meio ambígua com relação a essa questão do monopólio sobre o refino, transporte e distribuição.

D.E. — Sim. Mas eu não digo ambigüidade porque o Góis se convenceu. Ele era um homem inteligente, se convenceu, depressa, da necessidade dessa legislação. O resto eram conveniências, eram frases, eram palavras. Eu sentia na cúpula governamental uma preocupação, traduzida numa frase que eu sempre ouvia: "Não atritar o Brasil com as nações amigas." Eles irmanavam, confundiam, somavam os interesses das companhias com os interesses dos países de onde elas vinham, onde tinham sede etc. Inclusive a Shell, que é puramente inglesa.

M.Q. — É interessante que esse projeto para a criação do CNP acabe sendo aprovado, mesmo contra a opinião pessoal da maioria dos conselheiros. Nos votos dos conselheiros havia sempre uma ressalva, dizendo que aprovavam em função de ser um pedido do Estado-Maior. Como foi esse trabalho de convencimento dos conselheiros?

D.E. — O general Ibá Jobim Meireles - naquele tempo capitão - era o representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Federal. Era o oficial de ligação. Sendo o capitão Ibá Meireles o maior e o melhor conhecedor da legislação que nós preconizávamos para o nosso país e sendo um expositor de primeira ordem, a influência dele perante os seus superiores militares que não eram dados a esses estudos foi não só preponderante como extraordinária, imprescindível ao êxito obtido naquela ocasião.

Desde aí, o capitão Ibá Meireles teve influência nessa questão em nosso país. Ele era muito escondido, muito modesto, mas era uma formiga no trabalho. E adquiriu, pelos seus conhecimentos e sua dedicação ao assunto, o respeito e a admiração dos seus superiores. Tanto que depois de criado o Conselho e convidado o general Júlio Caetano Horta Barbosa...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — O senhor estava falando a respeito do Ibá.

D.E. — É. O capitão Ibá Jobim Meireles, dedicou sua vida a isto, só houve um hiato quando ele foi para a FEB. Ele foi "febiano".

P.R. — Ainda com relação a esses documentos que o senhor nos mostrou, observa-se que, a verdade, não prevaleceu na sua totalidade a opinião do general Góis na formação do Conselho. Quando o general Horta Barbosa assumiu ele teve uma postura de defesa intransigente da nacionalização das refinarias. Que dizer, aquela abertura que o general Góis havia proposto, provavelmente com o objetivo de não

estabelecer atritos com potências estrangeiras que operavam aqui no Brasil na indústria petrolífera, o general Horta não levou em conta e, durante sua gestão de cinco anos no Conselho Nacional do Petróleo, ele sempre manteve...

D.E. — Inteiriça sua opinião.

P.R. — Exatamente.

D.E. — Sempre manteve inteiriça sua opinião, nunca transigiu.

P.R. — O senhor acha que deve ter havido algum atrito, alguma distonia de opinião entre o Horta e o Góis?

D.E. — Nenhuma. Pelo contrário.

M.Q. — A respeito do conselheiro Euvaldo Lodi, nós lemos no John Wirth que ele tinha interesse na área de refinação do petróleo. Tanto é, que ele, segundo Wirth, havia tentado constituir uma refinaria no Rio de Janeiro com o apoio de Murray-Simonsen.

D.E. — Eram conversas, apenas, sem maior significação.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Quer dizer que a questão da refinaria que o Euvaldo queria instalar era apenas conversa, nunca chegou...

D.E. — Não teve nenhuma significação. É fácil compreender.

Naquele tempo, o dr. Euvaldo Lodi era um industrial de projeção e presidente da Confederação Nacional da Indústria. Eclodindo, como eclodiu, a idéia de refinação e de refinarias, para o respeitável público surgia um grande negócio, um negócio vantajoso, com tradição. Os

grupos não tinham o lastreamento, não sabiam o porquê das refinarias, por que os nacionalistas desejavam conseguir que o governo pusesse em pauta o assunto, mas o fato é que elas apareciam no nosso meio industrial como um excelente negócio. De sorte que os grandes grupos se interessavam, sim, mas não sabiam direito por que, não imaginavam que iam ser regidos pelo Conselho Nacional de Petróleo, que haveria uma rigidez extraordinária nos negócios. E conforme se viu posteriormente, de saída 50% dos lucros eram para o Conselho Nacional de Petróleo, eram para a nação.

Os Murray-Simonsen, que eu conheci, eram homens muito inteligentes, muito preparados e um grupo extraordinário naquele tempo. Eles pediram para conversar comigo e, sem nenhum subterfúgio, disseram: "Vamos fazer. Nós ajudamos. Entramos com tanto, conseguimos o financiamento." Mas era nos moldes de uma indústria como outra qualquer, que não interessasse à soberania nacional. Eles não se lembravam de que o objetivo era o lucro da refinaria ir para o Conselho Nacional de Petróleo. Eles queriam era o grande lucro, efetivamente preconizavam isso. Tanto que, quando pude explicar como seria o negócio - como imaginava ser - eles disseram: "Nesse caso, nós desistimos." Mas foram muito claros, sem subterfúgios.

O Lodi também tinha conversado com eles, mas era efetivamente apenas o grande industrial, o homem com muitos serviços prestados ao nosso país, mas não que era dedicado ao assunto. Não sabia dos seus detalhes e da filosofia que defendíamos ou pretendíamos defender.

M.Q. — O sócio do Euvaldo Lodi, segundo John Wirth, seria

o San Tiago Dantas.

D.E. — Jamais. Não creio que em suas pesquisas - e vocês têm muito por onde fazê-las - vocês encontrem qualquer coisa a esse respeito. Apenas estou jogando a barra um pouco mais distante, mas creio que o máximo que ele poderia ter feito é ter convidado San Tiago para ser advogado de um grupo que se formava para isto. Sendo San Tiago um expoente da inteligência nacional, sobretudo na parte jurídica...

[FINAL DA FITA 8-B]

M.Q. — Então, o senhor dizia que não havia possibilidade de San Tiago Dantas ser o sócio do Euvaldo Lodi nesse negócio.

D.E. — Não vejo como.

M.Q. — Parece que um outro conselheiro, João de Lourenço, era seu amigo, conhecido...

D.E. — Paraibano de mérito.

M.Q. — Não seria ele o João da carta do Schoppel? [risos]

D.E. — Não, absolutamente. Eu acredito que o João é aquele construtor. Pelo menos, esse João era amigo do Schoppel. Estivemos juntos em coquetéis. Ele era muito simpático à idéia de que se criasse uma amizade entre mim e o Schoppel. Assim eu acredito que a carta tenha sido para ele. O João era um construtor conhecido. Eu, lembro muito bem.

Não sei se o João está vivo. Eu recordo que, quando a sua pecúnia chegou a trinta mil contos, ele disse que ia botá-lo numa barrica e não fazer mais nada; ia

tirar uma nota daquela barrica todo dia e ia gastá-lo. Ele era um homem de pouca... Era um rio-grandense-do-norte que construiu muito para o Ministério da Justiça. Construiu educandários e alguns...

P.R. — Institutos penais.

D.E. — Justamente. Era amicíssimo do [inaudível]

P.R. — Em 1938, o senhor...

D.E. — Desculpe. Apenas mais uma coisa, que não quero esquecer de dizer. Houve um homem que dedicou sua inteligência aguda ao assunto, entendendo-o perfeitamente e depressa. Foi o Francisco Campos, que se tornou um grande apologista da idéia das refinarias, da idéia da emancipação do Brasil e das companhias fornecedoras de petróleo. Há uma reforma na Constituição daquele tempo. São dois ou três artigos que possibilitaram essas coisas. Vocês deviam descobrir isso. Na Fundação Getúlio Vargas deve haver algo a respeito. Eu me recordo que esses três decretos, ou um decreto com três artigos, feitos pelo Campos foram de um valor extraordinário, possibilitando, sob o ponto de vista constitucional, tudo o que nós estamos conversando. Infelizmente, não me recordo agora o que foi, mas me recordo do fato.

P.R. — Uma reforma da Carta de 37.

D.E. — Sim.

P.R. — Não é com referência ao imposto único?

D.E. — Não. O imposto único foi meu.

P.R. — Sim. Dr. Drault, em 19...

D.E. — E reduziu 1.800 impostos a um.

P.R. — É. O senhor falou. Em 1938, a atividade econômica que o senhor exercia era de presidente do Banco do Distrito Federal, não era?

D.E. — Eu era diretor.

P.R. — Mas nessa época, pelo que se nota em decorrência de como o senhor acompanhou os debates realizados no Conselho Federal do Comércio Exterior, já havia interesse de sua parte pelo problema petrolífero.

D.E. — Sem dúvida.

P.R. — O senhor já pensava, nessa época, em construir uma refinaria?

D.E. — Não. Eu vim a pensar em construir uma refinaria depois de 29 de novembro...

P.R. — De outubro de 1945.

D.E. — De outubro de 1945. No dia seguinte, saiu o edital de concorrência e eu fui convidado para ir à casa do dr. Augusto Batista Pereira. Lá foi-me feito um convite para fazer parte do grupo, para subscrever ações do Grupo Ipiranga, que ia se candidatar à concorrência. E dessa conversa nasceu a idéia de que, em vez de me associar à Ipiranga, eu organizasse um grupo para concorrer no Rio de Janeiro.

P.R. — Mas quando isso aconteceu, o senhor já tinha experiência no assunto em decorrência de sua participação, por exemplo, nessas reuniões do Conselho.

D.E. — Sem dúvida. Eu tinha reuniões constantes, conversava muito com o capitão Ibá, que eu conheci ainda tenente.

P.R. — Foi a principal influência que o senhor teve?

D.E. — Foi a principal influência.

P.R. — A do capitão Ibá.

D.E. — Sim. Eu tinha a intuição de que nós precisávamos ter a mais nobre energia que pudéssemos. Para mim, os problemas do Brasil só seriam resolvidos se ele tivesse energia própria.

P.R. — Mas a resistência, ou melhor, as pressões que as companhias estrangeiras de petróleo faziam contra a construção de refinarias no Brasil eram resultantes do fato de que elas mantinham refinaria fora dos locais de exploração. Por exemplo, não havia uma refinaria da Esso na Venezuela, mas sim em Curaçao, que era uma possessão holandesa, ou então na ilha de Aruba, que também era holandesa, não era?

D.E. — Também era holandesa.

P.R. — Essas companhias preferiam pagar por um serviço numa refinaria que não era delas e exportar esse derivado para os países consumidores, a construir uma refinaria nos países onde elas estavam explorando ou fazendo prospecção de petróleo. Quer dizer, exploravam o petróleo da Venezuela desde 1910 e não tinham construído uma só refinaria lá. Naquele documento que o senhor nos mostrou, os derivados que vinham para o Brasil eram refinados em Aruba e Curaçao.

D.E. — Sim. Mas não posso afirmar que em Aruba e Curaçao só havia refinarias de grupo Shell. Acredito que a Standard...

P.R. — Mas parece que era, porque...

D.E. — Mas a Standard também devia fornecer derivados de alguma refinaria do Caribe. O mercado era das duas companhias.

P.R. — Certo. Mas o Brasil estava numa situação diferente, porque aqui ainda não havia realmente exploração de petróleo em alta escala, não é?

D.E. — Em nenhuma escala.

P.R. — O que o Brasil pretendia era construir refinarias para continuar importando o petróleo bruto e refinar aqui dentro.

D.E. — Refinar aqui para, com o lucro...

P.R. — Aplicar o lucro na prospecção.

D.E. — Exatamente. Era a única maneira que eu via de se obter recursos para a prospecção, para a caça da raposa.

P.R. — E era exatamente aí que se centrava o motivo básico da pressão das companhias estrangeiras.

D.E. — Certamente, porque elas não queriam perder o seu mercado.

P.R. — E já era um mercado grande...

D.E. — Eram 29 mil barris naquele momento.

P.R. — Sendo que a Atlantic era a principal delas. Há uma estatística naquele documento que o senhor nos mostrou...

D.E. — Há uma estatística, sim.

P.R. — ...relacionada com o percentual de cada uma delas. Eram cinco ao todo, não eram?

D.E. — Eram cinco ao todo.

P.R. — Texaco, Atlantic, Shell, Esso e Mobil Oil?

D.E. — Não. Mobil Oil, não.

P.R. — Texaco, Atlantic, Shell, Esso e uma outra?

D.E. — A Standard.

P.R. — Não. A Standard é a Esso.

D.E. — A Standard se chamou Esso depois.

P.R. — Standard, Shell, Texaco, Atlantic... Qual era a outra?

D.E. — A Atlantic até era presidida aqui pelo dr. Plínio Pinheiro Guimarães, um seu xará, grande advogado, de primeira ordem, de uma família conhecidíssima no Rio de Janeiro.

P.R. — Sim. Ele era da Atlantic...

D.E. — Ele conversou muito comigo a respeito disso.

P.R. — Mas, de qualquer forma, creio que a Standard era a principal empresa.

D.E. — Sim, era. E o Schoppel me dizia que falava pela Standard. Essa companhia era o cabecel das outras.

M.Q. — O senhor nos disse que só se interessou por ter uma refinaria em 1945, quando saiu a concorrência. Mas existem notícias de que...

D.E. — Eu queria, me dê licença.

M.Q. — Sim.

D.E. — Eu me interessei pessoalmente. Antes, eu me interessava em que o Estado possuísse as refinarias.

M.Q. — Mas em 1939, houve um projeto em que o senhor entraria como sócio do governo da Bahia.

D.E. — Sim, justamente. O anteprojeto até chegou a ser feito pelo dr. Carlos Augusto Vegh Garzón e sua equipe, que receberam um seu quantum por isso. Eu levei o anteprojeto ao Conselho Nacional do Petróleo e disse ao general Júlio Caetano Horta Barbosa: "General, trago-lhe isto, porque eu não quero, absolutamente, explorar a refinação.

Acho que é o Conselho Nacional do Petróleo que deve explorar. O Estado é que deve explorar." E passei a insistir para que ele se interessasse por aquele projeto. Mataripe nasceu ali.

M.Q.— Mas a sua proposta seria para que o Estado tivesse 100% das ações?

D.E. — 100%

M.Q. — E o senhor não entraria... O capital privado nacional não teria nenhuma participação?

D.E. — Devia ser proibido de participar.

M.Q. — Desde aquele momento.

D.E. — Desde aquele momento. Esse era o meu desiderato.

P.R. — Eu queria apenas estabelecer aqui uma trajetória relacionada com o empréstimo solicitado pela Refinaria de Manguinhos ao Eximbank. Segundo os documentos que o senhor nos emprestou, o advogado Walter Thayer havia tentado obter esse empréstimo junto ao Eximbank. Havia uma carta do senador Salgado Filho que, naquela época, era presidente da refinaria e a deixou pelo fato de ter sido eleito senador pelo Rio Grande do Sul. Havia uma carta dele ao embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa, no sentido de que ele interferisse junto...

D.E. — E também uma carta do ministro da Fazenda...

P.R. — Sousa Costa.

D.E. — Não.

P.R. — Do Correia e Castro.

D.E. — Sim.

P.R. — Aí já se acentuava um esforço do próprio governo

brasileiro no sentido de que o empréstimo fosse obtido.

D.E. — Nós dizemos "um esforço do governo brasileiro", mas não devemos esquecer que as pessoas do governo eram em muito acionadas para fazer isso por esses brasileiros que me rodeavam. Para que o Castro fizesse uma carta, foi preciso sacrifício.

P.R. — Exatamente. Um fato que me chamou a atenção foi precisamente o Correia e Castro ser sócio do Soares Sampaio e ter feito uma carta. Naturalmente, ele a fez sob pressão...

D.E. — Eu não sei se ele era sócio de qualquer coisa com o Soares Sampaio naquele tempo.

P.R. — O senhor não sabe.

D.E. — Não sei se ele já era sócio do Soares Sampaio. Eu conheci o senhor Castro quando ele era diretor do Banco Lar Brasileiro.

P.R. — Junto com o senador Rui Carneiro?

D.E. — O Rui também passou a ser diretor do Lar Brasileiro.

P.R. — O Rui Carneiro teve alguma interferência direta em seu favor nesse caso?

D.E. — Nenhuma. Ele nunca entendeu do assunto. E se não compreendeu, não poderia se empolgar. Mas ele achava que era uma coisa muito bonita e extraordinária que um amigo, que era eu, se dedicasse dessa maneira, sacrificando seu tempo, dinheiro e a si mesmo. O Rui nunca foi um trabalhador nessa causa. Ele nunca fez parte nessa conspiração. Eu fiz isso devido a um orgulho, devido a alguma satisfação.

P.R. — Ainda nessa trajetória do empréstimo do Eximbank,

como o senhor falou, havia ainda uma carta do Juracy para o general Marshall, se não me engano.

D.E. — Era para o general Marshall.

P.R. — Ele pediu o empenho do general, que, naquela época, era secretário de Estado do governo Truman. Mas tudo isso, segundo estivemos verificando, foi neutralizado pela interferência do embaixador Pawley, não foi?

D.E. — Sim, o embaixador Pawley prestou um serviço extraordinário a eles.

P.R. — Junto ao subsecretário de Estado Clayton?

D.E. — Não sei.

P.R. — É.

D.E. — No livro preto há as cartas do Batista, relatando os acontecimentos lá em Nova York.

P.R. — Exatamente. Em suma, o empréstimo não foi conseguido.

D.E. — Não foi conseguido nem um real.

P.R. — Não. E o próprio presidente da República manifestou interesse em que o empréstimo fosse concedido.

D.E. — Não sei.

P.R. — Há uma carta de alguém ao embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa, em Washington, dizendo que o presidente da República se empenha na concessão desse empréstimo. Não me lembro de quem é a carta.

D.E. — Eu também não.

P.R. — Não sei se foi o Correa e Castro.

D.E. — É perfeitamente provável que tenha sido.

M.Q. — Acho que foi o Correa e o Castro.

D.E. — A carta do Correia e Castro era muito boa, aliás. Era curta, maciça, mas de empenho.

P.R. — E diante da negativa total, a refinaria foi concluída realmente com recursos...

D.E. — Foi feita com recursos particulares, sem dever tostão a banco nem a nenhum instituto financeiro.

P.R. — Eu creio que esta parte está bem caracterizada.

M.Q. — O maior sócio da refinaria ficou sendo o Correia e Castro?

D.E. — O Peixoto de Castro.

M.Q. — Peixoto de Castro, aliás.

D.E. — Ele ficou sendo posteriormente, porque ele tinha... Eram 60, dos quais eu tinha mais de 30.

M.Q. — 30%.

D.E. — É. Mais de 30. Eu tinha mais de 30. Com a minha gente e os dez mil que eu passei a Peixoto, tivemos dois terços toda a vida. Depois, fui para o parlamento, liquidei o banco e me afastei do mundo financeiro. E houve um aumento de capital de que eu não soube. Eu não tomei parte e perdi então, esta...

M.Q. — O senhor não soube do aumento do capital?

D.E. — Não. Não soube. Eu estava em Brasília e não soube.

M.Q. — Mas como? Isso é comunicado aos sócios, não é?

D.E. — Não. É publicado em edital.

M.Q. — Mas isso foi feito de próposito?

D.E. — Não, não. E naturalmente aconteceu mais de uma

vez, e eu não pude acudir ao aumento de capital. Por isso, deixei de ter esta posição acionária.

M.Q. — Era de 2/3, não é?

D.E. — É. Com o Peixoto. Depois, com a minha luta noutros assuntos, eu vendi vários grupos grandes de ações.

M.Q. — O senhor ainda é sócio da refinaria?

D.E. — Ainda. Eu tenho mais ou menos cinqüenta milhões de ações.

P.R. — Eu me lembro que há uma carta do dr. Augusto Batista Pereira, lá de Washington, ainda em função dessas gestões junto ao Eximbank, em que ele salienta que o embaixador Pawley fazia referências bastante desairosas ao seu antecessor aqui no Brasil, o embaixador Berle Junior, pelo fato de ter conseguido uma carta de compromisso junto à Standard Oil da Califórnia para o suprimento da Refiria de Manguinhos.

D.E. — É verdade. No que resultou a saída dele do Brasil.

P.R. — Do Berle.

D.E. — É.

P.R. — E o próprio Berle contou...

D.E. — Contou numa visita que fez ao Brasil, posteriormente, num grande jantar na casa do [inaudível]. Ele aproveitou e disse: "Quando saí do Brasil, toda a imprensa disse que era por um discurso que eu tinha feito num almoço oferecido aos jornalistas no Quitandinha. Mas, efetivamente, não foi. Eu fui chamado, sim, mas recebi ordens de vir ao Brasil e desfazer este trabalho existente com relação ao petróleo. Então, eu respondi..."

E ele relatou aquilo já lhes falei que respondeu que não era da carrière, que era catedrático lá da Universidade de Columbia e tinha sido chamado pelo Roosevelt para colaborar com o governo; que foi subsecretário, ocupou vários cargos e depois veio para o Brasil; que tinha transformado o Brasil, que era um país voltado inteiramente para a Europa, de onde usufruía a cultura, que observara que grande quantidade das mulheres brasileiras falava francês, que os médicos estudavam em livros franceses e alguns em alemão, que assim era a engenharia e todos os nosso cursos superiores; que a moda, era a França quem ditava. E ele tinha conseguido que até os engraxates falassem um pouco de inglês e que o Brasil concordasse em ceder Parnamirim e a outra base lá no Nordeste. Ele tinha conquistado aproximação até espiritual com os americanos, culminando por conseguir que o Brasil entrasse na guerra e, ombro a ombro, fosse combater o nazismo nos Apeninos. Sendo assim, não seria ele que viria ao Brasil para trabalhar contra uma aspiração desse país a quem os Estados Unidos deviam consideração e agradecimentos. Ele não se transformaria num advogado de um truste petrolífero com o qual nada tinha a ver. Ele não era capaz de assim proceder e, por isso, pedia sua demissão do cargo de embaixador no Brasil.

M.Q. — Com referência ao Conselho Federal do Comércio Exterior, houve um parecer do dr. Fleury da Rocha, respondendo ao pedido formulado pelo Góis Monteiro, do Estado Maior, para a criação do CNP. Houve esse relatório. Dr. Fleury da Rocha...

D.E. — Um relatório muito bem-feito e elogiado. Tudo isso era mais ou menos secreto. Não havia divulgação disso.

Acho que esse relatório nunca foi divulgado, nunca foi publicado.

M.Q. — É, exato. Mas estava naquele material do capitão Ibá que o senhor nos emprestou. Esse relatório do dr. Fleury da Rocha também tem uma posição um pouco aberta, em determinados aspectos, para a participação do capital estrangeiro. E o dr. Fleury da Rocha foi do DNPM durante muitos anos. Ele dirigiu o DNPM e saiu de lá nesse período, parece que meio incompatibilizado com pessoas como Glycon de Paiva,membros do grupo que havia se formado dentro do DNPM e que era vinculado aos técnicos estrangeiros. O senhor tem conhecimento disso? Conhecia...

D.E. — Não. Mas acho natural e lógico, porque, pela sua atuação no Conselho Nacional de Petróleo e por ter se empolgado inteiramente... por ter sido um dos artífices do 345, que é o principal artigo da lei...

M.Q. — 395.

D.E. — ...395 - do Conselho Nacional do Petróleo - ele passou a ser o arauto do general Júlio Caetano Horta Barbosa. Ele passou a ser respeitadíssimo, e a sua posição, também.

M.Q. — Parece que, para o pessoal do DNPM, ele ficou com a fama de incompetente...

Encerrando essa parte, nós gostaríamos de tratar do período Juscelino Kubitschek, em que o senhor foi parlamentar. Existem três temas importantes nesse período, sobre os quais o Plínio irá fazer algumas perguntas...

D.E. — Mas, já que nós estamos falando desse membro do Conselho Nacional do Petróleo, o dr. Fleury da Rocha,

devo acrescentar que ele foi assessorado e muito ajudado pelo dr. Alcy Demillicamps...

M.Q. — Que nós pretendemos entrevistar também.

D.E. — Sim. Ele se tornou advogado do Conselho Nacional do Petróleo, de maneira que deve estar muito a par desses detalhes. Ele deve se recordar muito dessas coisas. É um homem que tem muito mérito no assunto.

Mas, voltando à sua pergunta, eu fui parlamentar ainda no tempo do Getúlio.

M.Q. — Sim. Na outra entrevista nós vimos o seu discurso. O senhor foi o suplente do Chateaubriand...

D.E. — No Senado.

P.R. — Mas o senhor foi eleito deputado federal pela Paraíba em 1954 e foi reeleito em 1958. Os mandatos foram 1954-58 e 1958-62.

D.E. — Exatamente.

P.R. — Então, durante todo o governo Juscelino o senhor foi parlamentar.

D.E. — Fui.

P.R. — E nessa época, em 1957, foi instituída pela Câmara uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a interferência da Shell e da Esso na vida política brasileira. Era até uma CPI presidida pelo Lutero Vargas. O vice-presidente era o Gabriel Passos e o relator era o Dagoberto Sales, de São Paulo. Também faziam parte dela o Aliomar Baleeiro, o Adolfo Gentil, o José Joffily e o José Miraglia que era do PSP de São Paulo. O senhor tem algum conhecimento dessa comissão?

D.E. — Não.

P.R. — Do andamento dela?

D.E. — Não me recordo do resultado dessa comissão.

P.R. — E do Acordo de Roboré? Daquele problema das companhias que foram explorar petróleo na Bolívia e depois não deram resultado. Mas o fato teve como conseqüência, aqui no Brasil, a briga do Janari com o Alexínio Bittencourt, do Conselho Nacional do Petróleo.

D.E. — Isto foi no tempo do general Poppe de Figueiredo, não foi?

P.R. — O general Poppe de Figueiredo entrou no lugar do Alexínio. E o Sardenberg, no lugar de Janari.

D.E. — O Poppe de Figueiredo foi quem tratou afincadamente... Ele foi presidente do Conselho...

P.R. — Foi.

D.E. — Nacional do Petróleo.

P.R. — Aliás, o Poppe de Figueiredo foi anterior ao Alexínio. Quem entrou em lugar do Alexínio foi o brigadeiro Henrique Fleuis.

D.E. — É. [inaudível] o brigadeiro Henrique Fleuis. Eu não tive. Nunca fui ao Conselho. Nunca tive qualquer...

P.R. — Participação.

D.E. — ...participação nesses assuntos.

M.Q. — Numa conversa informal que tivemos, o senhor falou muito a respeito da crise de 61, da renúncia do Jânio. E o senhor falou disso tratando de uma figura que lhe foi muito grata, dr. San Tiago Dantas.

D.E. — Sim.

M.Q. — E o senhor falou também da figura do general Geisel...

D.E. — Sim.

M.Q. — ...da participação dele nesse episódio. O senhor poderia falar um pouco a esse respeito?

D.E. — Pois não. Eu me recordo. Você quer saber precisamente algo sobre a re úncia do presidente Jânio.

M.Q. — Exatamente. Eu gostaria de saber daqueles momentos em que Jânio havia renunciado, o Goulart estava retornando lá da China e havia o problema de dar posse ou não.

D.E. — Efetivamente. Eu saía da Câmara com San Tiago e disse-lhe que nós estávamos temerosíssimos de que se deflagrasse uma luta armada no país. Falei que amigo era aquele que avisava o amigo, principalmente se este estivesse distante. E ele disse: "Vamos ali." Dentro de cinco minutos, estávamos no Planalto, em torno do presidente Mazzilli, que estava ladeado pelo senador Amaral Peixoto e pelos deputados, Ulisses Guimarães e José Maria Alkimin.

Ali chegando, o San Tiago repetiu as minhas palavras. Então, o presidente Mazzilli disse: "Acabei de falar com ele faz poucos minutos. Ele já está em Paris. O presidente Goulart já está em Paris, mas vamos ligar de novo." Ele mandou fazer a ligação, que foi feita com muita presteza, e San Tiago falou com o presidente, que comunicou que dali a meia hora estaria embarcando para a América do Sul. San Tiago, então, fez um grande apelo para que, vindo para a América do Sul, ele não atravessasse a fronteira, não viesse ao Brasil, ficasse na Argentina enquanto as coisas melhoravam aqui. E o San Tiago continuou, dizendo que o motivo daquele telefonema era informar-

lhe sobre a situação perigosíssima por que se estava atravessando para se dar posse a ele na presidência da República. O Jango passou o telefone um instante para o nosso senador de Pernambuco...

P.R. — O Barros de Carvalho.

D.E. — San Tiago repetiu a conversa mais resumidamente a Barros de Carvalho e este passou o telefone ao deputado Jereissati, a quem San Tiago voltou a dizer tudo. Em seguida, San Tiago falou: "O Jango vai falar. Como o telefonema pode cair e o recado pode não ser dado, eu digo." E repetiu, frase por frase, para que todos nós soubéssemos o que Jango dizia: "Reúna os nossos companheiros...", quer dizer, os deputados do PTB; desses todos que eu citei, San Tiago era o único do PTB. "Reúna os nossos companheiros, San Tiago, e diga-lhes que renunciar eu não o faço, porque acho isso uma indignidade. Mas votem o meu impedimento." Nesse momento, chegou o Juscelino que abruptamente, tomou o telefone do San Tiago e disse para o Jango, depois de cumprimentá-lo amistosamente: "Jango, o regime está acabando, mas estou sabendo que você está embarcando para cá. Nós vamos ganhar. Nós temos a metade das forças militares e a unanimidade do povo, de sorte que vamos ganhar esta parada." Com mais alguma palavra e poucos argumentos, foi encerrada a conversa ao telefone. Nós saímos um pouco de cabeça baixa, porque tínhamos tido uma solução brilhantíssima com o "votem o meu impedimento" e tivemos a insatisfação de assistir Jango aquiescendo ao...

P.R. — Otimismo do Juscelino.

D.E. — ...otimismo do Juscelino. Ele partia para cá.

Então, quando fomos saindo, abriu-se uma porta.

Era o general Geisel, que me chamou, indignado por o Juscelino ter se manifestado daquela maneira, pois, assim, ele tinha evitado que se fizesse uma paz, uma trégua que seria uma solução, já que o Jango tinha autorizado verbalmente seu partido a votar o seu impedimento. Geisel me perguntou: "E como vai a emenda parlamentarista?" Eu respondi: "Está indo, se arrastando na Câmara" Ele disse: "Vê se consegue isso, porque dela eu faço uma muleta e atravesso entre os meus companheiros", quer dizer, entre a oficialidade.

Vale adiantar aqui que, efetivamente, o Exército estava dividido. O general Orlando Geisel era chefe do gabinete do marechal Denis, que era o ministro da Guerra aqui no Rio. E era a favor de que os militares avançassem sobre o Rio Grande, para dominar o estado, expulsando ou tirando de cena o governador Brizola. O general Geisel, por sua vez, preconizava uma calma, um sossego, um acordo, que se obteria com as palavras do Jango. Mas este acordo tinha fugido.

Quando chegamos lá embaixo, havia um recado do Juscelino, convidando-nos a ir até o Hotel Nacional. Lá, o Juscelino ficou junto do Alkimin,eu e o San Tiago de frente e, apoiados no espaldar das cadeiras, estavam os dois Juremas: Abelardo e Aderbal. O dia estava amanhecendo e o Juscelino disse: "Hoje, se o Parlamento abrir, Alkimin, você, que é líder, assuma a tribuna e defina o nosso pensamento. "O Alkimin disse: "Como você está dizendo?" Eles estavam tão próximos, tão juntos, que de repente o Juscelino disse: "Já sei. Quando você não quer atender, não quer fazer, você finge que não escuta. Pois eu farei esse pronunciamento no Senado, se ele abrir." E efetiva-

mente o fez. A Câmara abriu naquele dia e ele fez o pronunciamento.

Mas San Tiago nesse momento pediu que eu tomasse seu pulso. Ele estava com a temperatura muito alta. Estava lhe chegando uma enxaqueca que o martirizava de tempos em tempos e o derrubava mesmo. Eu o levei para o apartamento, onde ele ficou deitado. Fiquei com ele até a noite, quando o telefone tocou e eu atendi. Era o Jango, que falava do aeroporto de Nova York, e me disse que desejava muito falar com o San Tiago. Eu dei um jeito e levei o sofá até o telefone e San Tiago pode falar com ele, fazendo um apelo veementíssimo para que ele não fosse ao Rio Grande do Sul, pois o Jango dizia que dali a pouco ia tomar um avião pelos Andes, ou seja, ia para a Argentina.

No outro dia de manhã, o telefone tocou, eu atendi e também era o Jango, que já estava no Uruguai. O San Tiago fez um apelo tremendo, para que ele não atravessasse a fronteira. Disse, que ele deveria esperar a solução pela emenda parlamentar que estava no Congresso e que seria aprovada. Jango respondeu: "Então, venha porque eu quero ver esta emenda." E San Tiago disse: "Eu não posso nem abrir os olhos, quanto mais sair. O Drault é que está de meu médico e enfermeiro aqui. Você sabe disto." Ouvindo a conversa, eu disse a San Tiago: "Tancredo, Tancredo." E San Tiago disse: "Mas, presidente, eu não podendo ir, o senhor tem aqui um amigo que conhece a política do Brasil como ninguém e está a par de toda a gravidade da situação. É o Tancredo Neves." O jango respondeu: "Então, mande o Tancredo, mas acompanhado de um deputado do PTB." O San Tiago perguntou: Quem será?" Ele disse: "Mande o Fadul." Despediram-se e o San Tiago me disse:

"Agora, providencie." Eu telefonei para o palácio e quem me atendeu foi o general Geisel, que me disse: "Você quer um avião emprestado, não é? Eu disse: "Justamente. Quero um avião emprestado." O Geisel tinha escutado todo o diálogo.

M.Q. — Aliás, ele tinha escutado também a conversa do Juscelino com o Goulart. Estava na escuta do telefone. O telefone estava grampeado.

D.E. — Daí todo o seu aborrecimento. Por causa disso os dois ficaram afastados até a morte do Juscelino. O Geisel e o Juscelino nunca mais fizeram as pazes. Mas o Geisel pôs o avião à disposição: aquele Viscount, que era o avião da Presidência que veio ao rio. Eu consegui falar com Tancredo. Consegui que ele falasse ao telefone com o San Tiago, que ditou a emenda, pois ela ainda não existia.

D.E. — E, do Rio, Tancredo foi para Montevidéu. Mais tarde, muitas horas depois, o Tancredo me telefonou: "Drault, está tudo muito bem. O Jango aceitou a emenda, aceitou tudo. Não irá a Porto Alegre, conforme o San Tiago pede. Mas eu queria que você obtivesse de seu amigo - que era o Geisel - licença para eu pousar em Porto Alegre." Aí, uma voz muito característica disse: "Impossível [risos] Desça em São Paulo, tome outra condução e vá a Porto Alegre."

Depois, eu reclamei com o Geisel, dizendo que ele tinha sido 99%. Não deveria ter se negado. E ele respondeu: "É porque você de militância não entende nada. Se o avião tivesse descido com Tancredo em Porto Alegre, o governador - que era o Brizola - teria tomado o avião e anunciado na sua cadeia de rádio e também para o mundo

que havia se apossado do avião do presidente da República. E isso, numa hora de pré-guerra, tem um valor psicológico imenso. Foi o que quis evitar e evitei." Então, achei que ele tinha toda a razão.

Mas nós aprovamos a emenda com muita rapidez na Câmara e o Jango pôde vir de Montevidéu para Porto Alegre, onde ficou aguardando a hora de ser chamado para vir tomar posse na presidência da República. Foi uma viagem pontilhada de dificuldades também, porque, nessas horas, se criou a Missão Mosquito ou Ação Mosquito...

P.R. — Operação Mosquito.

D.E. — Operação Mosquito, que era a revolta de oficiais da Aeronáutica. Eles diziam que, se o avião levantasse vôo de Porto Alegre com o Jango, eles o poriam abaixo. Houve horas perdidas nessas demarches. O general Denis foi, efetivamente, quem conseguiu que essa onda, essa nuvem passasse. E o Jango pôde vir no avião e descer. Foi recebido no aeroporto pelo Moura Andrade e por inúmeros amigos. Foi aí que se baixou, o que Tancredo chamou de "parlamentarismo ambíguo". Não era assim que ele chamava?

P.R. — Não era ambíguo. Era uma outra...

D.E. — Não era ambíguo, não. Bom. Mas o fato é que o Jango então passou a atacar...

P.R. — Híbrido; parlamentarismo híbrido.

D.E. — Híbrido. Jango passou, então, a procurar fazer o seu gabinete. Havia muita dificuldade. Nós, do PSD, estávamos reunidos numa sala grande com o Jango. Estavam todos de pé, não havia lugar para se sentar e se discutia

alto sobre nomes. Eu então disse ao deputado... aquele de Oliveira... Como é o nome dele?

P.R. — Lá de Minas?

D.E. — É.

P.R. — Guilhermino de Oliveira.

D.E. — Eu então disse ao Guilhermino: "Tancredo Neves." O Guilhermino levantou-se na ponta dos pés e disse: "Tancredo Neves!" Houve palmas unânimes. Havia muitos petebistas também. E o Tancredo saiu primeiro-ministro, graças a esta lembrança de Guilhermino de Oliveira. O resto vocês já sabem.

Agora, quanto à sucessão do primeiro - ministro, quando foi o cargo para San Tiago Dantas, havia muita euforia. Eu fiquei contentíssimo, pois eu ia ser ministro. San Tiago tinha me convidado e pedido que, logo que fosse eleito, eu me dirigisse a dois amigos dele - o Ovídio de Abreu e o Etelvino Lins - e os convidasse para duas pastas que ele tinha determinado. Aqui no Rio, de noite, eu disse a San Tiago :"Mas você não vai ser o primeiro-ministro." Ele disse: "Por quê? O Jango quer?" Eu respondi: "Eu não creio que o Jango queira. Porque nós estamos com uma dificuldade muito grande para conseguir 115 votos - creio que era o que nós precisávamos - e na minha lista eu só consigo 110. Tem Fulano de Tal, um deputado pernambuco, que é amicíssimo do Jango..."

P.R. — Osvaldo Lima Filho?

D.E. — Não. Não é Osvaldo. Era aquele usineiro. Não recordo o nome dele agora.

P.R. — Armando Monteiro?

D.E. — Não. Então eu disse...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

D.E. — O senador...

P.R. — Lá de Pernambuco?

D.E. — Sim.

P.R. — Barros de Carvalho.

D.E. — Barros de Carvalho me tinha dito que tinha ido procurar esse deputado para votar no San Tiago. O deputado não queria votar no San Tiago, mas respondeu: "Eu só votarei se o Jango me pedir." Então, o Barros de Carvalho foi ao Jango e disse: "Telefone para fulano, pedindo para ele votar no San Tiago. Ele me disse que se você pedisse, ele votaria." O Jango, então, disse: "Não. Não precisa, não. Não vou telefonar, não." Eu achei que este procedimento do Jango tinha uma significação especial: ele não queria o San Tiago, porque sabia que o San Tiago não tinha em 115 votos. E efetivamente ele teve os 110 votos, não foi?

P.R. — Foi. Mas o Amaral Peixoto falou em seu depoimento, que o PTB não levou em consideração o PSD. O PSD praticamente não foi procurado para fazer acordo. O Amaral Peixoto disse que achava muito estranho que num regime parlamentar, cuja votação para primeiro-ministro depende do Congresso, o partido majoritário fosse ignorado. Eu não sei se isso é verdade, mas...

D.E. — Pode ser verdade. Mas o que eu estou lhe contando é um fato que não se pode deixar de gizar. O Jango se me-

gou a pedir o voto. Disse que não pedia, que não precisava pedir. O deputado era amicíssimo dele. O desinteresse foi de Jango. Eu acho que ele não quis que o San Tiago fosse... Aí o San Tiago me disse: "Se isso acontecer, eu vou para o Amazonas e venho fazendo uma campnha cívica." Eu respondi: não tem vocação ruísta para vir fazendo uma campanha cívica pelo país. Tampouco deveria começar pelo Amazonas. Deveria começar pelo Acre, que está mais acima." Foi assim que brinquei com o San Tiago. E continuei: "Você não faz coisa nenhuma. Você é acostumado aqui no asfalto, de onde nunca saiu a não ser para lugares mais civilizados. De maneira que não vai fazer isto."

M.Q. — Nós vamos encerrando por aqui a nossa entrevista e gostaríamos muito de agradecer o depoimento que o senhor nos deu...

D.E. — Eu é que fiquei satisfeiro por poder dizer alguma coisa que fique nos anais da Fundação Getúlio Vargas.

[FINAL DO DEPOIMENTO]